

ANAI

ISBN 978-65-85729-04-8

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

Teresina, 8 A 10 DE MAIO DE 2023 | Curso de Serviço Social - Universidade Federal do Piauí



U
F
P



CCSS
COORDENAÇÃO
DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL



CRESS-PI
22ª REGIÃO

Anais

**X Jornada Científica de Serviço
Social**

**Serviço Social no contexto da pandemia:
desafios para a formação e o trabalho
profissional**

2023. Todos os direitos desta edição reservados ao comitê organizador. A reprodução integral ou parcial do texto poderá ser feita mediante a autorização dos organizadores e consentimento de seus respectivos autores.

"Os conteúdos dos artigos publicados são de total responsabilidade dos autores e autoras."

Expediente

Editor / Coordenador da Edição:

Ana Kelma Cunha Gallas

Imagem da arte

Karine Gallas (@photokarinegallas)

Editores

Erllel Válerly Sousa Duarte

Pétala Medeiros Leite

TI Publicações OMP Books

Eliezyo Silva

Supervisão Editorial

Edson Rodrigues Cavalcante (CRB3 - 001649)

Conselho Editorial

Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Profa. Dra. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro

Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa

Profa. Dra. Iracilda Alves Braga

Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

Anais: X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL: Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí / PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). Teresina: Editora Lestu, 2023.

292p.; *online*.

ISBN: 978-65-85729-04-8

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-04-8

1. Serviço Social. 2. Estado. 3. Sociedade. 4. Jornada Científica. 5. Pandemia. 6. Evento I. Organizadora (es). II. Título. III. Localidade.

CDD: 360.

Índices para catálogos sistemáticos:

Serviço Social: Estado: Sociedade.

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira (Coordenadora Geral);
- Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa (Coordenadora Adjunta e Coordenadora da Comissão de Minicursos);
- Profa. Dra. Iracilda Alves Braga (Membro do Comitê Científico);
- Profa. Dra. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro (Coordenadora do Comitê Científico);
- Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França (Coordenadora da Comissão de Lançamento de Livros e E-books);
- Profa. Dra. Solange Maria Teixeira (Coordenadora da Pós-Graduação em Políticas Públicas)
- Adriana Lima Barros (Discente PPGPP – UFPI);
- Cleiana Francisca Bezerra Mesquita (CRESS PI);
- Gleyson Willian Silva Carneiro (Discente de Serviço Social – UFPI);
- Dannylo Cavalcante Alves CRESS PI);
- Lucélia de Oliveira Silva (CRESS PI);
- Luna Luiza Alves Lopes de Sousa (Discente de Serviço Social – UFPI);
- Indira Alves Aragão Mota (Discente PPGPP – UFPI);
- Isadora Ravenna De Brito Pedreira (Discente de Serviço Social – UFPI);
- Mayra de Sousa Gomes (Servidora Técnica – UFPI);
- Maria Clara Lima e Silva (Discente de Serviço Social – UFPI);
- Pamela da Silva Geraldo (Discente de Serviço Social – UFPI);
- Vitoria Conceição de Lima Ribeiro (Discente de Serviço Social – UFPI).

COMITÊ CIENTÍFICO

- Profa. Dra. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro (Coordenadora)
- Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira
- Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa
- Profa. Dra. Iracilda Alves Braga
- Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França
- Profa. Dra. Solange Maria Teixeira

PARECERISTAS *Ad Hoc*

- Profa. Dra. Guiomar Passos – UFPI
- Profa. Dra. Lila Xavier Luz – UFPI
- Profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral – UFPI
- Profa. Dra. Lucia Cristina dos Santos Rosa – UFPI
- Profa. Dra. Iolanda Carvalho Fontenele – UFPI
- Profa. Dra. Maria Dalva Macedo Ferreira – UFPI
- Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva - UFPI
- Profa. Dra. Simone de Jesus Guimarães
- Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira – UNESP
- Profa. Dra. Marfisa Martins Mota de Moura– UNIFSA
- Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger – UNIFSA
- Profa. Dra. Cassandra Maria Bastos Franco
- Profa. Dra. Poliana de Oliveira Carvalho - CHRISFAPI
- Profa. Dra. Samia Luiza Coelho da Silva - IESM
- Profa. Dra. Elaine Nascimento - FIOCRUZ
- Profa. Dra. Marcia Moussalem
- Prof. Dra. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho - UNIOESTE
- Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa – UFPI
- Profa. Dra. Iracilda Alves Braga-UFPI
- Profa. Dra. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro-UFPI
- Profa. Dra. Albany Mendonça Silva - UFRB
- Profa. Dra. Conceição de Maria Sousa Batista Costa - SASC
- Profa. Dra. Maria Aparecida Milanez – UFPA
- Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França-UFPI
- Profa. Dra. Ana Rojas Acosta-UNIFESP
- Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira - UFPI
- Profa. Dra. Masilene Rocha Viana - UFPI

APRESENTAÇÃO

A Região Nordeste do Brasil apresenta um conjunto de particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais, e, nesse contexto, o Serviço Social se constituiu como importante profissão no sentido de contribuir para o acesso a direitos e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Especificamente no cenário piauiense, o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, ao longo de quase cinco décadas, foi responsável pela formação de mais de 1500 bacharéis em Serviço Social, que têm atuado no planejamento, gestão, avaliação, monitoramento e execução nas diversas políticas públicas do Estado e do país, no desenvolvimento de pesquisas e no enfrentamento da questão social.

Foi com base nisso que a X Jornada Científica de Serviço Social elegeu como o tema central “Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí”, visando contribuir com o debate sobre as particularidades sócio-históricas, econômicas e políticas regionais que atravessam as políticas públicas e a sociedade e impactam o exercício e a formação profissional.

A Jornada Científica de Serviço Social é um evento realizado há mais de 15 anos pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, com apoio de discentes e docentes da graduação e pós-graduação, assim como profissionais da área. Dessa forma, em sua trajetória, se apresenta como importante espaço de socialização de conhecimentos, divulgação de trabalhos científicos e experiências profissionais, oportunizando a troca de saberes e difundindo os conhecimentos produzidos na academia para além de seus espaços institucionais.

Em suas diferentes edições, a Jornada trabalhou temas diversos que perpassam a sociedade brasileira e piauiense e impactam a profissão, tais como: “Políticas públicas e impasses do trabalho social territorializado”; “Ditadura e democracia no Brasil: impactos no exercício profissional do assistente social”; “Serviço Social, democracia e participação”; “Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho profissional”; “40 anos do curso de Serviço Social da UFPI”, dentre outros. Assim, ao longo dos anos, o evento possibilitou o debate e a disseminação de conhecimentos, estudos e pesquisas sobre temas de relevância social para o Piauí e

para o Brasil, contando com a participação de pesquisadores(as) renomados de diferentes instituições do Brasil e do Estado, o que promoveu a criação e o fortalecimento de parcerias entre distintas Universidades, instituições e núcleos de pesquisa para a produção de conhecimento científico.

A décima edição da Jornada Científica de Serviço Social aconteceu no período de 08 a 10 de maio de 2023, e contou com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social do Piauí – CRESS/PI, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI e com o financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI. O evento foi realizado no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina, sendo importante também pois consagrou o retorno dos eventos presenciais no Departamento de Serviço Social da UFPI, em decorrência da crise sanitária propagada pela pandemia da Covid-19.

Importante salientar que a X Jornada Científica de Serviço Social foi um evento gratuito, permitindo ampla participação de docentes, discentes, assistentes sociais e demais interessados, o que demandou amplos esforços da comissão organizadora para que fosse possível a sua realização de forma presencial.

A X Jornada Científica de Serviço Social foi ainda uma atividade desenvolvida pelo “Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí”, que objetiva promover o resgate da memória e o conhecimento da história do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, e é coordenado por docentes do Departamento de Serviço Social e conta na sua equipe com professoras ativas e aposentadas do quadro do departamento, discentes da graduação e da pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI, servidores técnico-administrativos e assistentes sociais do Estado.

O evento teve sua programação executada a partir de: I) quatro mesas-redondas, que discutiram sobre Questão Social no Nordeste, Formação e exercício profissional nas políticas públicas no Piauí, etc; II) minicursos diversos, que aprofundaram discussões temáticas específicas sobre o Serviço Social, as políticas públicas e as expressões da questão social, tais como educação, saúde mental, encarceramento, luta anticapacitista, luta antirracista, dentre outros; III) apresentação de trabalhos na modalidade comunicação oral, resultantes de pesquisas, estudos ou experiências profissionais; IV) lançamento de livros e e-books, visando a disseminação de obras publicadas entre 2020

a 2023. Além disso, contou em sua pré-programação, com o IV Fórum de Supervisão de Estágio do Estado do Piauí.

Para tal, contou com palestrantes pesquisadores(as) com expertise e acúmulo na área, advindos de diferentes instituições de ensino e profissionais de políticas públicas do Piauí e do Nordeste. Destaca-se a presença da professora Erlenia Sobral, da Universidade Estadual do Ceará – UECE e atual presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, professora doutora Cristiana Costa Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e Andrés Domingos, conselheiro presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco – CRESS PE.

O Comitê Científico da X Jornada Científica de Serviço Social recebeu 62 trabalhos, que foram encaminhados a pareceristas ad hoc, que aprovaram 49 trabalhos, apresentados na modalidade comunicação oral no evento.

Sobre os(as) autores(as) principais dos trabalhos, 59% são discentes do curso de Serviço Social da UFPI, 15% assistentes sociais, 10% estudantes da pós-graduação da UFPI e os demais são discentes de graduação e pós-graduação de outras instituições de ensino. Acerca da modalidade de trabalhos, 40% são resultados de estudos teóricos, 35% relatos de experiência de estágio supervisionado ou experiência de trabalho profissional, 23% resultado de pesquisa (iniciação científica, mestrado ou doutorado) e 5% resultado de extensão. A maioria dos trabalhos aprovados (38%) foram do eixo III – Serviço Social, fundamentos, formação e trabalhos profissional; seguido do eixo VIII – Serviço Social e relações de opressão / exploração de gênero, raça / etnia, geração e sexualidade (26%); e o eixo II – Política Social e Serviço Social teve cerca de 15% do total de trabalhos aprovados.

Os trabalhos aprovados estão organizados e disponíveis nesses anais, que são um esforço de preservar a memória da Jornada Científica de Serviço Social, enquanto evento importante para a categoria no Piauí, assim como contribuir com socialização dos conhecimentos científicos produzidos. Boa leitura!

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Coordenadora Geral da X Jornada Científica de Serviço Social
Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas da Universidade Federal do Piauí
Doutora em Políticas Públicas - UFPI

SUMÁRIO

1	“MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO GLEYSON WILLIAN SILVA CARNEIRO ISADORA RAVENNA DE BRITO PEDREIRA VITÓRIA CONCEIÇÃO DE LIMA RIBEIRO SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA	19
2	A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO E DA VIOLENCIA TRANSFÓBICA PÓS-BOLSONARISMO MATEUS DANTAS DE FARIAS FONSECA GRACIETE RODRIGUES DOS SANTOS VIVIANE SOARES SILVA IONARA DA SILVA SOARES	25
3	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL MARINA QUEIROZ MOURA MELISSA FLAVIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	31
4	A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO CUMPRIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA MELISSA FLAVIA DE OLIVEIRA RODRIGUES DALIANE FONTENELE DE SOUZA	37
5	A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO PTIA-UFPI: AÇÃO DOCENTE E ENGAJAMENTO DE MONITORES MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA E SILVA REBECA MARTINS NUNES MISSAELE ALVES DA SILVA ERLANE BENTO PONTES PEREIRA	43
6	A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA E SILVA MARIA DE JESUS ASSUNÇÃO E SILVA	47
7	A INSERÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA NO SERVIÇO SOCIAL PIAUIENSE E SUA RELEVÂNCIA PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL MÔNICA DOS ANJOS SILVA	53
8	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES DE PEQUENO PORTE I: ANOTAÇÕES PRELIMINARES DENISE ADRIANE DA SILVA PIRES KÉZIA MAGNA MARTINS COSTA MAURICÉIA LÍGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO	59
9	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DE AJUSTE FISCAL DO ESTADO NAYARA COSTA DOS SANTOS	65

10	A TRAJETÓRIA DO DIREITO À MORADIA: ASPECTOS LEGAIS E CONFLITOS EXISTENTES AYLEEN DALLETH ROCHA ARAUJO CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA DHANIA VITÓRIA DE CARVALHO SILVA	71
11	AS “MENINAS” DA CASA DE ZABELÊ E A BUSCA PELO SERVIÇO CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA RAFAELA MARINHO DE ALBUQUERQUE LIMA	77
12	AS REPERCUSSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX: RELAÇÕES COM AS CATEGORIAS TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL ANANDA INGRED RODRIGUES DE OLIVEIRA VÍVIAN MARIA ALMEIDA DE AMORIM IRACILDA ALVES BRAGA	81
13	AS TRANSMUTAÇÕES ENTRE OS CURRÍCULOS I E IV DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPI DANDARA LAVINNE DA SILVA COSTA MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA RÚBIA MARIA VIEIRA E SILVA	87
14	ASPECTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ BRENDA CAMILLY CHAVES FONSECA FRANCISCA MIKAELLY DA COSTA CUNHA KALYNNE SOUZA FERNANDES DE MOURA	91
15	ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO KELLYANE DO NASCIMENTO MUNIZ MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA	97
16	ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI: DEMANDAS E DESAFIOS DO COTIDIANO WANESSA DE SOUSA SANTOS	101
17	ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO HAA NO PÓS VACINAÇÃO EVELYN BRENHA TELES DE SOUSA MARQUES GIOVANA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA RAISSA DE SOUSA SANTOS MARIA JOSÉ GIRÃO LIMA FRANCISCA MARIA SOARES	107
18	CIBERFEMINISMO NEGRO JUVENIL MARIA LUISA PIRES DA SILVA LIANA MARIA IBIAPINA DO MONTE	111
19	CONSELHO TUTELAR E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ADRIANA ALVES DA SILVA ÉRICA APARECIDA DE SOUZA RAQUEL RAMOS SOARES	117

20	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA CRÍTICA E TRANSFORMADORA AYLA ALICE SENA RIBEIRO NAARÁ ALVES DE ABREU	123
21	DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE COM A CHEGADA DA PANDEMIA DA COVID-19 ELCIANE SILVA GOMES LISE MARY SOARES SOUZA MARIANA ROCHA MENEZES	127
22	DESBRAVADORES SOCIAIS: HISTÓRIAS DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS NO PIAUÍ LILLIAN THAIS MOURA DOS SANTOS MARIA LUIZA ALVES LIMA	133
23	DIREITO À EDUCAÇÃO INDÍGENA: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DOS POVOS TABAJARA TAPUIO NO PIAUÍ ISADORA MARIA CARVALHO DE ARAÚJO	137
24	EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ NO ANO DE 2022 INDIRA ARAGÃO MARIA MARYLLIA SARAH ALVES	143
25	FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ EMANUELLE NOBRE LEAL ELAINE FERREIRA DO NASCIMENTO GIORGE ANDRÉ LANDO	147
26	O PTIA NO COMBATE AO AGEÍSMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 DHANIA VITORIA DE CARVALHO SILVA MARIA ALINY ALVES PEREIRA REGISNÁRIA SANTOS OLIVEIRA SOLANGE MARIA TEIXEIRA	153
27	O RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PIAUÍ E DAS PRIMEIRAS ESTUDANTES ANA BEATRIZ PEREIRA CARVALHO MICHELLY LORRANE REIS FEITOSA MARIA VITÓRIA MOURA LEAL	157
28	O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA CIDADE DE TERESINA/PI: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO OFERTADO NA INSTITUIÇÃO “CASA DE ZABELÊ” LARA DANUTA DA SILVA AMARAL GOMES	161

29	O SERVIÇO SOCIAL E A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: A VIVÊNCIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SAMILLE GARDÊNIA DA ROCHA PEREIRA	167
30	O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REGISNÁRIA SANTOS OLIVEIRA THAMIRES PAES LANDIM DA COSTA EDILAYNE XIMENES DE MOURA MAURICÉIA LÍGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO	173
31	O TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO E AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À SAÚDE NO PIAUÍ DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO NATHALIA SANDES DA SILVA MACEDO	179
32	OS DESDOBRAMENTOS DA ORIENTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS CLAUDIA FERNANDA MACHADO PONTES GLEYSO WILLIAN SILVA CARNEIRO KATRYNE COSTA DE OLIVEIRA TERESA CRISTINA MOURA COSTA	183
33	PET INTEGRAÇÃO E A ATUAÇÃO COM JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO CREA S SUDESTE EM TERESINA AMANDA SOARES MELO MAYSA DA SILVA LEMOS KATRYNE COSTA DE OLIVEIRA	189
34	PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL E A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE ELYDIANA DE SOUZA SOARES PONTES MESSIAS PINHEIRO DE OLIVEIRA	195
35	QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DALIANE FONTENELE DE SOUZA SAMUEL DE ARAÚJO FONSECA	201
36	RELATO DE EXPERIÊNCIA: IMPACTOS E APRENDIZADOS NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DE VIDA E MEMÓRIA - PTIA LUANA VYTHORYA FERREIRA DE CARVALHO MARIA RAFAELA DA COSTA MORAES	207
37	RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS NO PROGRAMA HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ LUNA LUIZA LOPES DE SOUSA MARIA CLARA LIMA E SILVA PAMELA DA SILVA GERALDO TERESA CRISTINA MOURA COSTA	213
38	SERVIÇO SOCIAL E A ATENÇÃO À CRISE EM SAÚDE MENTAL LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA	219

39	SERVIÇO SOCIAL E AS PRÁTICAS DE CUIDADO ÀS FAMÍLIAS DE USUÁRIOS DE PSICOATIVOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA CLEIANA FRANCISCA BEZERRA MESQUITA MALVINA THAÍS PACHECO RODRIGUES	225
40	SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA NO HU-UFPI MYLENNÁ ARRAYS DA SILVA COSTA ANA MARIA CUNHA IÊDON DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO MANUELA FERNANDES DA SILVA PEREIRA CONCEIÇÃO	229
41	SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITÓRIA DE FHTM I NA UFPI AYLEEN DALLETH ROCHA ARAUJO SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA	233
42	SERVIÇO SOCIAL E INTERSETORIALIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO HU-UFPI ANA MARIA CUNHA IÊDON VALDENIRA CARVALHO VIANA MACEDO	239
43	SERVIÇO SOCIAL HOSPITALAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOANA DARC LIMA SILVA MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS	245
44	SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: CONTEXTO E CONQUISTA ANTONIA CAMILLE SEVERIANA MACIEL MARINA DANIEL E SILVA	249
45	SERVIÇO SOCIAL: SUA IMPLANTAÇÃO NO PIAUÍ GABRIELA DE FÁTIMA MOURA BEZERRA LARA MELISSA TAVARES RIBEIRO	255
46	UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA (1961-1969) YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO	259
47	VIOLAÇÃO DE DIREITOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES EM ACOPIARA - CEARÁ MESSIAS PINHEIRO DE OLIVEIRA ADRIANA ALVES DA SILVA	265
48	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM OLHAR PARA AS PIAUIENSES MARIA RAFAELA DA COSTA MORAES REBECA MARTINS NUNES	271
	SOBRE AS ORGANIZADORAS	277



“MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO

GLEYSON WILLIAN SILVA CARNEIRO¹
ISADORA RAVENNA DE BRITO PEDREIRA²
VITÓRIA CONCEIÇÃO DE LIMA RIBEIRO³
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA⁴

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta relato de experiências de participação no programa de extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" da Universidade Federal do Piauí, no período de novembro de 2022 a março de 2023. O referido programa tem por objetivo promover o resgate da memória e o conhecimento da história do curso de Serviço Social da UFPI, a partir de ações voltadas a preservação e socialização do patrimônio documental.

Nesse contexto, serão apresentados em primeiro momento as metodologias, as quais visam mostrar como o programa se articula nas suas atividades diariamente na coordenação do curso e todas as ações que o engloba; em segundo momento, as discussões e resultados que vêm sendo obtidos no decorrer desses meses de início do programa pelos discentes da graduação,

¹ Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" (UFPI); bolsista do Pet Serviço Social (UFPI). Email: gleysonwillian4@gmail.com

² Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" (UFPI). Email: Isadoraravenna22@ufpi.edu.br

³ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Auxiliar acadêmica de EPAEE bolsista BINCS; Integrante do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí". Email: vitorialima@ufpi.edu.br

⁴ Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Políticas Públicas pela UFPI. Coordenadora do Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br

pós-graduação, docentes e assistentes sociais que compõem a equipe. As discussões desenvolvidas são importantes para o entendimento de como se constituiu o Serviço Social piauiense e as suas influências nesse longo processo.

Palavras chaves: Serviço Social. História. Memória. Extensão.

METODOLOGIA

O programa de extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" da Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolve programas, projetos e eventos que objetivam a preservação, promoção e difusão acerca do acervo cultural e histórico do Serviço Social no Piauí, articulando ações nos campos do ensino, pesquisa e extensão. Assim, para alcançar seus objetivos, o programa realiza formação, organização e manutenção de acervos, arquivos e coleções e a valorização e difusão do conhecimento sobre a história do Serviço Social no Piauí.

Para tal, conta com uma equipe formada por docentes ativas e aposentada do Departamento de Serviço Social da UFPI, discentes de graduação em Serviço Social, e da pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI, técnica da coordenação de Serviço Social e assistentes sociais.

Sendo assim, o programa, em primeiro momento, trabalhou na catalogação de um acervo de livros doados pelas professoras aposentadas que integram o programa, para a criação de uma biblioteca com livros sobre diversas áreas de interesse do Serviço Social. Importante ressaltar a presença de muitas obras históricas e que não estão disponíveis na biblioteca da UFPI.

Assim, os alunos da graduação do curso de Serviço Social da UFPI, fizeram o inventário dos livros digitalmente através de tabelas, distinguidas por áreas do conhecimento como, por exemplo: fundamentos do Serviço Social, pesquisa social, revistas científicas, entre outras, e, sobre as condições físicas das obras, autor/editora e ano de publicação. Do mesmo modo, na sala onde está disposta a biblioteca, o material foi organizado por área do conhecimento.

Logo depois, os discentes se debruçaram sobre os documentos situados na coordenação do curso de Serviço Social, com o objetivo de catalogar, organizar e preservar o patrimônio documental histórico do curso de Serviço Social da UFPI, assim como da própria profissão no âmbito do estado do Piauí. Então, a execução da ação se deu através da numeração dos armários

que se encontram na sala da coordenação e, logo depois, foi elaborada uma planilha no Excel com os armários e suas respectivas gavetas.

Nesse processo, foi organizado as gavetas por tipos de documentos, uma vez que existiam documentos que estavam em gavetas diferentes e tratavam do mesmo conteúdo, assim, a planilha foi nutrida com a documentação nas em suas gavetas já organizada por; documentação de alunos, programas de disciplina, currículos, material administrativo entre outros documentos.

Além disso, concomitante com as atividades de organização dos arquivos, foi realizada uma oficina formativa sobre a história e memória do Serviço Social para os membros do programa e comunidade. Então, a oficina foi dividida em quatro módulos, ministrados por professores(a) da UFPI e outras instituições, para trabalhar os temas: história do curso de Serviço Social da UFPI; memória e história; a prática da pesquisa com arquivos documentais; e história e memória do Serviço Social no Nordeste: as experiências da UFMA e UFPE.

Atualmente, os integrantes do programa (estudantes de graduação, pós-graduação, professores e assistentes sociais), estão na organização e execução da “X Jornada Científica de Serviço Social – Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí” da UFPI, que consta como parte do programa no objetivo de promover eventos sobre a temática do programa. Bem como os integrantes encontram-se na produção de resumos para o evento supracitado, como forma de publicizar os resultados das ações do programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Construímos a história através dos sujeitos coletivos” disse a Profa. Dra. Simone de Jesus Guimarães – professora aposentada e aprovada no primeiro concurso do Departamento de Serviço Social da UFPI – ao iniciar a Oficina acerca da História do Curso de Serviço Social na UFPI. Embora o foco das atividades do Programa de Extensão seja a preservação e socialização do acervo documental, reconstruir história é mais do que isso, é colocar sujeitos na cena. Não se pode deixar de observar que há uma valorização especial para os sujeitos que construíram o Serviço Social da UFPI, sejam discentes, docentes ou demais funcionários, por isso a importância de atrelar a memória à história. Assim como defendido por Alencar, Brandão e Diniz (2015, p.3):

É através da memória que o homem pode encontrar respostas para tantas inquietações, servindo ela de exemplo, de direção para as ações a serem empreendidas e de

identidade do próprio homem e da sociedade em que ele está inserido (ALENCAR; BRANDÃO E DINIZ, 2015, P.3)

Durante a primeira oficina, a Profa. Dra. Maria do Rosário, docente aposentada do DSS e formada na primeira turma do curso de Serviço Social da UFPI, ao falar da implantação do curso, situou-o no contexto vivido no país e nos diversos currículos que atravessou sua formação, bem como das disciplinas que faziam distinção entre teoria e prática. Isso coincide com a catalogação dos documentos, onde percebeu-se a presença de muitos documentos relacionados às comissões para reformulação dos currículos, e planos de disciplinas encontrados nos armários da coordenação com as características citadas.

Desse modo, “algumas questões que se têm levantado poderão servir como um ponto de partida para novas pesquisas e análises sobre o desenvolvimento e expansão da profissão nesse estado” (SAMPAIO; SANTOS; SILVA, 2022, p. 10).

Muito já foi apreendido nos quatro meses de execução do projeto, ainda considerando que não é a primeira vez que a história do curso na instituição se torna objeto de estudo, mas ainda há muitas narrativas para serem construídas.

CONCLUSÕES

O Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” ainda está com poucos meses desenvolvendo ações, mas tem contribuído com o resgate e promoção do conhecimento sobre a trajetória do curso de Serviço Social da UFPI, que surgiu em 1976, possibilitando que as novas gerações de discentes, docentes e assistentes sociais do Piauí sejam conhecedores da sua história.

A partir do que foi exposto, nota-se que o programa vem avançando com seus resultados, de localização, digitalização e organização do acervo histórico documental do curso de Serviço Social da UFPI. No entanto, ainda se necessita de uma estrutura que possibilite o programa dar seguimento aos seus trabalhos e alcance suas intenções, considerando que até o momento o mesmo não tem financiamento e os discentes que participam são voluntários.

Sendo assim, espera-se ampliar o programa de extensão para que seja desvelado o percurso histórico percorrido pela profissão no Piauí através de um site contendo o inventário catalogado, preservando esse acervo. Portanto, é imprescindível o fortalecimento da cultura de

preservação do patrimônio histórico e documental, para que novos horizontes possam ser construídos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria da Glória S. P de; BRANDÃO, Selma Maria de O.; DINIZ, Neudilene V. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: espaço de preservação e disseminação da memória histórica das lutas sociais e do Serviço Social no Maranhão. **Anais da VII Jornada Internacional Políticas públicas**. São Luís, MA: 2015

SAMPAIO, Alice Vitória F. C.; SANTOS, Rosângela S.; SILVA, Simone Maria de S. As lacunas históricas e sociais da institucionalização do Serviço Social no Piauí. **Anais do XVII Congresso brasileiro de Assistentes sociais**. CFESS: 2022.



A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO E DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA PÓS- BOLSONARISMO

MATEUS DANTAS DE FARIAS FONSECA¹
GRACIETE RODRIGUES DOS SANTOS²
VIVIANE SOARES SILVA³
IONARA DA SILVA SOARES⁴

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem o objetivo de analisar a atuação do Assistente Social com relação ao enfrentamento do preconceito e da violência transfóbica pós-governo bolsonarista.

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo e levantamento dos dados necessários para esta pesquisa, o método escolhido foi o dedutivo, prevendo uma revisão normativa e bibliográfica do Código de Ética do/a Assistente Social. A revisão bibliográfica parte de temas como: o que é preconceito, o que é violência, a transfobia na perspectiva dos direitos humanos, as possibilidades de atuação do Serviço Social para com o segmento

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF), Assistente Social. Docente no curso de Serviço Social pela Faculdade FEMAF. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior e Pós-graduando em Serviço Social e Políticas Públicas; Planejamento e Gestão de Políticas Sociais e Serviço Social e Assistência Social na Saúde pela FACEMINAS.

² Bacharela em Serviço Social pela FEMAF. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela FACEC e Informática na Educação pelo IFMA.

³ Graduada pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2005), Pós-graduada em Ciências Forense – Perito Criminal (INCURSOS), Coordenadora do curso de Serviço Social da Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF.

⁴ Assistente Social. Professora e Coordenadora Pedagógica do polo FEMAF. Especialista em Gestão do SUAS.

LGBTQUIA+, diversidade sexual e políticas públicas, dentre outros, pós governo Bolsonaro. Por vez, os procedimentos empregados foram de natureza qualitativa.

Buscando ainda analisar como a atuação do Assistente Social se expressa no trato das expressões da questão social bem como na luta contra o preconceito e a violência transfóbica que muitas pessoas transgênero enfrentam no dia a dia.

Palavras-chave: Assistente Social. Preconceito. Violência transfóbica.

METODOLOGIA

No que se refere ao procedimento metodológico da presente pesquisa e buscando uma abordagem mais precisa da temática aqui em discussão, esse estudo foi realizado mediante revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica consiste na busca de materiais já publicados acerca do tema, como artigos científicos, livros, web sites etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tragédia bolsonarista é algo sem precedentes na história do Brasil. A política de extrema direita caminha a passos largos desde 2016, quando houve o golpe político-econômico que tirou a presidenta Dilma Rousseff do poder. A temática até aqui trabalhada se trata de como essa política, ou melhor, essa *necropolítica* (política da morte) persegue os direitos sociais, civis, econômicos e políticos de pessoas transgêneros. Jair Messias Bolsonaro (PL) foi o presidente que mais disseminou o negacionismo e incitou a “caça às bruxas” à população LGBTQIA+, às mulheres, as pessoas pretas, pessoas com deficiência, aos imigrantes presentes no país.

Discursos de ódio e preconceituosos estiveram presente e continuam persistindo mesmo após o fim do seu governo. Recentemente, na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Nicolas Ferreira incitou uma fala um tanto machista, transfóbica e preconceituosa, onde em suas palavras disse que homens que se sentem mulheres estão tomando o espaço de mulheres. São discursos como esses que se encontram presente no cotidiano e que fazem

com que o índice de violência tanto física, verbal, psicológica e até mesmo podendo levar a morte de pessoas transsexuais aumente.

Segundo o Caderno 2 “Diálogos do cotidiano” do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), o Bolsonarismo não foi um mero acidente na história do Brasil, embora trouxesse consigo várias novidades. Desde o começo do seu mandato, principalmente em 2019, houve a expansão da extrema direita no país, onde sua política e governo foi voltado para o interesse do desenvolvimento do capitalismo e de práticas conservadoras, que se alimenta do passado, da ignorância, sendo reflexo de um conservadorismo refracionário.

É com base nisso, que é importante destacar a importância de se lutar contra esse tipo de política e discursos de ódio que propagam a violação de direitos constantemente. Destarte, a atuação do Assistente Social é direcionada por seu Código de Ética Profissional de 1993 a lutar contra toda forma de preconceito e autoritarismo, com vista a garantir a democracia e os direitos sociais (CFESS, 1993).

Além disso, o profissional deverá intervir atuando de maneira que ultrapasse a realidade social, possibilitando uma melhor compreensão de como está expressa as manifestações da questão social em torno dessa pauta de luta social e política, afirmando os interesses e direitos sociais das pessoas transgênero. Mulheres trans são diariamente violentadas por sua condição e até mesmo sua orientação sexual, diminuindo diariamente a expectativa de vida dessa população, chegando a aproximadamente 35 anos (BRASIL, 2023a).

Diante disso, a atuação do profissional de Serviço Social deve ser de forma crítica e articulada coma rede de apoio e socioassistencial, com vista a combater esse tipo de prática preconceituosa, machista e contribui muito para que esses índices diminuam. Além disso, deve-se buscar formas de inclusão dessas pessoas dentro de políticas públicas com vista a garantir de fato os seus direitos, buscando viabilizar a sua emancipação social.

É uma luta difícil e dura, até porque o heteropatriarcalismo e a ascensão dessa política bolsonarista e de extrema direita representa como o conservadorismo e como os ideais do capitalismo estão expressos nas marcas sociais e políticas do Brasil, bem como representa os interesses preconceituosos da burguesia (DANTAS et al, 2021).

Portanto, o Assistente Social deve se munir de seu projeto ético-político e das pautas sociais, bem como do seu arcabouço teórico para compreender e apreender esse momento de repressão e regressão de direitos, afim de viabilizar uma narrativa interventiva com o

intuito de viabilizar os direitos sociais das pessoas transgênero e lutar contra toda forma de preconceito e violência.

CONCLUSÕES

No presente trabalho discutiram-se as inúmeras formas de violência que a população transexual brasileira enfrenta, violências ditas transfóbicas pois decorrentes da crença na inferioridade dos sujeitos trans, pós-governo Bolsonaro.

O estudo permitiu analisar a tragédia bolsonarista que é algo sem precedentes na história do Brasil. Ademais, foi possível compreender que mesmo após o fim do seu governo, discursos de ódio e preconceituosos estiveram presente e continuam persistindo. Apresentou a violência transfóbica no panorama brasileiro, destacando a gravidade da questão e o descaso que a população trans enfrenta em relação a suas demandas.

Desde o princípio, o Serviço Social brasileiro passa por processos de adaptação e reformulação, consequência de uma profissão histórica e das mudanças violentas de caráter social, político, econômico e cultural. Contudo, vive-se hoje um desmonte das políticas e direitos sociais advindos da política excludente neoliberal, prejudicando o histórico de conquistas decorrentes das grandes lutas sociais.

É importante destacar que o que estas pessoas, com muita frequência, esperam do/a assistente social não é muito diverso do que o conjunto da população usuária espera: que favoreçam seu acesso a direitos e serviços. O Serviço Social, com todos os seus instrumentais, através de diversas categorias como estudantes, pesquisadores e profissionais, deve articular-se para continuar essa discussão nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

REFERÊNCIAS

Brasília, DF: Senado Federal, 2023a. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Senado Notícias. Acesso em: 16/03/2023.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.** Brasília (DF), 1993.

CFESS. **Diálogos do Cotidiano** – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional (Org.). CADERNO 2. CFESS, Brasília (DF), 2022.

DANTAS, M.H; SOUZA, L.V.S.P de; PINHEIRO, S.K.M. Atuação do serviço social com população LGBT em contexto ultraconservador e pandêmico. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 155-172, 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.



A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

MARINA QUEIROZ MOURA¹
MELISSA FLAVIA DE OLIVEIRA RODRIGUES²

INTRODUÇÃO

O trabalho analisa o processo de construção histórica da assistência social no Brasil e expõe as perspectivas e tradições conservadoras que se mantiveram ao longo do tempo e que devem ser superadas para que se construa uma política eficaz e uma sociedade mais justa.

Segundo Sposati (2007), para alguns economistas da República Velha, a assistência não era vista como um direito, mas um privilégio que só era aceito se fosse uma ação compensatória, bem focalizada e circunstancial. Atualmente, mesmo com o reconhecimento da assistência social como política de direito do cidadão e dever do Estado, observa-se que, com a expansão do neoliberalismo, há um grande retrocesso quanto às conquistas já obtidas nessa área, configurando-se, assim, como um período de intensa redução de direitos e desmonte da política (FILHO; GURGEL, 2016).

Palavras-Chave: Assistência Social. Sistema Único da Assistência Social. Política Social.

¹ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portela. Membro do núcleo de pesquisa Grupo de Estudos em Pesquisa e Serviço Social-GEPSS. Email: marinaqueirozm18@gmail.com.

² Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portela. Membro do núcleo de pesquisa Grupo de Estudos em Pesquisa e Serviço Social-GEPSS. Email: melflavia10@gmail.com.

METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando autores clássicos e contemporâneos que possuem dimensão crítica da política de assistência social, dentre os principais estão: Sposati (2007), Behring e Boschetti (2017), Iamamoto e Carvalho (1982) e Filho e Gurgel (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória da assistência social, desde seus primórdios até a sua efetivação como política, sofreu grandes influências dos nexos contraditórios das relações sociais e têm relação com a emergência e desenvolvimento da questão social, bem como das respostas do Estado para o seu enfrentamento.

Segundo Lima (1982), no final da República Velha ainda predominava o modelo patrimonialista, que contribuía para a manutenção da aliança entre os interesses da burguesia emergente e os setores agrários. Esse cenário foi marcado pela passagem do sistema agrário comercial para o sistema industrial, que ocasionou o acelerado empobrecimento da classe trabalhadora e, com isso, a emergência da “Questão Social³”.

Assim, entende-se que, o empobrecimento da classe trabalhadora fez com que surgissem os primeiros movimentos operários no Brasil em busca de melhores condições de trabalho. No entanto, nesse período, não houveram grandes conquistas de direitos, isso porque o Estado, buscando manter a ordem social e punir a vagabundagem, travava a questão operária com hostilidade e repressão. A assistência era restrita aos necessitados e atuava sob viés de caridade privada com ações filantrópicas de dever moral e cristã (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Posteriormente, na Era Vargas, observou-se a fase de aprofundamento do processo de industrialização capitalista. Nesse momento, a organização política da classe trabalhadora representou uma forte ameaça à burguesia e, o Estado, visando exercer novas formas alternativas de controle sobre o movimento operário, reconheceu a questão social através de políticas sociais (ibid., 1982).

³ Neste trabalho, adota-se a conceito de questão social como “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 77).

A ditadura dos anos 30 adotou uma gestão técnico burocrática, com destaque para o nacionalismo, o patriotismo, e o primeiro damismo no âmbito da assistência social (SPOSATI, 2007). Nessa época, procurando-se aproximar a assistência social ao sentido patriota, Darcy Vargas, esposa do presidente, instala, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência, voltada para apoiar as famílias dos soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial (ibid., 2007).

De acordo com Dantas (2016), todo esse período anterior a década de 80 é caracterizado por práticas paliativas e assistencialistas. A assistência social não possuía o status de política pública e suas ações não buscavam a autonomia do indivíduo nem a emancipação social. Pelo contrário, eram pontuais, paternalistas, clientelistas, despolitizadas e acrílicas do sistema (DANTAS, 2016).

Após esse período, essas práticas continuam existindo, mas, ao mesmo tempo, se observa uma maior luta e conquistas de direitos. A assistência social é, então, posta como objeto de pesquisa, elevando os debates, seminários, documentos, posicionamentos e proposições sobre a temática (SPOSATI, 2007).

É nesse contexto que a Constituição federal de 1988 reconhece a assistência social como política que integra a seguridade social e passa a ser direito do cidadão e dever do Estado para quem dela necessitar, independente de contribuição. A conquista configurou um importante avanço no campo dos direitos sociais e na dimensão política ao estimular a participação social nos processos de ação, decisão e avaliação das políticas (CUNHA; BORDIN; BESUTTI, 2021).

A Assistência Social terá sua regulamentação com a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, que foi aprovada somente em 1993 após amplos debates. Por outro lado, perpassou por dificuldades para sua efetivação em função da orientação do projeto neoliberal para as políticas sociais adotada pelo Estado brasileiro. Por esse motivo, os movimentos pró assistência social articulavam-se na luta por conquistas nesse âmbito (SPOSATI, 2007).

Nesse período, a gestão pública brasileira começa a dialogar com preceitos neoliberais do gerencialismo. Como forma de oposição ao Estado intervencionista e de bem-estar, o Plano Diretor de Reforma do Estado é elaborado, promovendo o enfraquecimento do setor público e enaltecimento do privado. Mediante a tríade descentralização, publicização e privatização, objetiva-se reduzir o aparelho do Estado e minimizar os gastos públicos (SOUZA; FILHO; GURGEL, 2016).

Assim, as políticas sociais, em especial a de assistência social, serão impactadas. No caso da Política de Assistência Social, esta irá se constituir apenas de poucos programas focalizados e da implementação do BPC. A orientação do Estado brasileiro era de repasse das ações do Estado para as organizações da sociedade civil. Esse desmonte ocorre mediante a despolitização dos atores, a desresponsabilização do Estado no enfrentamento das expressões da questão social e a naturalização das mazelas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Somente nos anos 2.000, como consequência de intensos debates políticos e conjuntura favorável com a ascensão dos governos do PT à presidência, foram aprovadas a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a Norma Operacional Básica que implementou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no País (2005). A partir de então, a assistência social se organiza em termos de responsabilidades e operacionalização, estruturando a política em níveis de proteção básica e especial, mediante uma perspectiva socioterritorial (TAPAJÓS; CRUZ; ALBUQUERQUE, 2007). Assim, a assistência social ganha mais força como política pública e abre-se espaço para a superação das práticas assistencialistas.

CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou apreender a construção histórica da assistência social desde dos seus primórdios, com ações de caridade e filantropia, até sua consolidação como política pública, exposta nos artigos 203 e 204 da constituição de 1988, e sua materialização, através da Lei Orgânica de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. Embora esse percurso tenha sido primordial para a construção da assistência social como política pública, não se pode negar que os traços patrimonialistas da gestão brasileira ainda estão presentes.

É límpido observar que todo esse circuito foi complexo, visto que está inserido no movimento dinâmico da sociedade, na correlação de forças entre a classe burguesa e classe trabalhadora e nas contradições postas pelo sistema capitalista. Para que haja a real materialização dos ideais democráticos, destaca-se a primazia das lutas coletivas nesse processo, buscando políticas sociais efetivas em via contrária às contrarreformas pregadas pelo gerencialismo e pelo ideal neoliberal.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 63 - 154.

CUNHA, M. G. N; BORDIN, E. B; BESUTTI, Lisiane. Gestão E Planejamento Numa Perspectiva Crítica: Particularidades No Trabalho Do Assistente Social. In: **Serviço Social, Economia Política e Marxismo**. São Paulo / Edua: Manaus, 2021. p. 175-196.

DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. A assistência social no Brasil: da benemerência ao direito. **Socializando**, 2016. p. 105-113.

FILHO, Rodrigo de Sousa; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016. p.124 -187.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Ed. Cortez, SP, 1982.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço social no Brasil: ideologia de uma década**. Rio de Janeiro: Cortez, 1982.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2007.

TAPAJÓS, Luziele; CRUS, José Ferreira da; ALBURQUEQUE, Simone Aparecida. **SUAS: Os desafios da Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.



A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO CUMPRIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

MELISSA FLAVIA DE OLIVEIRA RODRIGUES¹
DALIANE FONTENELE DE SOUZA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no qual discorreremos sobre as reflexões acerca dessa legislação como garantia e proteção dos direitos das mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar. Esse objeto de estudo está fundamentado a partir das estatísticas sobre as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), apresentadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI).

Nesse âmbito, é notório considerar a seguinte legislação como resultante de um histórico processo de lutas coletivas das mulheres no enfrentamento à violência, no qual estiveram sempre sujeitas na busca de garantir os seus direitos. A criação das MPUs se deu como mecanismo para coibir a violência Doméstica e Familiar, prestar assistência e proteção às mulheres que se encontravam nessa situação, sucedendo um grande passo nessa luta, e sendo primordial sua efetividade conforme a lei.

¹ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela. Membro do núcleo de pesquisa Grupo de Estudos em Pesquisa e Serviço Social-GEPS. Email: melflavia10@gmail.com

² Assistente Social (UECE); Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; Mestre em Políticas Públicas (UFPI); Especialista em Gestão Hospitalar; Especialista em Seguridade e Serviço Social; E-mail: daliane.souza@hotmail.com

Palavras-chave: Violência; Medidas Protetivas; Lei Maria da Penha.

METODOLOGIA

Este resumo compreende, abordar o fenômeno da violência contra às mulheres como fenômeno histórico, atrelado às desigualdades e discriminações sofridas historicamente, em decorrência de um estado que negligencia o atendimento a essa demanda, como expressão da questão social. Para tanto, neste estudo foram utilizadas pesquisa bibliográfica, através de autoras como Débora Balz(2015) e pesquisa nas legislações específicas. Como também se realizou uma análise dos dados apresentados pelo TJPI referente ao quantitativo de MPUs recebidas no pelo 1º e 2º Juizado, nos anos de 2021 e 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O percurso que antecede a promulgação da Lei Maria da Penha fora marcado pelo desatenção do poder público e da sociedade quanto às necessidades das mulheres, dado que estas encontravam-se a mercê da naturalização das descriminalizações e desigualdades hierárquicas existentes, além das diversas formas de violências que estavam sujeitas cotidianamente em todos os espaços.

Durante grande parte da trajetória brasileira, as mulheres foram esquecidas e marginalizadas quanto ao acesso a seus direitos. De modo que, somente no período do governo de Vargas, o voto feminino e participação política no Brasil foi conferido (FELGUEIRAS, 2017). Todavia, é no século XIX e XX que o Estado consolida e amplia direitos para as mulheres, caracterizados na Constituição de 1988 - popularmente conhecida como “Constituição Cidadã”, que concretizou:

[...] a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da reprodução (BRASIL, 2018).

No que se refere ao fenômeno da violência, a Constituição, em seu art. 226, parágrafo 8º, assegura assistência e formas de coibir a violência contra todos pertencentes a uma família, reconhecendo que existem funções a serem desempenhadas pelo Estado nessa luta (BRASIL, 2011).

Referente a isso, compreende-se o conceito de violência contra às mulheres como o, descrito na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ao afirmar que esta é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996, capítulo 1, art.1º).

A Lei Maria da Penha, é um marco no enfrentamento dos atos de violência doméstica e familiar contra às mulheres, objetiva coibir esses atos, prestar assistência às vítimas, proteger e prevenir novas situações.

A referida legislação trouxe consigo algumas inovações, uma delas foi apresentar nome e tipificação para as formas de violência doméstica e familiar sofridas pelas mulheres. Tais como, a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; **violência moral**, como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. **violência psicológica**, qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima; **violência patrimonial**, conduta que configure retenção, subtração parcial ou total de seus objetos, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; e **violência sexual**, conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; que a impeça de usar método contraceptivo, ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

Como um mecanismo de coibir, prevenir e minimizar o ciclo da violência, foram criadas as Medidas Protetivas de Urgência, compreendidas como “uma providência jurisdicional adequada para proteger e assegurar a todas as mulheres seus direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal” (BALZ, 2011, p. 18), e previstas nos artigos 18 a 24 da Lei Maria da Penha.

Realizando um comparativo entre os anos de 2021 e 2022, segundo os dados da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPI (Stic/TJPI), “em 2022 houve um aumento de mais de 13,4% no número de medidas protetivas de urgência concedidas em relação

ao ano de 2021. Foram 5.220 em 2021 e 5.922 em 2022, instaurando a necessidade de criação de um outro juizado que respondesse ao aumento dessa demanda.

Diante disso, em outubro de 2022, foi instalado o 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Teresina, cuja competência é exclusiva para a análise das Medidas Protetivas de Urgência. posto que, as medidas são formas de assegurar a manutenção da integridade das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). A criação do novo juizado sinaliza uma realidade que indica um passo na construção de uma sociedade mais justa e segura para as mulheres, e para a garantia e materialização dos seus direitos.

Segundo o painel estatístico das mulheres, disposto no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, foram concedidas 5.056 medidas protetivas no período de 2022 a janeiro de 2023 de urgência em um total de 6.124, pois 67 foi em partes; revogou 883; e negou 118. No entanto, quando comparados esses dados à demanda real, de que “a cada dia, em média, 20 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar solicitam concessão de medidas protetivas de urgência em Teresina” (TJPI), o montante desse aumento ainda sinaliza ser insuficiente em relação ao quantitativo de medidas solicitadas cotidianamente.

CONCLUSÕES

O presente estudo sinaliza a relevância da Lei Maria da Penha como um mecanismo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e as medidas protetivas de urgência como uma ferramenta de garantia e materialização dos direitos das mulheres, tanto em Teresina, como em âmbito nacional. Essa realidade se apresenta cotidianamente, o que tem justificado um aumento de estratégias do Estado para responder às demandas apresentadas.

É notório que há diversos desafios a serem enfrentados para que a concessão dessas medidas alcance a grande demanda de solicitação pelas mulheres. Como também a sua compreensão a partir de movimento dialético entendendo-o como uma construção social da discriminação e desigualdades hierárquicas existentes. Sendo assim, intervenção necessita ser intersetorial e multidimensional para que possa ter impacto nesse fenômeno social.

REFERÊNCIAS

BALZ, Débora Fernanda. **A Lei Maria Da Penha e a (in)eficácia das medidas protetivas.**

Monografia. Santa Rosa, 2015. Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3514>

BRASIL. **Agência Senado Federal.** Publicado em: 06/03/2018. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes> Acesso: 12/03/2023.

BRASIL. **Decreto Nº 1.973, De 1º De Agosto De 1996.** Disponível

em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm Acesso: 12/03/2023.

BRASIL. **Lei 11.340/06**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 09/03/2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. **Portal Transparência, painéis estatísticos, painel das mulheres.** Disponível em: <https://transparencia.tjpi.jus.br/boxes/394/public> Acesso em: 11/03/2023

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. **Medidas Protetivas: Virgílio Madeira toma posse como titular do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher da comarca de Teresina.**

Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/tjpi/noticias-tjpi/medidas-protetivas-virgilio-madeira-toma-posse-como-titular-do-2o-juizado-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher-da-comarca-de-teresina/> Acesso em: 10/03/2023.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. Leal. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista

Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo. In: **Revista Digital Simonsen**, Nº 6, Maio. 2017.

Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen



A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO PTIA-UFPI: AÇÃO DOCENTE E ENGAJAMENTO DE MONITORES

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA E SILVA¹
REBECA MARTINS NUNES²
MISSAELE ALVES DA SILVA³
ERLANE BENTO PONTES PEREIRA⁴

INTRODUÇÃO

A experiência docente do Serviço Social no Programa de Extensão Universitária para as Pessoas Idosas (PTIA), na Universidade Federal do Piauí, tem se constituído em espaço fecundo de troca de saberes e de construção coletiva de conhecimentos a respeito da trajetória de vida das pessoas idosas e de suas aspirações na realidade piauiense. Toma-se como referência da presente análise de experiência a ação docente desta professora/pesquisadora, desenvolvida há cerca de 22 anos no PTIA, ao ministrar os cursos de História de Vida e Memória e Memória na Vida Adulta e Senescência, ambos vinculados ao projeto Direito e Cidadania que compõe o núcleo dos projetos sociais do Programa. Coloca-se também em realce neste relato o engajamento de monitores do curso de graduação em Serviço Social, os quais, ao longo dos anos, têm sido um apoio importante e qualificado em sala de aula, no desenvolvimento das atividades direcionadas ao público idoso.

¹ Professora Titular Aposentada – UFPI. Doutora em Serviço Social. E-mail: mrosariofat@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social – UFPI – 8º Período. E-mail: Rebbeka201@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social – UFPI – 6º Período. E-mail: missaele@ufpi.edu.br

⁴ Graduanda em Serviço Social – UFPI – 2º Período. E-mail: erlanebento@ufpi.edu.br

A experiência docente, no tocante ao encaminhamento do processo ensino e aprendizagem, baseia-se na relação dialógica entre professora, estudantes idosos e monitores, os quais selecionam eixos gerais de discussão que sejam significativos na trajetória de vida das pessoas idosas. Nesse aspecto, os cursos de História de Vida e Memória proporcionam aos idosos uma permanente articulação entre o passado lembrado, o presente que se vivencia e o futuro que se coloca como perspectiva de desenvolvimento de novos projetos de vida.

A relação pedagógica, durante os cursos acima mencionados, processa-se por meio do diálogo estabelecido entre a professora, os monitores e os diferentes níveis de escolaridade que caracterizam as turmas do PTIA. O contato com esse perfil diversificado é feito buscando-se sempre valorizar o saber acumulado pelos sujeitos sociais, o qual é socializado por meio de debates em sala de aula ao tematizar a condição de inserção e reconhecimento da pessoa idosa na realidade brasileira, piauiense e teresinense.

Nessa perspectiva, busca-se oportunizar a construção coletiva do conhecimento sobre situações e temas que afetam o cotidiano das pessoas idosas no Piauí. Para tanto, privilegiamos como procedimentos didáticos: o diálogo, o desenvolvimento do senso crítico, os grupos de discussão, a dinâmica de grupo, os jogos educativos, a troca de experiências por meio dos depoimentos orais, o registro de memória individual e coletiva, as narrativas de vivências, entre outros.

A adoção desses recursos metodológicos reorienta a atividade de ensino e extensão numa perspectiva participativa, o que favorece a articulação dos diferentes sujeitos sociais (docente, idosos e monitores) em torno do debate de ideias relacionadas às necessidades do seu cotidiano, no tocante principalmente às questões que cercam o processo do envelhecimento no país.

Palavras-chave: experiência; extensão; ação docente; monitoria.

METODOLOGIA

A composição desse relato de experiência compreendeu momentos de reflexão realizada sobre os anos de ação docente no campo das atividades de extensão direcionadas às pessoas idosas no PTIA, em correlação com as reflexões elaboradas pelos estudantes de graduação em Serviço Social sobre a experiência de monitoria nas atividades de extensão dirigidas a esse

segmento social. Buscou-se identificar nesse percurso a contribuição da profissão de Serviço Social no processo de ressignificação da velhice e do envelhecimento, a partir das ações do PTIA, enquanto programa de educação permanente voltado para esse propósito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação pedagógica desenvolvida em sala de aula toma como fundamento teórico a aprendizagem significativa, caracterizada segundo Moreira (2006), enquanto processo pelo qual ocorre a interação entre aspectos específicos e relevantes da estrutura cognitiva do indivíduo no contato com novas informações que acessam e que produzem significados em sua existência.

Com base neste procedimento pedagógico, os alunos e alunas idosas que já acumularam conhecimentos ao longo da vida são estimulados a reconstruir esses conhecimentos à luz das questões postas pelo momento presente, recolhendo desse debate precisamente aqueles aspectos que lhes são significativos. Dessa forma, estabelecem uma conexão preciosa entre o passado rememorado, o presente que os instiga e o futuro que se põe como possibilidade de novas expectativas de vida. (SILVA, 2011, p. 98).

Nesse sentido, o processo pedagógico no espaço do PTIA e dos cursos referidos tem contribuído para recriar a prática docente do Serviço Social em outra perspectiva, em que a relação pedagógica se processa por meio do diálogo permanente entre os sujeitos sociais (professora, idosos e graduandos) na construção do próprio objeto de ensino e aprendizagem.

Na experiência de extensão em análise e como parte dessa nova relação pedagógica, destaca-se o engajamento dos estudantes de graduação do curso de Serviço Social na atividade de monitoria voluntária ou mediante acesso a bolsas de extensão. A ação dos monitores representa um apoio qualitativo à atividade docente e, ao mesmo tempo, oportuniza a intergeracionalidade. Desse modo, as relações entre as diferentes gerações em sala de aula têm propiciado a troca de saberes e experiências acumuladas, numa relação recíproca de aprendizagem e ampliação de conhecimentos, além das trocas afetivas que aproximam e fortalecem a dignidade e a convivência dos seres em relação.

A atividade de monitoria no espaço da experiência de extensão em discussão tem se revelado, para os estudantes do curso de Serviço Social e de outras áreas profissionais, como uma oportunidade de aprendizado sobre a formação profissional, sobre a ação docente e sobre o processo de ressignificação da velhice e do envelhecimento, numa perspectiva cidadã e contra

todas as formas de preconceitos que, historicamente, têm se colocado sobre essa fase da vida humana. Por meio do diálogo com as pessoas idosas, mediado pelas diferentes atividades desenvolvidas em sala de aula, os monitores têm experienciado um espaço de convivência intergeracional, em que saberes e experiências são trocados e fortalecidos mediante uma metodologia participativa e de inclusão social.

CONCLUSÕES

A experiência de extensão universitária em análise foi desenvolvida no espaço do PTIA/UFPI, mais precisamente no campo de atuação do projeto Direito e Cidadania, e nos cursos de História de Vida e Memória e Memória na Vida Adulta e Senescência, dirigidos às pessoas idosas. Esta experiência tem proporcionado a ressignificação da ação docente do Serviço Social e, ao mesmo tempo, oportunizado aos graduandos do curso o aprendizado sobre a extensão, enquanto área de atuação importante no campo dos conhecimentos que compõem o projeto político pedagógico da formação profissional. A experiência de extensão no espaço da educação permanente para as pessoas idosas tem contribuído também para ressignificar a velhice e o processo do envelhecimento numa perspectiva de cidadania e de reconhecimento e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Teresa Cristina Moura. **Projeto Direito e Cidadania**. Programa de Extensão Universitária para as pessoas idosas-PTIA. UFPI, 2022.

MOREIRA, Marco Antônio. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. O Programa Terceira Idade em Ação como experiência de extensão e prática docente. **Revista Interação**, v. 1, n. 1, p. 95-104, jan./dez. 2011.



A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA E SILVA¹
MARIA DE JESUS ASSUNÇÃO E SILVA²

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contribuir para o processo de reconstituição da história do Serviço Social no Piauí, reunimos no presente texto algumas reflexões, sintetizadas a partir da oficina de memória e história realizada em janeiro de 2023, sobre os conceitos de memória e história, como forma de orientar um caminho metodológico que possa direcionar os esforços do grupo de pesquisa do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que assumiu o desafio de, revisitando a memória individual e coletiva, reconstituir a história do curso e da profissão no estado do Piauí.

A “[...] memória na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados ou aquilo que o indivíduo representa como passado” (BARROS, 2011, p. 317). No entanto, no início do século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs trouxe para o estudo da memória o fator social, mostrando a existência da relação íntima entre o individual e o coletivo. Nesse sentido, a memória de um povo se faz fundamental para a construção de sua própria formação, identidade e cultura. Isso requer a ação de sujeitos em suas inserções individuais e em esforço coletivo.

¹ Professora Titular Aposentada – UFPI. Doutora em Serviço Social. E-mail: mrosariofat@gmail.com

² Professora substituta do Curso de Pedagogia – CCE/DMTE/UFPI/2021. Professora Colaboradora do Projeto Direito e Cidadania – Extensão Universitária para Pessoas Idosas (PTIA/UFPI/CCH). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGED). E-mail: jesusassuncao@ufpi.edu.br

A História, segundo Barros (2011), é entendida como um campo de conhecimento necessariamente problematizador. A história é uma prática científica restrita a especialistas e conduzida segundo regras institucionalizadas, enquanto a memória constitui uma prática social exercida por todos e quaisquer membros de uma determinada sociedade humana. Somente os seres humanos possuem esta capacidade mental de reter conhecimentos e experiências para depois evocá-las por meio das lembranças, o que significa rememorar e ressignificar.

Com o avanço da discussão sobre o real significado da memória, compreende-se, de acordo com Barros (2011), que a memória pode ser considerada como um fenômeno complexo que envolve não apenas a ordenação de vestígios, mas a sua releitura. Nesse sentido, a memória pode ser considerada como processo ativo, dinâmico e criativo, haja vista que a memória é uma construção histórica que pode ser transmitida para gerações seguintes.

A história (historiografia), por sua vez, utiliza a memória individual e coletiva como fonte histórica. Ao considerar a história como sucessão de estruturas, o papel da memória coletiva adquire grande relevância no processo de sua reconstituição. Ademais, ao fazer a distinção entre os campos da memória e da história, verifica-se que a história examina os grupos de fora e a memória examina os grupos de dentro (BARROS, 2011, p. 328).

Palavras-chave: memória; história; Serviço Social; patrimônio imaterial.

METODOLOGIA

Reconstituir a história do Serviço Social no Piauí requer um esforço de revisitação da memória de sujeitos sociais que construíram, vivenciaram e vivenciam a trajetória dessa profissão nos diferentes contextos históricos nos quais a profissão surgiu, afirmou-se e foi reconhecida como um dos campos da divisão social e técnica do trabalho, frente às demandas e necessidades sociais que se apresentaram e se apresentam como campo de atuação profissional nessa realidade.

Revisitar a memória dos sujeitos sociais conduz à compreensão da memória enquanto fenômeno social, entendimento reforçado por Bosi (1994), apoiado em Halbwachs, que já alertava acerca da importância de considerar a dimensão social da memória. Nessa concepção, há o realce da linguagem como instrumento socializador da memória. De acordo com os autores

mencionados, o maior número de lembranças que as pessoas possuem vem das relações de convivência, em determinados contextos históricos. Seguindo esta linha de pensamento, a memória, enquanto fenômeno social, é o resultado da relação dos indivíduos com seu grupo de convívio e deste com a sociedade, contribuindo para a formação da memória coletiva de um povo.

O processo de reconstituição da história do Serviço social no Piauí demanda não só a interlocução com os sujeitos sociais, mas a revisitação de documentos e registros que, em determinados contextos históricos, foram construídos como marcos e normas disciplinadoras do projeto de formação profissional e da intervenção de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, seja no campo das organizações públicas, privadas, confessionais ou do terceiro setor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O esforço a ser empreendido na reconstituição desta trajetória histórica envolve a necessária valorização da memória individual e coletiva. A memória individual está relacionada ao modo próprio de cada sujeito compreender e se situar em cada tempo histórico e requer como instrumental palavras e ideias construídas na sua relação com o ambiente social. Desse modo, a memória coletiva, segundo Barros (2011, p. 320):

[...] se refere não apenas ao processo de registro dos acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e associados às mudanças culturais.

É a partir dessa ideia de memória que surge o conceito de patrimônio imaterial que, com base em Oliveira (2010), abrange expressões e tradições culturais de um povo, espaços agregados a conhecimentos, a manifestações que tenham valor referencial para as comunidades. Esse entendimento vai além da ideia de patrimônio como edificação ou um documento oficial, pois tem relação com a forma como os sujeitos sociais se posicionam sobre a realidade em determinado tempo histórico.

Nessa compreensão, o resgate da memória é de suma importância devido à possibilidade de construção e reconstituição da identidade de um povo. Para isso, é necessário que não

deixemos de rememorar, ir em busca das raízes, das origens, da nossa história. A memória, neste sentido, é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade, de coerência de uma pessoa e de um grupo social na reconstrução de sua trajetória.

Isso remete à busca de lugares de memória que estão relacionados aos espaços materiais e imateriais, cujas memórias dos acontecimentos são localizadas e preservadas. Esses lugares são classificados da seguinte forma: a) do ponto de vista físico: são os museus, arquivos, documentos, jornais, coleções, cemitérios, monumentos, santuários etc.; b) lugares funcionais: garantem a cristalização das lembranças e, conseqüentemente, a sua transmissão; c) lugares de memória: considerados como simbólicos, o que remete a um ou vários acontecimentos vividos por um grupo de pessoas.

Os lugares de memória estão relacionados às formas de preservação da memória de um povo, de uma sociedade. Daí a importância da conservação de registros relacionados a evidências escritas, da busca das narrativas, que são as evidências orais coletadas por meio do diálogo e da narração daqueles sujeitos que vivenciaram a experiência e acumularam conhecimentos e saberes. Nesse sentido, é necessário desenvolver a atitude de escuta da narrativa, como forma de construção e de reconstituição da história, valorizando os saberes e experiências dos sujeitos sociais.

CONCLUSÕES

É importante ressaltar que as mais variadas civilizações, em seus processos de construção cultural, utilizaram as mais diversas formas de preservação da memória do seu povo. Sabe-se que o registro nem sempre foi prático e fácil como atualmente. Foi preciso um domínio de técnicas para o desenvolvimento da história, o qual vem se aperfeiçoando constantemente com o avanço da ciência e da tecnologia, considerando-se sempre a prevalência dos sujeitos sociais e históricos que constroem esse desenvolvimento.

Para a reconstituição da história do Serviço Social no Piauí, o uso de métodos e técnicas de pesquisa social e qualitativa é de fundamental importância para o favorecimento da interlocução entre as evidências orais colhidas a partir da memória individual e coletiva dos

sujeitos sociais, e as evidências escritas contidas nos documentos e registros produzidos durante toda a sua trajetória.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. In: **Tempos históricos**. Volume 15. 1º semestre de 2011, p. 317-343.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, história e patrimônio-perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v.12, n. 22, p.131-151, jul./dez. 2010.

SILVA, M. do R. de F e; Silva M.de J. A e. **Memória e História**: aspectos conceituais. Texto-base elaborado para a Oficina sobre Memória e História do curso de Serviço Social. Teresina, 2023.



A INSERÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA NO SERVIÇO SOCIAL PIAUIENSE E SUA RELEVÂNCIA PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

MÔNICA DOS ANJOS SILVA¹

INTRODUÇÃO

Esta é uma reflexão acerca das contribuições do estudo em Marx para o Serviço Social, tendo em vista seu caráter crítico e reflexivo para com os fenômenos sociais.

Pesquisar sobre Marx e marxismos é percorrer em contraposição a um sistema econômico social de diretrizes neoliberais que se fortifica diante da exploração do trabalhador e da alienação das massas. Com isso, torna-se ainda mais importante investigar e disseminar reais estudos sobre essa temática, principalmente a nível local no Estado do Piauí, haja vista um pragmatismo existente (GUERRA, 2013).

Busca-se responder nesta pesquisa a seguinte indagação: como se deu o processo de legitimação da teoria social de Karl Marx para a formação crítica do (a) Assistente Social no contexto piauiense?

Dessa forma, o presente artigo manifesta a trajetória da categoria em busca de uma matriz teórica que tivesse como referência a análise das desigualdades sociais, postas como objeto de trabalho do/a profissional de Serviço Social.

No sentido de tentar compreender as inquietações postas neste trabalho e realizar uma aproximação com a realidade profissional a nível local. Utilizaram-se como procedimentos

¹ Bacharela em Serviço Social; Assistente Social Especialista em Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Sociais da Associação da Juventude Praticante da Cidadania – (AJPC); E-mail: anjosmonica.18@outlook.com.

metodológicos a pesquisa de campo do tipo exploratória e qualitativa, com roteiro de entrevistas semiestruturadas e gravadas.

Ainda neste cerne, apresentou-se o verdadeiro sentido do estudo em Marx como instrumento revolucionário para a transformação social. Além disso, a pesquisa demonstrou um caráter de denúncia a todas as formas de repressão, conservadorismo e culpabilização dos indivíduos sociais, colocando como enfoque a importância de se realizar uma análise crítica dos fragmentos da realidade, e lutar em prol de uma nova ordem societária, sendo este o projeto revolucionário marxista e um desafio cotidiano da prática profissional do/a Assistente Social.

Palavras-Chave: Teoria social crítica. Marxismo. Serviço Social

METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratória, de natureza qualitativa, onde se analisou a importância da teoria social de Karl Marx para a formação profissional crítica do/a assistente social no contexto piauiense. Segundo Marconi e Lakatos (2013), a pesquisa de campo se caracteriza por uma investigação junto a pessoas, para além da pesquisa bibliográfica, sendo efetivada por vários meios.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi em Teresina, Piauí, em uma universidade pública. O processo de coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O total de participantes da coleta dos dados foram seis docentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social da universidade pública em questão. A coleta de dados e informações contribuiu para a constatação do arcabouço teórico conclusivo.

As entrevistas foram efetivadas com docentes graduadas antes e com docentes que foram graduadas depois de instituído o currículo mínimo de bases marxistas, servindo até para realizar um comparativo relevante para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto da pesquisa se dá em quatro capítulos: Constituição da profissão: gênese, formação e inquietudes; Compreendendo Marx: principais fundamentações para o serviço social; Marxismo e serviço social: consolidação de um projeto profissional transformador; Marxismo como referência de análise das desigualdades sociais.

E para reafirmar este contexto no Piauí, podem-se apresentar reflexões realizadas durante as entrevistas com algumas docentes do Curso de Serviço Social que vivenciaram este período.

As mesmas estão identificadas com nomes de flores, e o período para a coleta de informações se deu entre o dia primeiro de novembro do ano de dois mil e dezenove, ao dia catorze do mesmo mês e ano.

Quadro 1 - Sobre a vertente teórica de formação no Serviço Social tradicional

Margarida	Jasmim
“Nós fomos formadas ainda na influência da herança conservadora de Serviço Social. Na minha formação predominou a orientação das fundamentações teóricas mais de caráter conservador [...] as teorias relacionadas com o positivismo, com o funcionalismo e com a fenomenologia.”	“Quando você sai da sala de aula e descobre que tudo que você estudou é pensamento conservador... as teorias eram americanas, de direita [...]então, o currículo era completamente conservador.”

Fonte: Elaboração própria.

Diante do contexto, o Serviço Social apresentava fortes influências conservadoras, mas estas nunca foram ausentes da história da profissão (NETTO, 2009).

Quadro 2 - Processo de transição no Serviço Social marcado por inquietações

Hortênsia	Margarida
“Começou a questionar essa bibliografia, a partir da realização do terceiro congresso, depois do terceiro congresso, começamos a ter acesso na medida em que participamos dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social, nós começamos a ver que havia o Movimento de Reconceituação, e que havia um questionamento sobre a profissão [...]”	“[...] a gente começou a se aproximar dessas discussões mais politizadas da profissão[...]eu integrei a comissão de apoio a revisão curricular, aí nesse processo a gente já começou a introduzir disciplinas que tivesse a discussão desses fundamentos da teoria mais crítica [...]”

Fonte: Elaboração própria.

Netto (1986) coloca que o surgimento do Serviço Social se deu de uma forma altamente reacionária, mas que tem seu boom na luta operária, a partir do momento em que percebem que o liberalismo não correspondia a essas lutas.

Quadro 3 – Contexto ditadura e repressão

“[...] era época de clandestinidade dos marxistas, e as universidades eram cheias de “dedos duros”, de pessoas vigiando pra entregar pra ser preso [...] porque pelo caminho da clandestinidade, como estudante, eu fui recrutada por um partido marxista, que era o PCdoB, então os meus primeiros textos foram escondidos dos professores e dos colegas, eram mimeografados, escondidos e enrolados em sacos plásticos, distribuídos na surdina, escondidos em telhados, porque se fossem descobertas qualquer leitura marxista, a gente poderia ser preso, como terrorista, essas coisas aí que a direita diz, que a família do Bolsonaro diz hoje.”

Fonte: Elaboração própria.

Ainda neste cerne, foram discutidas três perspectivas teórico-metodológicas, a primeira, modernizadora; a segunda, de reatualização do conservadorismo; e, a terceira, formada por uma intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional. Surge desse contexto, em meados da década de 1960, o Movimento de Reconceituação e, posteriormente a ele, o 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, conhecido como “Congresso da Virada”, em 1979 (FALEIROS, 2011).

Desse modo, foi na década de 1980 que a perspectiva de intenção de ruptura atingiu sua maioria intelectual, de acordo com Yamamoto e Carvalho (2009).

CONCLUSÕES

Constatou-se que esse fenômeno se instaurou no Piauí no ano de 1985, aproximadamente; um pouco mais tarde, no entanto, trouxe a intensidade e efervescência de movimentos sociais pelo fim da ditadura militar, que culminou no processo de redemocratização da sociedade brasileira, e também da profissão de Serviço Social, que tinha como anseio a ruptura com o tradicionalismo profissional demarcado e intensificado pela conjuntura.

Então, mesmo sofrendo críticas de que hoje Marx não contempla o estudo das relações sociais no século XXI, é possível afirmar que mesmo sendo pensamentos construídos no século XIX, também não se explica o século XXI sem Marx, por que a sociedade deste século ainda é o capitalismo, ainda é a sociedade burguesa acentuada na desigualdade e na exploração da força de trabalho.

Na coleta de dados também se averiguou a trajetória histórica da profissão no Piauí, também subsidiada por movimentos estudantis, movimentos de um viés clandestino por motivos de repressão, criação de espaços de debate, surgimento e fortalecimento de entidades que dão suporte teórico-político para a profissão.

E para findar o estudo, refletiu-se sobre o projeto revolucionário que o marxismo desperta, não cabendo apenas ao profissional de Serviço Social, mas a uma percepção coletiva, que busca por mudança e transformação social mesmo tidas como concepções utópicas. Mas o que seria do ser humano se não a utopia?

REFERÊNCIAS

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/04.pdf>. Acesso: 06 out. 2019.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

MARCONI; M; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. Tradução Maria Lucia. **O Manifesto Comunista**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009, p. 667-700. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>. Acesso: 20 nov. 2019.



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES DE PEQUENO PORTE I: ANOTAÇÕES PRELIMINARES

DENISE ADRIANE DA SILVA PIRES¹
KÉZIA MAGNA MARTINS COSTA²
MAURICÉIA LÍGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO³

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido trata de uma reflexão sobre a realidade da política de assistência social nos municípios de pequeno porte I no Estado do Piauí. Faz-se importante analisar e discutir as ações governamentais executadas nos referidos municípios, tendo em vista que esses representam um grande contingente na realidade nacional, impactando assim a oferta de serviços, programa e benefícios socioassistenciais a partir das suas estruturas institucionais, econômicas e políticas, como também, o viés conservador que ainda permeia a execução da referida política.

Nesse sentido, foram utilizados autores bases como Sposati (2007), Júnior (2016), Bobbio (1998), Matteucci e Pasquino (1998), Gil (2002), Oliveira(2003), dentre outros que possibilitaram reflexões no sentido de contribuir para o entendimento de como a política de assistência social

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Integrante do GEPSS. E-mail: adrianedenise445@gmail.com.

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Integrante do GEPSS. E-mail: keziacosta@ufpi.edu.br.

³ Doutora em Serviço Social (PUC/SP), docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí, membro do NEF/UNESPI e vice-líder do GEPSS/UFPI. Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: mmnevesdacosta@ufpi.edu.br , orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1074-9048>

tem se desenvolvido em territórios que apresentam realidades que desafiam a oferta dos serviços socioassistenciais como provisão e garantia de direitos sociais.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Municípios de Pequeno Porte. Municípios Piauienses.

METODOLOGIA

A presente produção textual trata-se de uma pesquisa em fase inicial, estando na revisão de literatura. É uma pesquisa qualitativa exploratória e descritiva. As principais técnicas de produção de informações terão por base a pesquisa bibliográfica e documental que por meio de questionários semi-estruturados será enviado para as Secretarias de Assistência Social dos municípios. Ressalta-se que não há discussão bem fundamentada se não houver a observância das produções teóricas construídas anteriores que dialogam com o objeto de estudo, assim, recorreu-se aos autores de referência sobre a temática para fundamentar os apontamentos aqui apresentados e subsidiar as reflexões sobre o objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a ser vista como um dever do Estado e direito de todos (BRASIL, 1988), materializando o rompimento da política com seu histórico tradicionalismo, marcado por práticas clientelistas e favoritismo. Nesse sentido, conforme a Constituição Federal em seu artigo 203 “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, [...]” (BRASIL, 1988). Sendo assim, faz importantes e novos elementos para a história da política pública brasileira e eleva então a Assistência Social da benesse e assistencialismo para o âmbito do direito, na esfera da concepção de cidadania, tão fundamental à sociedade brasileira.

No entanto, a materialização do rompimento da política com vieses conservadores encontra dificuldades em sua aplicação prática. Com base nos fundamentos norteadores e na legislação que consolida a política de assistência social no Brasil, começam a surgir importantes debates sobre os motivos pelos quais ainda persiste uma visão assistencialista e de benesse nos

municípios tanto por parte de gestores públicos como por parte dos usuários desta política que ainda possuem a compreensão de “pessoas assistidas” e não usuários de direitos. Tal situação se acentua, quando adentra-se na gestão de municípios de pequeno porte. A difusão do assistencialismo e da ideologia do favor está presente em muitos municípios cuja população é de até 20.000 habitantes.

Os referidos municípios, ainda que somem uma menor quantidade de habitantes em comparação com a grande metrópole, demandam serviços públicos para suprir as necessidades básicas dos cidadãos e garantir a existência e reprodução social. Para suprir essas necessidades é imprescindível que os gestores públicos não percam de vista a compreensão de *res publica* no trato dos bens do povo.

No sentido do gerenciamento e da organização, a assistência social conserva o princípio da territorialidade, observando que especificidade de cada área de abrangência, suas características sociais, culturais e econômicas são importantes para compreensão de como essa política é executada e assim garantidora de direitos. A importância da territorialidade é acentuadamente crucial no Brasil em virtude das dimensões continentais que o território brasileiro se caracteriza. Sobre isso, Sposati (2007, p. 13), assinala a necessidade do conhecimento das realidades específicas para as reflexões sobre a organização, estruturação e oferta dos serviços socioassistenciais.

Partindo dessa premissa, compreender as realidades dos municípios de pequeno porte no Estado do Piauí, a partir da execução da política de assistência social, representa refletir sobre os desafios que essa política pública enfrenta ao se deparar com estruturas institucionais que apontam insuficiência de recursos, deficiências na organização da gestão, espelhando na oferta dos serviços à população.

CONCLUSÕES

Ainda que o embrião da Menina LOAS, referindo-se à Lei Orgânica da Assistência Social, possa ter sido formado no início do século XX, apenas no fim do século ela foi instituída, mediante a Lei Nº 8.742, de dezembro de 1993. A Política de Assistência Social é fruto desse processo e assim vem se consolidando em uma lógica que afiança direitos e provisões sociais à população que dela necessita.

Essa política pública tem se expandido nas grandes áreas urbanas, metrópoles, mesmo com todos os desafios enfrentados para a sua consolidação, com a oferta de um conjunto de serviços, recursos humanos mais qualificados, equipamentos tecnológicos entre outros, contudo as pequenas áreas como os municípios de pequeno porte, nos quais predominam a vida rural, o trabalho com a pecuária, a lavoura, pesca artesanal e o manejo dos recursos naturais vivenciam limitações que comprometem a organização, infraestrutura dos serviços ofertados pelo Estado e aqui destacamos a área da assistência social.

Compreender a dinâmica dessa realidade, que tem desafiado gestores públicos especialmente da assistência social quando se deparam com as condições estruturais que os municípios de pequeno porte apresentam, se faz importante, pois, contribui para conhecer as estratégias públicas executadas no atendimento às demandas sociais e nesse estudo, destacando os municípios piauienses.

REFERÊNCIAS

JÚNIOR, Adilson Aquino Silveira. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político- pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS.** 2016.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Loas:** legislação federal. Brasília, DF, 07 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 16/15 de março de 2023.

BRASÍLIA. Tesouro Nacional Transparente. Ministério da Economia. **Transferências a Estados e Municípios:** estados e municípios. 2023. Uma visão sobre as transferências da União para Estados e Municípios.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 86 p.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.



A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DE AJUSTE FISCAL DO ESTADO

NAYARA COSTA DOS SANTOS¹

INTRODUÇÃO

As políticas de educação especial possuem papel fundamental no processo de implementação do compromisso mundial da Educação para Todos (UNESCO, 1990). A educação especial visa incluir pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas (NEE) no sistema educacional regular através da eliminação de barreiras de acessibilidade e aprendizagem com recursos de apoio especializado para o desenvolvimento de atividades e participação (AINSCOW, 2009).

No Brasil, a política de educação especial na perspectiva inclusiva permite que estudantes, historicamente excluídos do ambiente escolar por apresentarem necessidades educacionais específicas, tenham o direito de ocupar as salas de aula do ensino regular com adoção de medidas de apoio individualizado que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social (BRASIL, 2011).

Entretanto, a partir de 2016, mudanças no cenário político e econômico brasileiro geraram influência no sistema educacional. Marcado pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, o ano de 2016 inaugurou uma nova fase do neoliberalismo no Brasil como consequência da crise mundial do capitalismo que se apresentava nos últimos anos (PELAEZ et al, 2020).

¹ Graduada em Serviço Social pela UFRN. Especialista pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (área: intensivismo adulto) da UFRN. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFPI. Assistente social efetiva do IFRN. E-mail naycosta.as@gmail.com.

O ex-presidente Michel Temer assume a chefia do executivo com uma agenda de medidas que visavam o redirecionamento do fundo público ao capital através da redução dos gastos do Estado com políticas públicas (SANTOS; LIRA, 2022).

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral apreender e analisar a política de educação especial desenvolvida nos Institutos Federais (IFs) no contexto de ajuste fiscal do Estado. Para isso, têm-se como objetivos específicos: investigar o processo de ajuste fiscal do Estado e suas implicações na política pública de educação e, conseqüentemente, na educação especial; identificar e analisar a compreensão dos profissionais, estudantes, gestores a respeito da política de educação especial desenvolvida nos Institutos Federais; e conhecer os processos educativos de inclusão escolar no qual estão inseridos os estudantes com NEE dos IFs.

Palavras-chave: Educação especial. Instituto Federal. Ajuste fiscal.

METODOLOGIA

No desenvolvimento da pesquisa está sendo adotado o materialismo histórico-dialético como método teórico de abordagem que proporciona a definição dos procedimentos lógicos necessários à investigação científica dos fatos da realidade (GIL, 2008).

A metodologia utilizada nesta pesquisa inclui/requer os fundamentos de investigação qualitativo e quantitativo. A pesquisa bibliográfica exploratória está sendo realizada como parte do procedimento metodológico que busca aprofundar o conhecimento sobre os temas abordados na pesquisa.

No *locus* de investigação (Institutos Federais do Piauí e Rio Grande do Norte) serão aplicados questionários² com estudantes, profissionais e gestores dos Institutos buscando identificar qual o entendimento da comunidade acadêmica sobre a política de educação especial desenvolvida na Instituição. Destaca-se que serão utilizadas ferramentas eletrônicas para a aplicação dos questionários junto ao público-alvo.

RESULTADO E DISCUSSÕES

² “[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações [...]” (GIL, 2008. P. 121).

Os resultados obtidos nesta fase ocorreram através da pesquisa bibliográfica exploratória, tendo em vista que a pesquisa sobre o tema está em desenvolvimento e ainda será executada a coleta de dados para aprofundar a discussão em torno dos demais objetivos do estudo.

A revisão de literatura demonstrou que as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo Estado a partir de 2016, como a Emenda Constitucional nº 95/2016, trará um prejuízo em dez anos de, aproximadamente, R\$58,5 bilhões para a área de educação (LIRA; SANTOS; OLIVEIRA, 2018). Segundo Rossi e Dweck (2016) não há necessidade de se constitucionalizar uma regra fiscal, porém, para promover a desvinculação das receitas em saúde e educação³, tornou-se indispensável realizar alterações constitucionais. A emenda nº 95/2016 do novo regime fiscal é, na verdade, a emenda da desvinculação da saúde e da educação (ROSSI; DWECK, 2016).

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) elaborou um documento que traz o monitoramento do orçamento geral da União nos anos de 2019 a 2021, o qual aponta que há desfinanciamento na política pública de educação mesmo com o agravamento das desigualdades diante da pandemia pelo COVID-19. Entre os anos de 2019 e 2021, observa-se que a execução financeira da função educação caiu R\$8 bilhões em termos reais (INESC, 2021).

Outro aspecto a ser destacado relaciona-se diretamente a política de educação especial, a qual passou por uma tentativa de reformulação através do decreto nº 10.502/2020⁴ que previa a criação das classes e escolas especiais para estudantes com NEE (BRASIL, 2020). Esse modelo de segregação retoma o antigo viés terapêutico para a política de educação especial.

As tendências de desregulamentação e desfinanciamento da proteção social pelo Estado são frutos de uma política econômica direcionada a atender as demandas do ideário neoliberal, no qual o Estado reorienta o fundo público para cobrir custos do capital, o que contribui para sua crise fiscal. Como resultado desse movimento, observa-se os processos de privatização, caracterizados pela degradação dos serviços públicos visando torná-los atrativos à ação do mercado (BEHRING, 2003).

Diante do exposto, percebe-se que a ocorrência de mudanças no âmbito fiscal do Estado a partir de 2016 impacta diretamente a política pública de educação.

³ O art. 212 da Constituição Federal de 1988 prevê que a União invista, anualmente, em educação dezoito por cento (18%) da sua arrecadação em impostos (BRASIL, 1988).

⁴ O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia do decreto meses após sua publicação. E em 01 de janeiro de 2023, o decreto nº 10.502/2020 foi revogado pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

CONCLUSÕES

A revisão de literatura pôde identificar que no período de 2016 a 2022 foram adotadas medidas de ajuste fiscal pelos governos dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro que impactaram financeiramente a política de educação e, conseqüentemente, a educação especial.

Nota-se que foi possível entender como as medidas de ajuste fiscal do Estado estão repercutindo na política de educação, principalmente na questão orçamentária. Entretanto, esta pesquisa precisa aprofundar o estudo teórico e realizar coleta de dados nos Institutos Federais de Educação visando conhecer e analisar de que forma o processo de ajuste fiscal têm impactado as ações relacionadas à implementação da política de educação especial nos IFs.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? *In*: FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. (orgs.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. *In*: **Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIRA, J. de S.; SANTOS, S. C. M. dos; OLIVEIRA, I. C. de S. O (des)financiamento da educação brasileira durante o governo Michel Temer (2015-2018). *In*: **ANAIS XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**. Educon, Aracaju. Volume 12, n. 01, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9531/17/16.pdf> Acesso em: 02 maio 2023.

PELAZ, E. J.; BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. S.; CISLAGHI, J. F.; BRAVO, M. I.; TEIXEIRA, S. O. Ajuste Fiscal e Seguridade Social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. **Rev. Pol. Públ.** v. 24, 2020, p. 200-220. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15104/7993> Acesso em: 02 maio 2023.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. In: **Cadernos de Saúde Pública**. V. 32, ano 12, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00194316> Acesso em: 02 maio 2023.

SANTOS, A. E. D. dos; LIRA, T. S. V. O ensino superior público no contexto da intensificação do ajuste fiscal brasileiro no período de 2015 a 2020. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36900/24957> Acesso em: 02 maio 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por.locale=en Acesso em: 02 maio 2023.



A TRAJETÓRIA DO DIREITO À MORADIA: ASPECTOS LEGAIS E CONFLITOS EXISTENTES

AYLEEN DALLETH ROCHA ARAUJO¹
CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA²
DHANIA VITÓRIA DE CARVALHO SILVA³

INTRODUÇÃO

A expansão do processo de urbanização brasileiro ocorreu entre os séculos XIX e XX num ideário positivista pautado na busca da ordem e da “harmonia social”, neste sentido a população pobre e marginalizada era excluída do direito à cidade e do direito a uma moradia digna que dispusesse de condições mínimas de sobrevivência.

Diante do processo de mercantilização do espaço urbano a população subalterna historicamente destituída de direito à saúde, educação, assistência, emprego e renda também não terá acesso a formas “legais” de moradia tendo em vista os altos valores cobrados pelo mercado imobiliário.

O presente resumo expandido detém como objetivo apresentar os principais marcos legais do direito à moradia no Brasil, com destaque para o Banco Nacional de Habitação, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Programa Minha Casa, Minha Vida, ademais será apresentado os principais impasses existentes entre os mesmos.

Palavras-chaves: Questão urbana; Política habitacional; Direito à moradia.

¹Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. ayleenseso@ufpi.edu.br

²Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. carlagabrielanobre@gmail.com

³ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. dhaniavitoria8@hotmail.com

METODOLOGIA

Para tal, a presente discussão baseou-se metodologicamente em revisão bibliográfica de autores como: Avritzer (2010), Monteiro e Veras (2017), Ferreira *et al* (2019), além de análise do aparato normativo legal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Monteiro e Veras (2017), a Política Habitacional brasileira tem seu marco em 1964 com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) instituído através da Lei nº 4.380. O BNH objetivava através da orientação da iniciativa privada fomentar a construção de moradias para as classes subalternas, ou seja, moradias de interesse social, além do financiamento para aquisição da casa própria para a população de baixa renda (BRASIL, 1964). Cabe destaque que esse processo de financiamento era realizado através das Companhias Habitacionais (COHABs).

A Carta Magna de 88 foi um documento essencial no que tange ao avanço da democracia aliada à consolidação de direitos. O artigo 6º da constituição versa sobre os direitos sociais e dentre eles o direito à moradia que agora passa a ser de responsabilidade estatal (BRASIL, 1988).

Em 1992 devido a esforços da iniciativa popular se tem a elaboração do Projeto de Lei nº 2.710/92 que obteve mais de um milhão de assinaturas. A construção do PL contou com o auxílio do Fórum Nacional da Reforma Urbana⁴ e tinha como finalidade a criação de um fundo público para o atendimento das demandas por moradias populares (FERREIRA, et al, 2019).

O Estatuto da Cidade aprovado no ano de 2001 foi fruto de intensas mobilizações da população integrada ao Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), esse movimento surge com o intuito de elaborar uma legislação para a questão urbana com enfoque na participação democrática (AVRITZER, 2010). Ademais, o Estatuto possui como elementos essenciais o planejamento participativo e a função social da propriedade.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) é fruto do PL nº 2.710/1992 que resultou na Lei nº 11.124/2005, a referida Lei também estabeleceu o Fundo Nacional de

⁴ Anteriormente conhecido como Movimento Nacional da Reforma Urbana que surge no período de redemocratização brasileira e após a Carta Magna de 1988 se torna o Fórum Nacional da Reforma Urbana (AVRITZER, 2010).

Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS. O SNHIS, tinha como objetivo promover acesso a moradia de qualidade para população de baixa renda.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009 através da Lei nº 11.977/2009 e visava incentivar e/ou adquirir unidades habitacionais urbanas ou reformar unidades habitacionais rurais para famílias com renda de até R\$ 4.650 (BRASIL, 2009).

Muitos são os desafios vivenciados no Brasil acerca da questão do acesso à moradia pela totalidade da população, principalmente nas sociedades capitalistas, onde a terra urbana é mercantilizada e a função social da propriedade é colocada em segundo plano.

O BNH é considerado um marco na Política Habitacional Brasileira, que mobilizou recursos financeiros para o mercado de habitação, tendo como financiadores das famílias de baixa renda as COHABS. O BNH não teve seu objetivo central alcançado já que teve seu atendimento voltado prioritariamente a população com renda acima de três a cinco salários mínimos, não se afirmando como política de inclusão social.

O Estatuto da Cidade tem como enfoque a participação popular na política urbana através dos planos diretores e da defesa da função social da propriedade. Sobre isso, um dos desafios à participação democrática, onde os governos forjam uma participação convocando a população para as conferências, mas apenas para a legitimação das decisões, que em sua maioria, são elaboradas por especialistas da área, excluindo desse processo os que mais deveriam ser incluídos, os moradores da cidade.

O SNHIS objetivou a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular para o acesso dos cidadãos de baixa renda à moradia. O SNHIS, no que diz respeito a estrutura financeira, prevê o equilíbrio entre as ações do mercado e do Estado e buscou a descentralização de governança com subsistemas federais, estaduais e municipais, mas como pontuado por Ferreira, *et al*, (2019) as mudanças na conjuntura política que ocorreram em 2005, acarretaram no enfraquecimento do Sistema.

O Programa Minha Casa, Minha Vida surge como resposta à crise econômica de 2008, onde “o governo federal buscou promover uma política de habitação com apelo social” (FERREIRA, *et al*, 2019, p.8). O PMCMV priorizou investimentos na área da habitação ao mesmo tempo que se baseia na participação do setor privado como um subsídio direto a fim de objetivar a criação de condições que ampliassem o mercado habitacional. Como impasses, o programa enfrentou a concessão do poder público à iniciativa privada e desconsiderou o déficit

habitacional, pois estava submetido à lógica do mercado, assim, se afastando dos aspectos da reforma urbana e do direito à cidade.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, vê-se que mesmo com a disposição dos marcos legais discutidos, há impasses para que esses sejam de fato cumpridos e que haja a democratização do direito à cidade para a população, não só com o acesso a moradia, mas a “cidade legal” que conta com infraestrutura, acesso transporte público, saneamento básico. Além da democratização no que diz respeito a participação ativa da população na tomada de decisões, como está disposto no Estatuto da Cidade a fim de reduzir as desigualdades sociais e promover políticas que se afastem do caráter pragmático.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], 91 | 2010.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <[L4380 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <[Lei nº 11.124 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[L11977compilado \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em: 17 de setembro de 2022.

FERREIRA, G. G; CALMON, P.; FERNANDES, A. S. A.; & ARAÚJO, S. M. V. G. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, **11**, 2019.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator, Fortaleza**, v. **16**, e**16015**, 2017.



AS “MENINAS” DA CASA DE ZABELÊ E A BUSCA PELO SERVIÇO

CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA¹
RAFAELA MARINHO DE ALBUQUERQUE LIMA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar os resultados de um levantamento de fichas sociais das crianças e adolescentes da Casa de Zabelê realizado durante a vivência do estágio supervisionado obrigatório I do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A partir do levantamento e da análise foi possível traçar o perfil das usuárias do núcleo de atendimento direto em relação aos seguintes elementos: motivos que levaram a busca pelo serviço, renda, tipo de composição familiar, dentre outros aspectos. O resumo expandido em questão se voltará aos motivos que levaram a busca pelo serviço ofertado na Casa de Zabelê, o que está ligado diretamente às expressões da questão social que afetam o público infanto-juvenil, levando-os a buscarem os acompanhamentos disponíveis na rede socioassistencial a exemplo do serviço ofertado pela Casa de Zabelê.

Palavras-Chave: Casa de Zabelê; questão social; estágio supervisionado.

METODOLOGIA

Minayo (2001), conceitua metodologia como o caminho do pensamento e da prática exercida em uma abordagem. Nesse sentido, o estudo em tela é de caráter bibliográfico e

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Estagiária da Casa de Zabelê. carlagabrielanobre@gmail.com.

² Assistente Social da Casa de Zabelê. Especialista em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente. rafaelamarinho_28@yahoo.com.br.

documental, com abordagem quanti-qualitativa, oriundo de uma vivência de estágio supervisionado obrigatório I do curso de Serviço Social da UFPI na Casa de Zabelê. Portanto, os dados utilizados são de fonte secundária, tratando-se do levantamento e análise de 19 fichas sociais do público-alvo atendido pelo Núcleo de Atendimento Direto da instituição no turno da tarde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Casa de Zabelê foi inaugurada no ano de 1996 e o serviço é resultado de uma parceria entre Banco Interamericano de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Teresina por meio da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCAPI) e Ação Social Arquidiocesana (ASA) que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, atualmente a parceria se mantém entre os dois últimos, nesse sentido, a ASA é responsável pela coordenação da Casa de Zabelê e a Prefeitura Municipal pelo financiamento das ações (CASA DE ZABELÊ, 2022).

O objetivo da instituição é prevenir e enfrentar as diversas formas de violações de direitos contra crianças e adolescentes do sexo feminino, jovens de ambos os sexos e suas respectivas famílias em situações de riscos e/ou vulnerabilidade por meio de atendimento psicológico, social e/ou psicossocial, atividades que envolvem arte, educação, esporte e dança além dos cursos profissionalizantes de moda e serigrafia (CASA DE ZABELÊ, 2022).

A instituição possui três núcleos de atuação: o núcleo de atendimento direto e o núcleo de dança que englobam crianças e adolescentes do sexo feminino provenientes de todas as zonas de Teresina e o núcleo profissionalizante que envolvem jovens de ambos os sexos nos cursos de moda e serigrafia.

O Núcleo de Atendimento direto é composto por crianças e adolescentes do sexo feminino na faixa-etária de 8 a 17 anos que em sua maioria são pretas, pobres que sofrem e/ou sofreram algum tipo de violência, ou seja, que se encontram em situações de risco, além dos casos que envolvem vulnerabilidades.

Sabe-se que o objeto de atuação do Serviço Social é a questão social e suas variadas expressões, compreendida por Yamamoto como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais

amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Nesse sentido, o gráfico a seguir indica quais as principais expressões da questão social que levam o público-alvo da Casa de Zabelê a buscarem pelo serviço ofertado na instituição:

GRÁFICO 1: Principais motivos que levam a busca pelo serviço ofertado na Casa de Zabelê



Fonte: Produzido pelas autoras com base nas fichas sociais das crianças e adolescentes do Núcleo de Atendimento Direto- turno tarde (2022).

O gráfico aponta que em sua maioria o que leva as famílias a buscarem o Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos ofertado na Casa de Zabelê é a vulnerabilidade social, representando 31,8% dos casos, essa é uma expressão que provoca diversas outras formas de situações de violações, como o não acesso ao básico para sobrevivência.

Monteiro (2011), indica que a vulnerabilidade social é compreendida como uma exposição a riscos que envolvem aspectos econômicos, culturais ou sociais, ou seja, são inúmeros os condicionantes que originam uma situação de vulnerabilidade social, mas que em sua maioria estão diretamente relacionados a ausência e precarização de recursos que garantam a sobrevivência e a satisfação das necessidades da população.

A violência psicológica representa 27,3% da motivação de busca pelo serviço. Destarte, é comum no atendimento de inserção realizado pelo(a) Assistente Social relatos do responsável, em sua maioria representado por uma pessoa do sexo feminino que sofreu violência física, psicológica ou verbal por um atual e/ou ex-companheiro, ou seja, crianças e adolescentes que presenciam as inúmeras violências em um ambiente que era para ser considerado seguro e acabam sendo atingidas integralmente, dessa forma a vivência dessa criança e/ou adolescente nesse local permeado por conflitos familiares e riscos resultam em violência psicológica.

Observa-se na instituição que é comum a presença de adolescentes com transtornos de ansiedade, depressão, automutilação e ideações suicidas devido às diversas formas de violência que sofrem e/ou sofreram, além da própria situação de pobreza que é um fator condicionante para desencadear outras expressões da questão social.

Tal expressão faz referência também aos conflitos familiares (9,1%) e as famílias com histórico de uso de álcool e outras drogas (9,1%), além do envolvimento direto na criminalidade. Mediante a análise dos prontuários verificou-se que uma grande parte dos sujeitos que compõem os núcleos familiares das usuárias do serviço possuem envolvimento no crime e/ou são associados a facções, entre elas destaca-se a Bonde dos 40 (B-40) e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O abuso sexual intrafamiliar (13,6%) é uma das expressões da questão social mais recorrente na Casa de Zabelê que motivou o surgimento da instituição, acrescido da exploração sexual no município de Teresina. Partindo disso, é comum na instituição casos de crianças e adolescentes em que o agressor faz parte do convívio familiar. Ademais, a violência sexual também atravessa a realidade de 9,1% das crianças e adolescentes.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, evidenciou-se que o público-alvo da Casa de Zabelê é heterogêneo e plural, mas que em sua maioria são impactados por questões transversais. A discussão realizada permitiu identificar elementos essenciais para compreender a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes atendidas na instituição. Portanto, ressalta-se a necessidade de reflexões sobre a oferta de um serviço com aspectos éticos e políticos que assegure eficácia em seu desenvolvimento, buscando assim contribuir no fortalecimento e empoderamento do público infanto-juvenil e de suas respectivas famílias.

REFERÊNCIAS

CASA DE ZABELÊ. **Plano de Trabalho - 2022**. Teresina: Casa de Zabelê, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: editora vazes, 2001; Cap-1.

MONTEIRO, Simone Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17 (2): 29-40, jul-dez./2011.



AS REPERCUSSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX: RELAÇÕES COM AS CATEGORIAS TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

ANANDA INGRED RODRIGUES DE OLIVEIRA¹
VÍVIAN MARIA ALMEIDA DE AMORIM²
IRACILDA ALVES BRAGA³

INTRODUÇÃO

As discussões acerca das expressões da questão social e da categoria trabalho são de grande relevância para o Serviço Social. O presente estudo, por sua vez, visa a discussão sobre as perspectivas que atravessam o trabalho, a relação intrínseca com as manifestações da questão social e a emergência da profissão no cenário brasileiro no século XX.

Desse modo, ao considerar a temática proposta, o texto foi produzido com uma única seção de desenvolvimento que elucidará aspectos relativos à política, à sociedade e à economia, no Brasil, nos períodos antes e durante a Era Vargas, bem como seus rebatimentos no mundo do trabalho, na compreensão das expressões da questão social e na gênese do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

Dessa forma, o resumo tem como propósito trazer contribuições para a discussão sobre o eixo temático “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” e proporcionar reflexões acerca da

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI); bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde). E-mail: anandaingred72@gmail.com;

² Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI); bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social e membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade e Serviço Social (GEPSS). E-mail: vivianalmeida0709@ufpi.edu.br;

³ Orientadora/Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – UFPI e líder do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade e Serviço Social (GEPSS). E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br.

interlocução das categorias citadas anteriormente no contexto brasileiro, especificamente no século XX.

Palavras-chave: Trabalho. Questão Social. Serviço Social.

METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho teve como embasamento teórico o estudo em livros e artigos científicos que abordam assuntos relacionados à temática proposta. Dessa forma, utilizou-se como referência obras de autores como Marilda Iamamoto (2006), Leonia Capaverde Bulla (2003) e José Paulo Netto (2011). Somado a isso, debates realizados de forma interna, durante as reuniões realizadas pelas integrantes ao longo do processo de execução do projeto, foram meios para construir reflexões e compartilhar percepções que contribuíram para a composição do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A priori, cabe mencionar que o sistema capitalista é demarcado pelas relações sociais e, também, pelo modo como estas se desenvolvem, nas quais se percebe a alienação e a dominação do homem sobre os outros homens, materializando a acumulação do capital, evidenciando a concentração de bens nas mãos de poucas pessoas e, conseqüentemente, as desigualdades sociais (BULLA, 2003). Assim, a partir dessa discussão, tornam-se destaque as relações de conflito entre capital e trabalho, e, dessa forma, “focaliza-se, então, o cerne da questão social, a exploração do trabalho pelo capital, com todas as suas conseqüências para a vida do trabalhador” (BULLA, 2003, p.1), sujeito da classe operária.

Nessa conjuntura, no que se refere à questão social, é possível afirmar que se trata das “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p.77). Desse modo, as manifestações da questão social são indissociáveis da emergência do trabalho livre, cenário em que o proletário vende sua força de trabalho - único bem que possui - a um burguês - dono dos

meios de produção - que, ao ser empregada no processo produtivo, é submetida a uma exploração abusiva em prol do acúmulo do capital e adquire diferentes formas de tratamento a depender do contexto histórico, econômico e político.

Durante a Primeira República, período político que se inicia com o fim da monarquia em 1889 e se encerra com a posse do presidente Getúlio Vargas, em 1930, há a gênese do processo de industrialização. Nesse período, a figura do operário na indústria nascente emerge sob péssimas condições de trabalho, moradia, carência de saneamento básico, salários baixos, trabalho infantil e feminino com jornadas extremamente exaustivas, além de outros aspectos que somam para o acirramento das contradições entre as classes à medida que a industrialização se estabelece na economia brasileira. Nesse cenário, as manifestações da questão social eram compreendidas como um problema de ordem moral e, desse modo, tratadas como “caso de polícia”, sendo alvo de repressão policial e ilegítimas pelas classes dominantes e pelo Estado, já que operariado “não fora capaz até aquele momento – pelas limitações objetivas de seu peso no todo social e por suas características intrínsecas - de forçar a ampliação de seu reconhecimento” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006. p. 133).

Após 1930, com a posse da presidência por Getúlio Vargas na denominada “Revolução de 30”, o país passa por significativas mudanças na esfera econômica, visto que ações para a ampliação do setor industrial são implantadas e, somado a isso, políticas sociais emergem para atender às reivindicações da classe trabalhadora. Nesse âmbito, a questão social assume novos contornos no que tange às suas formas de tratamento, dado que as classes dominantes, bem como o Estado, passam a legitimá-la e a intervir por intermédio dos poderes públicos, ou seja, diferente do primeiro momento, essa passa a ser colocada como “caso de política”. É importante ressaltar que, nessa conjuntura, o poder estatal apropria-se de um caráter corporativista em seu projeto político ao agrupar as divergências entre as classes, a fim de garantir uma harmonia na sociedade ao ceder a determinadas demandas da categoria trabalhadora. A conjuntura, por sua vez, alimenta o mito do “Estado *Benefactor*”, uma vez que, ao atender determinadas demandas dos trabalhadores, objetiva a manutenção da passividade e a exploração constante da força de trabalho operária, o que reafirma os processos de acumulação e expansão do capital.

Dessa forma, a emergência do Serviço Social surge como uma resposta do Estado para o tratamento das manifestações da questão social, através de políticas sociais que atendem minimamente às demandas da classe trabalhadora e asseguram a hegemonia burguesa, dado

que “(...) enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”. (NETTO, 2011, p. 73-74). Nesse contexto, nos primeiros momentos da profissão, os assistentes sociais atuavam, majoritariamente, nas instituições da Igreja Católica, entidade ligada à base da profissão. Contudo, esses profissionais foram inseridos, gradualmente, nas instituições do Estado responsáveis pelo enfrentamento da questão social (BULLA, 2003). Assim sendo, avalia-se que a profissão, em sua gênese, ao adquirir um caráter funcional e objetivo em seus projetos de intervenção na realidade social, reafirma o projeto conservador burguês, à medida que se insere na divisão social e técnica do trabalho.

CONCLUSÕES

Ao discorrermos acerca das categorias trabalho, questão social e Serviço Social, destacamos a relevância da articulação entre essas áreas, visto que são indissociáveis, considerando que é a partir da questão social, evidenciada pelo sistema capitalista de produção e, juntamente a ele, a exploração para com as classes subalternas, que emerge o Serviço Social.

Ademais, outro ponto a ser destacado é no que diz respeito ao cenário pós-década de 1930, especificamente na Era Vargas, no que se refere ao real propósito de Getúlio Vargas, unido à classe dominante – burguesia – ao mudar a forma de tratamento dada à questão social, passando a legitimá-la. Assim, seu intuito não era o de fornecer, de maneira benevolente, melhores condições de vida aos trabalhadores e sua família, mas sim estabelecer um controle sobre a população, especificamente ao movimento operário, de forma que os trabalhadores se contentassem, e, assim, continuassem corroborando, sem hesitações, para a acumulação do capital.

Por fim, cabe concluir que é desafiador compreender o Serviço Social, bem como sua historicidade, sem realizar uma associação entre o contexto social, político e econômico vigente, estabelecendo reflexões críticas acerca dos fatos que interligam a conjuntura e a profissão.

REFERÊNCIAS

BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. **Textos e Contextos**, n.2, p.1-15, dez. 2003.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 19 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



AS TRANSMUTAÇÕES ENTRE OS CURRÍCULOS I E IV DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPI

DANDARA LAVINNE DA SILVA COSTA¹
MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA²
RÚBIA MARIA VIEIRA E SILVA³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as transmutações dos distintos currículos do curso de bacharelado de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Dessa forma, pretende-se analisar o primeiro currículo (mínimo) e o quarto (atual), visando estabelecer a relação existente entre estes para compreender a importância da avaliação periódica do projeto pedagógico, visto a escassez de documentos que envolvem essa temática, além da relevância desse conhecimento histórico da profissão no Piauí.

Importante destacar esse trabalho é resultante das discussões realizadas no âmbito da disciplina de Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I no curso de Serviço Social da UFPI, no período 2022.2.

Palavras-chave: Currículo. Serviço Social. UFPI.

METODOLOGIA

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: danlavinne05@gmail.com

² Discente do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: ricardinamaria76@gmail.com

³ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: rubiamaria760@gmail.com

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, fundamentado nos autores: Guimarães (1995), Joazeiro (2020), Iamamoto (2006), e também, diversos documentos disponíveis na Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Campus Ministro Petrônio Portella, tais como o currículo I e IV, e demais pedidos de revisão desses. Inicialmente, será avaliado o primeiro currículo, abordando dados como: a quantidade de alunos ingressantes, gênero, algumas matérias que eram ministradas e duração de curso; em seguida, os respectivos componentes do quarto currículo vigente também serão examinados, para que, por fim, sejam comparados os dois projetos, visualizando as diferenças entre si.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso de Serviço Social, segundo Joazeiro (2020), foi criado na UFPI em 1976 pela resolução CONSUN/UFPI, no qual está inserido no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). Nesse contexto, a primeira turma de Serviço Social obteve ingresso de 40 pessoas, através do modelo de vestibular tradicional implementado pela Universidade, conforme Guimarães (1995), onde houve apenas 14 concludentes, sendo todas mulheres, o que remete ao processo histórico de formação profissional e ao caráter de gênero que perpassa a trajetória do Serviço Social.

Neste cenário, estava vigente o currículo mínimo instituído pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), “ a ABESS aparece como principal agência de difusão das modificações curriculares e de homogeneização do ensino no âmbito nacional.” (IAMAMOTO, 2006, p.229). Este possuía uma carga horária mínima de 2500h, abrangendo áreas básicas como: Português, Matemática, Sociologia, Filosofia e Metodologia Científica; área profissional: Introdução à Administração, Ética Profissional, Economia Social e Desenvolvimento, entre outros. Além disso, eram obrigatórios, desde essa época, o Estágio Supervisionado de 180h e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, dessa forma, a média de tempo para a conclusão do curso era de 3 à 5 anos. Outrossim, os estudantes deveriam cursar 30h de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB, obrigatória a quaisquer cursos; e no que se refere ao Estágio, as primeiras instituições voltadas a ele eram a Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Estado (STPS), Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Comissão de Assistência (CAC), Comissão de Assistência ao Estudante da UFPI (CAE). (Guimarães, 1995).

Esse primeiro currículo foi implantado em 1977, vigorando até 1984. Durante 1982 houve uma necessidade de reforma desse currículo, devido às mudanças sociais que influenciavam no

campo de atuação profissional, entrando em vigor em 1985 um novo currículo, com o objetivo de se tornar mais crítico, por conta da situação econômica da época, buscando intervenções concretas que estabeleçam compromisso com as camadas populares. (UFPI, 1982).

Em contrapartida, o atual currículo, sendo esse o quarto, obteve sua aprovação em 2007, atendendo as mudanças na formação após as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Esse projeto pedagógico necessitou de uma reformulação no ano de 2012, em vista da necessidade de retirar disciplinas que não abrangiam sobre questões do fazer profissional, além de matérias em que haviam repetições dos conteúdos entre si, separação entre teoria, metodologia e história na formação profissional, na produção de projetos de pesquisa e TCC, por fim, a importância da área política social.

Atualmente, estão matriculados no curso de Serviço Social da UFPI, um total de 189 alunos, sendo 13 homens, ingressantes por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), substituindo o vestibular tradicional.

A grade curricular do Projeto Pedagógico atual possui uma carga horária de 3225h, abrangendo matérias como: Ética Profissional e Política Social, que permaneceram desde o primeiro currículo, mas também Questão Social no Brasil e Processo de Trabalho do Serviço Social, que apresentam discussões centrais da formação que não estavam presentes no curso da UFPI em sua origem. Nessa conjuntura, o novo prazo de conclusão do curso é de 4 à 7 anos, e em caso de extrapolação desse período de tempo, o aluno será jubilado.

No que se refere ao Estágio, a UFPI possui convênios em diversos campos para que seja adquirida experiência pelos estudantes em áreas da saúde, sócio jurídico, política de assistência social, educação, política agrária e na política de saúde mental. (Site UFPI, 2022).

CONCLUSÕES

Sob esse prisma, é possível perceber a continuidade da predominância feminina no curso, bem como às mudanças disciplinares decorrentes de novas necessidades sociais no processo de formação, a fim de preparar estes profissionais, além da permanência do trabalho de conclusão de curso e do estágio supervisionado desde o primeiro currículo até o atual. Ainda que o estágio continue sendo obrigatório, houveram importantes alterações como, a ampliação da carga horária e dos campos de atuação. Além disso, foi estipulado um novo tempo para a conclusão, de 4 à 7 anos, caso seja excedido haverá a penalidade da perda de direito à matrícula.

Nesse viés, vale ressaltar que há um novo projeto pedagógico em tramitação atualmente, decorrente de demandas por um profissional que se adeque às transformações sociais, tais como o debate étnico-racial e de gênero, além da necessidade de incluir a curricularização da extensão, obrigatório para todos os cursos de nível superior do país, conforme exigência do MEC.

Portanto, é visível a relevância da constante avaliação do projeto pedagógico vigente, visto que as mudanças na profissão implicam também em transformações no mercado de trabalho, por consequência emergem novas demandas. Assim é fundamental destacar que o projeto pedagógico se ajuste à realidade social e formar profissionais qualificados, com desenvolvimento de uma visão crítica do corpo social.

REFERÊNCIAS

UFPI. **Notícias:** Curso de Serviço Social na UFPI promove Mostra de Estágio aos alunos. 2022. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/48195-curso-de-servico-social-da-ufpi-promove-mostra-de-estagio-aos-alunos>. Acesso em: 08 de março de 2023.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica:** alunos e egressos do Curso de Serviço Social na UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora, 2006.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Serviço Social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, Edna Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.) **Serviço social:** formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020, p.303 – 329.

UFPI. **CURRÍCULO MÍNIMO do Curso de Serviço Social.** Teresina, 1972.

UFPI. **PROJETO PEDAGÓGICO do Curso de Serviço Social.** Teresina, 2007.

UFPI - **PROJETO PEDAGÓGICO do Curso de Serviço Social.** Teresina, 2012.

UFPI. **PROJETO PEDAGÓGICO do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí com base no parecer 412/83 do CFE.** Teresina, 1985.

UFPI. **PROPOSTA PRELIMINAR do Currículo Pleno do curso de Serviço Social.** 1982.



ASPECTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ

BRENDA CAMILLY CHAVES FONSECA¹
FRANCISCA MIKAELLY DA COSTA CUNHA²
KALYNNE SOUZA FERNANDES DE MOURA³

INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão acerca da trajetória histórica do Serviço Social fez-se necessário um estudo bibliográfico dispendo de autores que discutem sobre o contexto histórico da profissão no Brasil, Nordeste e Piauí. O serviço social no Brasil surge em meados do século XX com o aprofundamento do capitalismo em sua fase monopolista. Nesse contexto, houve conflitos entre classe operária e a burguesia, e esta, vinculada com o Estado sentiram-se pressionados a atuar nas manifestações da questão social, buscando controlar as lutas de classe, junto a estes se encontrava a Igreja católica a fim de recuperar sua influência sobre a sociedade, procurando assumir uma posição eminentemente política e ideológica, para conciliar as classes.

A partir das bibliografias analisadas, houve despertar da história da profissionalização do Serviço Social e sua chegada ao Brasil, Nordeste e Piauí. Dessa forma, objetiva-se analisar e expor o contexto histórico da gênese do serviço social no Brasil, origem das primeiras escolas com suas influências franco-belga e norte americana, sua chegada no Nordeste e conseqüentemente, no Estado do Piauí.

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.
brendacamillychavesfonseca@gmail.com

² Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.
mikaellycosta128@gmail.com

³ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.
kallynne.sousa1612@gmail.com

Palavras-chaves: Trajetória. Serviço Social. Piauí.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema com estudos de materiais relevantes de alguns autores fundamentais para o Serviço Social, através de livros e artigos científicos. De modo a possibilitar um melhor entendimento da trajetória da profissão, procuramos destacar alguns períodos de maior relevância para o desenvolvimento e emergência da mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A filantropia e a caridade eram as ações utilizadas para responder as expressões da Questão Social, no Brasil o Serviço Social surge da aliança entre a burguesia, Igreja e Estado, sob influência franco-belga e norte-americana, com características, respectivamente conservadora e positivista. Através das manifestações da ação social e ação católica, em 1932 surge o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS), com objetivo de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO,2007). Em 1936 surge a 1ª escola de Serviço Social do Brasil, em São Paulo, originada da ação católica, e posteriormente surge a 2ª no Rio de Janeiro.

De acordo com SILVEIRA (2021), o Serviço Social surgiu de modo tardio na região Nordeste, sendo possível observar uma diferenciação interna no processo de emergência das escolas de Serviço Social, considerando o modo desigual de produção econômica, a partir do qual foram se afirmando as relações e contradições sociais e políticas típicas do modo de produção capitalista de cada estado. A cidade do Recife foi pioneira do Serviço Social no Nordeste, com a fundação da 3ª Escola de Serviço Social, em Pernambuco, no ano de 1940, agregada à Universidade Federal de Pernambuco em 1971.

Ainda com a interpretação de SILVEIRA (2021), as assistentes sociais formadas nas primeiras escolas se deslocavam para os estados nos quais não havia ainda a formação

profissional, em razão dos mesmos começarem a implantar um lastro de espaço ocupacional que as interessavam, além da mobilização que também ocorria por parte das candidatas a assistentes sociais para além de seu estado natal, as quais retornavam para seus estados e passavam a atuar nos mesmos em postos de intervenção que estavam no início de sua germinação. A partir dos anos de 1940 as grandes instituições como Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), promoviam este intercâmbio entre os estados do Nordeste, com instâncias para a formação especializada, desenvolvendo-se serviços.

Com a implementação do Serviço Social no Piauí na década de 40 do século XX, os(as) primeiros(as) assistentes sociais chegam no estado, formados(as) em outras instituições de ensino superior, especialmente dos estados da região nordeste. Segundo, SETUBAL (1983), em 1942 teve a fundação da LBA no Piauí, a partir de então criou-se várias obras sociais. A Implementação do Serviço Social no Piauí se deu em 1947, com a chegada da recém-graduada Delma Portela Basília à Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Visto a necessidade de profissionais técnicos que soubessem utilizar melhor os recursos humanos e materiais disponíveis, foi concedida uma bolsa de estudos na PUC- RJ a Josefina Rabelo Albano que se tornou a pioneira do Serviço Social no Piauí, Josefina, ao retornar a Teresina, desenvolveu um trabalho junto a Divisão de Maternidade e Infância: preocupação com higiene corporal e do lar, educação sanitária, promover condições favoráveis de vida.

A atuação desenvolvida pela LBA, SERSE -Serviço social do estado e ASA [...] demonstra as soluções encontradas pela sociedade da época para enfrentar os problemas sociais e as formas como era concebido a intervenção do Serviço Social junto a esses problemas, bem como o referencial teórico norteador da prática da profissão nesse período (SETUBAL,1983. p.130)

No período de 1946 a 1960, as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais no Piauí assemelhavam-se as atividades desenvolvidas pela profissão no eixo RJ/SP em 1936 a 1945 sob influência europeia. Nessa época, no Brasil, o Serviço Social já vivia sob influência norte-americana, sendo implementado no Piauí somente em 1963, isso se dá por diversos motivos tais como: retrocesso econômico do Nordeste e Piauí em relação ao RJ / SP; início tardio do Serviço Social no Piauí (SETUBAL,1983)

Conforme o Projeto pedagógico do curso de Serviço social (2012), no estado do Piauí o surgimento da formação em Serviço Social foi somente a partir da criação da Universidade

Federal do Piauí (UFPI) em 1971, e o curso de Serviço Social da UFPI instituído em 1976, foi o primeiro a ser criado no Piauí, com a primeira turma formada em 1981.

Em vista de buscar obter um aprofundamento no que diz respeito à história do Curso de Serviço Social na UFPI, uma análise criteriosa dos registros do seu percurso no decorrer do tempo seria extremamente necessária (JOAZEIRO, 2020). Nesse sentido, o departamento de Serviço Social criou o Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí, que tem por objetivo geral promover o resgate da memória e o conhecimento da história do curso de Serviço Social da UFPI no período de 1976 a 2021, a partir de ações voltadas à preservação e socialização do patrimônio documental (UFPI,2022).

CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto, torna-se visível parte da trajetória do Serviço Social no Brasil até o momento em que se instalou no Piauí, levando-se em conta os aspectos históricos que são ressaltados ao decorrer do texto e a grande influência que eles tiveram para definir os rumos que a profissão veio a tomar no país e dentro do estado piauiense. Portanto, fez-se possível notar a complexidade e as diferenças que rodeavam o Serviço Social no âmbito e seio de cada um desses locais, evidenciando a capacidade que o Serviço Social tem de ser tão diversificado em cada uma dessas atribuições que a ele foram dadas.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; SILVA, Maria do Rosário; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O serviço social no Piauí. In: SILVA, Adilson. (Org) **A reconstrução histórica do serviço social no Nordeste**: Curitiba, CRV, 2021, p. 67-79.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23ª ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2008.

UFPI. **Notícias**: Inscrições abertas para o evento que lança o programa de extensão memória e história do Serviço Social No Piauí. 2022. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/48792-inscricoes-abertas-para-o-evento-que-lanca-o-programa-de-extensao-memoria-do-servico-social-no-piaui> Acesso em: 16, Março, 2023.

JOAZEIRO. Edna Maria Goulart et al (Orgs). **Serviço Social**: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. EDUFPI, 2020, p. 303-323.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SETUBAL, Aglair A. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. **Serviço social e sociedade**. Ano iv, agosto de 1983, p.109-139.

SILVEIRA, Adilson Aquino Júnior. Notas para uma história da emergência do serviço social na particularidade do Nordeste. (Org.) **A reconstrução histórica do serviço social no Nordeste**. Curitiba, CRV, 2021, p.15-37.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, Bacharelado em Serviço Social**. Teresina/PI, 2012.



ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

KELLYANE DO NASCIMENTO MUNIZ¹
MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA²

INTRODUÇÃO

Na conjuntura social e política que a profissão se insere, o assistente social se depara com novos desafios e exigências advindas da acumulação do capital, inclusive a sua inserção na política de educação. É dentro deste espaço sócio-ocupacional que o assistente social pode agregar com inúmeras contribuições de suas competências profissionais, no intuito de fomentar uma sociedade mais democrática, igualitária e justa para todos, e assim somar para qualidade dos serviços ofertados pelo sistema de ensino.

O objetivo desse estudo é compreender quais os desafios que o (a) assistente social enfrenta, para estar inserido no âmbito escolar, e quais as suas possibilidades de atuação para contribuir no processo educativo, por meio de ações que tornem a educação uma prática emancipatória e com viés de cidadania.

¹ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí; Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Faculdade Ademar Rosado. E-mail: kellyanemuniz@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; período sanduíche no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; professora adjunta da Universidade Federal do Piauí, Brasil; coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPECEDES/UFPI). E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br.

Palavras-chave: Política de Educação. Assistente Social. Atuação Profissional.

METODOLOGIA

O método de pesquisa usado foi o bibliográfico, fundamentando-se na abordagem qualitativa cujo foi absorvido a compreensão de vários autores a respeito dessa temática, como forma de contribuir no processo de discussão sobre este campo de atuação, buscando componentes para uma reflexão a respeito dos desafios e possibilidades para a atuação desse profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo com as contribuições que a categoria do serviço social desempenha dentro da política educacional, com um papel de extrema relevância, ainda existem muitos desafios relacionados a sua prática de forma efetiva em âmbito educacional, um desses desafios está intrinsecamente ligado ao não cumprimento da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação dos serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas da educação básica.

Na conjuntura social e política que a profissão se insere, o assistente social se depara com novos desafios e exigências advindas da acumulação do capital, inclusive a sua inserção na política de educação. É dentro deste espaço sócio-ocupacional que o assistente social pode agregar com inúmeras contribuições de suas competências profissionais, no intuito de fomentar uma sociedade mais democrática, igualitária e justa para todos, e assim somar para qualidade dos serviços ofertados pelo sistema de ensino.

Apesar da magnitude das inúmeras possibilidades que o fazer profissional do assistente social pode desempenhar dentro da política educacional, existe, entretanto, alguns desafios para o exercício pleno da profissão dentro dessa política.

Conforma afirma Almeida (2005, p. 25):

[...] dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser consolidada, não apenas em termos de valorização de sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em cursos, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores

trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.

Assim como nos demais espaços sócio-ocupacionais, dentro do âmbito escolar o assistente social também age orientado pelo seu compromisso ético-político e código de ética, uma vez que esse profissional pode observar as demandas, e de forma estratégica, articulada e prévia, pode oferecer as respostas necessárias para as problemáticas sociais, visando sempre a emancipação dos usuários.

CONCLUSÕES

Reconhecer o processo histórico da política de educação no Brasil é o primeiro passo para possibilitar que novos mecanismos sejam adotados para esse âmbito e com o cenário que está cada vez mais diversificado e com inúmeras expressões da questão social. Por sua vez a escola constitui-se, como um espaço inegável para a inserção de assistentes sociais, uma vez que é possível atuar na construção das relações sociais a partir das diferenças biológicas, sociais e culturais, e exercer, portanto, um papel primordial para as mudanças de paradigmas.

O grande desafio para o profissional neste campo profissional se constitui na efetivação referente a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional e o envolvimento familiar no processo escolar dos estudantes.

Compreende-se que a participação de assistentes sociais dentro do âmbito educacional, tem conquistado bons resultados para toda a comunidade escolar (família, comunidade, escola e serviço social), e para legitimar esse campo profissional é necessário possibilitar a inserção e inclusão de mais assistentes sociais no espaço educacional, por meio da efetivação da Lei 13.935/2019.

Dentro da política de educação o assistente social encontra-se apto para desenvolver um trabalho conjunto com todos da comunidade escolar, fazendo mediação entre membros e fortalecendo os processos de trabalho e sociais entre eles, e para que unidos possam desenvolver mecanismos que possibilitem o desenvolvimento integral dos discentes.

O assistente social pode manifestar sua prática em diversas vertentes, logo seu fazer profissional não fica restrito a um modo e/ou tarefa específica, mas esta pode sim adaptar-se de acordo com as demandas emergentes no cotidiano do seu exercício profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. “**O Serviço Social na educação**”. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, ano 3, n.6, p. 19-24, jul. 2000.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/1.3-Express%C3%B5es-pol%C3%ADticas-da-crise-e-as-novas-configura%C3%A7%C3%B5es-do-Estado-e-da-sociedade-civil-%E2%80%93-Elaine-Rossetti-Behring.pdf>. Acesso em: 10 março de 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário da Câmara dos Deputados: Poder Legislativo, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.935-2019?OpenDocument. Acesso em: 10 de março de 2023.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Editora: Cultura Acadêmica, UNESP, São Paulo, 2009a, p. 236.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, V. 8 N. 1, 1999.



ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI: DEMANDAS E DESAFIOS DO COTIDIANO

WANESSA DE SOUSA SANTOS¹

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência objetiva trazer à tona a discussão das demandas e desafios postos no cotidiano profissional do assistente social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de União, estado do Piauí (PI). Aborda as diferentes expressões da questão social presentes nas famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza na zona rural daquele estado, assim como, suas principais demandas apresentadas aos profissionais de serviço social. Relata ainda os desafios no atendimento dessas famílias, em especial a fragilização na efetivação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em decorrência da prática do plantão social comumente vivenciada nos CRAS Brasil a fora.

O PAIF tem como objetivo central o acompanhamento mais próximo das famílias assistidas no CRAS, buscando a promoção do empoderamento dessas famílias, a ampliação da sua capacidade protetiva, ao fortalecer vínculos familiares e comunitários e favorecendo a ampliação das perspectivas de vida, como também, o acesso a oportunidades a aquelas mais vulneráveis, através da realização de oficinas e grupos. O objetivo de tais oficinas e grupos: “é que as famílias possam, ao socializar as experiências e identificando-se umas com as outras,

¹ Wanessa de Sousa Santos. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Atuante na política de Assistência Social e em Instituição de Longa Permanência para Idosos-ILPI. Assistente social no CRAS I do município de União-Pi. Email: wanessast.4@gmail.com.

valorizar potenciais daqueles que demandam cuidados, sair do isolamento social, mobilizar-se para reivindicar seus direitos” Brasil (2012, p.57).

No que diz respeito à efetivação do PAIF no CRAS de União (PI), tal ação ainda se encontra fragilizada, devido à prática frequente do plantão social, realizada pelos próprios assistentes sociais no cotidiano de atuação profissional. Segundo Monteiro (2010) o plantão social consiste em: “um espaço de trabalho pela maioria dos assistentes sociais, de atendimento imediato e rotineiro, não atribuindo a este a caracterização de desafiante.” Monteiro (2010, p.479) Dessa maneira o objetivo geral deste trabalho é trazer à tona em forma de relato de experiência, a discussão das demandas e desafios postos no cotidiano profissional do assistente social no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS do município de União-Pi, tendo como objetivo específico explicitar a ineficiência da efetivação do PAIF devido a prática do plantão social.

Palavras chave: Assistente social; CRAS; Questão social; Famílias; PAIF

METODOLOGIA

A metodologia utilizada se deu basicamente a partir da observação e da prática profissional do assistente social na política de assistência social, ofertada pelo CRAS do município de União (PI). Observações essas realizadas de acordo com as demandas impostas pelos usuários no cotidiano, assim como, os desafios na efetivação da prática profissional no PAIF. Foram utilizados os recursos da pesquisa qualitativa, que para Minayo (2016, p.22) se ocupa “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] conjunto entendido como parte da realidade social”. Pois, por se tratar de um relato de experiência, a pesquisa qualitativa é a que mais se enquadra nesse perfil de trabalho, por abranger a realidade social do cotidiano. Além da utilização de pesquisa bibliográfica para fundamentar e dar embasamento teórico à vivência esplanada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As principais demandas apresentadas ao assistente social no CRAS do município de União (PI) são: em primeiro lugar a solicitação de cesta básica; o auxílio natalidade (Kit enxoval); auxílio

funerário; as visitas domiciliares decorrentes de situações inadequadas de habitação (casas de taipa, incêndio, com risco de desabamento, etc); e posteriormente a realização do Cadastro único para acesso aos programas federais; o passe livre intermunicipal e interestadual da pessoa idosa e da pessoa com deficiência; o Benefício de Prestação Continuada-BPC; material de construção para casas em situações precárias; cadeira de rodas; orientações sobre diferentes serviços de acordo com as necessidades de cada usuário; os quais apresentam necessidades voltadas ao serviço da rede. Os principais encaminhamentos realizados são para a Defensoria Pública, relacionados a solicitação de pensão alimentícia e curatela, e para os serviços de saúde ambulatorial e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A escuta qualificada, a utilização de questionário socioeconômico, as visitas domiciliares, a elaboração de relatórios e pareceres, a realização de grupos e oficinas temáticas, são os principais instrumentos utilizados no cotidiano de trabalho do assistente social no CRAS. É a partir desses instrumentos que são coletadas e registradas as demandas de cada usuário atendido, assim como, é efetivado o serviço do PAIF no seu território de abrangência.

Cabe ressaltar que as famílias que solicitam tais benefícios citados anteriormente, como cesta básica, auxílio natalidade, material de construção ou cadeira de rodas, nem sempre são atendidas de maneira rápida devido à burocracia que é posta através de processos licitatórios durante as solicitações de tais benefícios, os quais demandam tempo, de 4 a 5 meses, ou mais. Por vezes ocorre de alguma família não ser atendida devido à grande procura por tais benefícios, e em decorrência dos poucos recursos destinados à política de assistência social. Comumente, os benefícios mais procurados são a cesta básica e o kit enxoval, porém, nem todas as famílias chegam a ser assistidas. Há outros benefícios, como auxílio funeral, e ajudas financeiras no valor de R\$300,00 (trezentos reais) que com frequência são disponibilizadas pelo município através de recursos próprios.

Quanto à efetivação do PAIF, a mesma ainda se encontra fragilizada, devido a prática frequente do plantão social, realizada pelos próprios assistentes sociais no cotidiano de atuação profissional. Devido às demandas que são postas pelos usuários nas quais as mesmas são realidades pertinentes a fome, situação precária de habitação ou até falta de moradia, a ausência de renda acaba influenciando na ação do assistente social, pois durante o dia de trabalho, tais atividades são concluídas sem resolutividade, sendo de forma rápida e prática, sem que o

profissional ao menos tenha condições e tempo para analisar de forma aprofundada todas as nuances e necessidades de cada família e indivíduo atendido.

CONCLUSÕES

Infelizmente, o acompanhamento familiar que é proposto pelo serviço do PAIF, se torna às vezes difícil de ser efetivado, pela dificuldade de implementar estratégias que mostrem à população o quão importante é elas se fortalecerem para superarem sua situação de vulnerabilidade social. Dificuldade essa fácil de ser entendida quando existe fome ou sede, ou nudez, pois é quase que impossível alguém ser capaz de refletir e criar forças e ânimo para superar uma situação de vulnerabilidade social, quando não são ofertadas oportunidades para que isso se torne real. Por vezes foram observados adolescentes e jovens à procura de trabalho, dando preferência ao mesmo que ao estudo. Realidade essa que perpassa a vida de muitos brasileiros, proveniente da necessidade de colocar alimento na mesa de casa e para suas famílias. É necessário refletir sobre a prática profissional no cotidiano de efetivação do PAIF, para que o mesmo tenha resolutividade e eficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CEFESS (Conselho Federal do Serviço Social). Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/ocfess#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Social%20foi%20uma,15%20de%20maio%20de%201962>. Acesso em: 2 fev. 2023.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/uniao.html.02/02/2023>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método, criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MONTEIRO, F. de O. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 476-502, jul./set. 2010. DOI: 10.1590/S0101-66282010000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Cjk7t5FdzxxDzGYN6NBwKlr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO. **Potencialidades de União-PI**. Disponível em: <https://gestaofiscal.org/u+niao/informacoesgerais/municipio/?tipo=potencialidades>. Acesso em: 2 fev. 2023.



ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO HAA NO PÓS VACINAÇÃO

EVELYN BRENHA TELES DE SOUSA MARQUES¹
GIOVANA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA²
RAISSA DE SOUSA SANTOS³
MARIA JOSÉ GIRÃO LIMA⁴
FRANCISCA MARIA SOARES⁵

INTRODUÇÃO

A vivência do estágio obrigatório é um enorme desejo entre os discentes do curso de Serviço Social pela expectativa de articular teoria e prática à espera de compreender de fato o processo de trabalho do profissional, uma vez que a profissão necessita da interlocução com conhecimentos, derivados de disciplinas especializadas (GUERRA, 2000), mas é eminentemente interventiva, requisitando essa aproximação com o exercício profissional cotidiano.

Nesse sentido, a partir da experiência de estágio supervisionado obrigatório I, no Hospital Argelino de Abreu - HAA, em Teresina-PI, no período de novembro de 2022 a março de 2023. Este trabalho busca caracterizar a atuação do Serviço Social no período pós vacinação.

Palavras Chaves: Estágio. Processo de Trabalho do Serviço Social. Hospital Areolino de Abreu

¹ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e estagiária no Hospital Areolino de Abreu. E-mail: lynateles2000@gmail.com

² Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e estagiária no Hospital Areolino de Abreu. E-mail: giovana.mfo@gmail.com

³ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e estagiária no Hospital Areolino de Abreu. E-mail: rssantos7@yahoo.com

⁴ Supervisora de Estágio no Hospital Areolino de Abreu. E-mail: mariagirao1@outlook.com

⁵ Supervisora de Estágio no Hospital Areolino de Abreu. E-mail: francisk_soares@hotmail.com

METODOLOGIA

A metodologia adotada consistiu em relato de experiência e revisão bibliográfica, tendo por base artigos, livros e periódicos sobre a temática e em uma análise documental a partir de documentos fornecidos pela instituição, sobretudo regimento interno e demais documentos produzidos pelo Serviço Social e a análise institucional construída pelas estagiárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente o HAA possui como objetivo atender as pessoas com transtornos mentais graves e recorrentes e oferece tratamento psiquiátrico à população do Estado, pois se configura como uma unidade pública estatal que possui abrangência estadual, atendendo todos os municípios do Piauí e até de alguns estados vizinhos. Desse modo, o HAA se caracteriza como referência em atendimento na área de saúde mental no estado do Piauí e se configura como hospital especializado, bem como, um campo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social da UFPI.

No contexto da pandemia de covid-19, o Hospital Areolino de Abreu precisou reorganizar o processo de trabalho em todas as áreas, principalmente a enfermagem na porta de entrada da emergência psiquiátrica que encarregou-se de fazer a triagem da aferição de temperatura e testagem da covid-19. Após a triagem o usuário, seguia para a avaliação psiquiátrica e do Serviço Social, caso estivesse positivado para a covid-19 seguia para uma unidade específica que foi criada em meio a pandemia. Além disso, todos os protocolos de proteção passaram a ser exigidos, como uso de equipamentos de proteção individual; distanciamentos sociais; distribuição de borrifador com hipoclorito de sódio e álcool em gel.

O trabalho das assistentes sociais também foi modificado. As atividades individuais ganharam mais foco e o trabalho concentrou-se nas salas do plantão, no hall de entrada do HAA; o atendimento às famílias e as visitas de familiares foram suspensas e o contato com os usuários (as) foi reduzido pela falta de EPIs, visto que somente os profissionais recebiam EPIs. A diminuição do contato presencial intensificou o contato virtual. Dessa forma, o setor de Serviço Social diversificou a sua instrumentalidade com a aquisição de um aparelho celular possibilitando assim a aproximação do usuário e seus familiares.

Outras demandas recorrentes no contexto pandêmico constatadas no livro de registro são: aumento na internação de pessoas em situação de rua; busca da emergência psiquiátrica por pessoas consumidoras de substâncias psicoativas; aumento de usuários com intuito de atualizar receitas médicas; acúmulo de funções incompatíveis com as atribuições e competências da profissão; falta de diálogo da direção com o setor de Serviço Social; ausência de um plano de ação atualizado e a entrega de lanches trazidos pelos familiares, situação essa que se faz presente até os dias atuais (LIMA et al, 2021).

Além disso, a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICS) foi inserida no processo de trabalho das assistentes sociais com a finalidade de tratar a informação e auxiliar na comunicação interna e externa, esse processo ocorreu devido à pandemia de Covid-19. Atualmente o quadro de profissionais configura-se com 12 assistentes sociais, sendo uma afastada e uma recém contratada.

Dessa forma, é importante mencionar que o HAA ainda se encontra no processo de adaptação à realidade pós vacinação, visto que os profissionais de modo geral não tiveram nenhuma capacitação que os auxiliasse na rotina de trabalho inserida na lógica pandêmica. Assim, é necessário elaborar novas estratégias que acompanhem as mudanças decorrentes desse período para ajudar a retomada de atividades, de maneira segura, como por exemplo: atividades em grupo; atendimento familiar; passeios; atividades na Terapia Ocupacional, entre outros.

Tem ocorrido o reinvestimento no trabalho em grupo com as pessoas internadas, na perspectiva de orientações em geral acerca das normas e rotinas institucionais, direitos sociais, ação intersetorial, mas, os focos das ações se concentram, sobretudo no eixo do atendimento direto aos usuários e seus familiares, baseada na abordagem individual.

Em janeiro de 2023 uma assistente social assumiu a direção do HAA, o que fez com que o Serviço Social se aproximasse mais da direção, na perspectiva de reivindicar melhores condições de trabalho. Passa também a colaborar com levantamento de dados junto aos servidores para ter subsídios para melhorias assistenciais em geral, classificando e analisando os resultados; também com pesquisa sobre o perfil dos usuários; atendimentos em geral a partir das demandas espontâneas no plantão e nas unidades. Também tem atuado com a supervisão de estágio da UFPI e da UNIASSELVI. As estagiárias da UFPI têm participado de maneira intensa de todas as atividades listadas, mas, também com a análise institucional, análise crítica das manifestações da

questão social, condensação de documentos da profissão no âmbito interno do HAA e propostas de novas ações (PLANO DE AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO HOSPITAL AREOLINO DE ABREU, 2017).

As ações das assistentes sociais no HAA são direcionadas tanto ao usuário com transtorno mental quanto à sua família. No entanto, como dito acima, o contexto pandêmico impôs limites no trabalho social com as famílias, o que configura o atual momento como um processo de retomada do trabalho com usuários diretos nas unidades e com seus familiares.

CONCLUSÕES

As assistentes sociais do HAA, enquanto profissional, deve buscar utilizar de sua visão crítica, levando em conta a totalidade do contexto social, para intervir nos direitos violados deste segmento da classe trabalhadora, de forma a proporcionar a assegurar a cidadania e autonomia dos usuários e a defesa intransigente dos seus direitos humanos e sociais, conforme requer o Código de Ética de assistentes sociais.

Nesse sentido, a atuação das assistentes sociais do HAA, no período pós vacinação, consiste na garantia dos direitos dos usuários, como um atendimento digno e humanizado, a inclusão dos usuários na família e garantia da qualidade assistencial. Para tanto, articulam nesse processo, as diretrizes do projeto ético-político com a Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica para que a intervenção contribua para mudanças na realidade dos usuários, na perspectiva da autonomia e cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Hospital Argelino de. **Plano de Ação do Serviço Social**. Teresina, Piauí, 2017.

LIMA, M. J. G. et al. Repercussões da pandemia da Covid-19 no Serviço Social do Hospital Argelino de Abreu. *In: Anais do 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade: Conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento social*. 2021, Teresina. Anais eletrônicos. Galão, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/cbcs/cbcs-2021/trabalhos/repercussoes-da-pandemia-da-covid-19-no-servico-social-do-hospital-areolino-de-a?lang=pt-br>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

MARQUES, E. B. T. S.; OLIVEIRA, G. M. F.; SANTOS, R. S. **ANÁLISE INSTITUCIONAL HOSPITAL AREOLINO DE ABREU**. Teresina, 2023.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



CIBERFEMINISMO NEGRO JUVENIL

MARIA LUISA PIRES DA SILVA¹
LIANA MARIA IBIAPINA DO MONTE²

INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por várias manifestações executadas por movimentos sociais formados por grupos minoritários, que reivindicavam suas cidadanias (SCHWENGBER et al., 2020). Foi um período marcado por mobilizações que incluíam novas temáticas, para além daquelas relacionadas aos fatores trabalhistas do movimento operário, referentes por exemplo ao gênero, etnia e meio ambiente, neste âmbito surgiram novos atores não sendo apenas trabalhadores, mas também jovens, mulheres, ambientalistas e estudantes (ALONSO, 2009).

No entanto, o movimento social de mulheres, ou seja, o movimento global feminista teve ascensão já no século XIX, quando as ativistas se organizaram para reivindicarem, especialmente, o direito ao voto. Nesta primeira onda, o movimento é conservador, formado por mulheres brancas de classe média e alta, que tratavam de assuntos superficiais, ou seja, não consideravam as reivindicações do conjunto de mulheres (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

Assim, as mulheres negras não tinham espaço dentro do movimento para se articularem em conjunto com as feministas brancas (FREITAS, 2018). Mesmo assim, estiveram presentes na luta contra o patriarcado, a pioneira do feminismo negro é Sojourner Truth, conhecida pelo seu

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Bolsista PIBIC da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, vinculada ao escritório da Fiocruz - Piauí.

² Possui graduação em Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (2005), mestrado em Interinstitucional em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2011) e doutorado em Ciências da Educação - Universidad Internacional Tres Fronteras (2018). Atuou como professora mestre e coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão. Atualmente é pesquisadora em Saúde Pública na Fiocruz-PI. Atua principalmente nos seguintes temas: serviço social, saúde, práticas profissionais, gravidez na adolescência, saúde mental e gestão em políticas públicas. Possui habilidades em projetos sociais e de gestão na área da saúde e sociojurídica.

discurso intitulado “Não sou eu uma mulher? ”, verbalizado durante a primeira “Convenção Anual de Direitos das Mulheres”, na cidade de Akron – Ohio, que expõe e questiona a diferença na forma que a sociedade age com a mulher negra, no ano de 1851.

Para as mulheres negras, “[...] as primeiras manifestações feministas simplificavam excessivamente a condição das mulheres, como se todas tivessem as mesmas vivências e o mesmo histórico social e econômico” (MARTINEZ, 2017, p. 25). Por conta disso, a partir da década de 1920 surgem as primeiras manifestações das feministas negras, contrárias à homogeneidade da categoria mulher, mas o movimento feminista negro fortalecido aparece na década de 1970 denominado de Black Feminismo, no qual voltou-se para criticar o feminismo branco e defender o movimento antirracista (MARTINEZ, 2017).

Ao longo da sua história, o movimento feminista passou a ter no cenário de luta novas personalidades, neste percurso o movimento transforma-se e entra em ascensão novas reivindicações, como as das mulheres trans, negras, indígenas, lésbicas e etc. Na contemporaneidade as mulheridades, conceito que visa abarcar as mulheres em suas múltiplas diversidades, ousam a ocupar espaços diversos, físicos e virtuais, tudo isso com o objetivo de garantir a igualdade de direitos entre homens e o conjunto diverso e plural de mulheres.

Desta forma, este artigo tem como objetivo geral apresentar algumas características do movimento feminista negro, ainda que de forma sucinta e expor a trajetória do ciberfeminismo dando enfoque na articulação do feminismo negro com o ciberfeminismo. Ademais, têm como objetivos específicos expor as análises realizadas a partir do estudo bibliográfico sobre o tema e mostrar o resultado da pesquisa.

Palavras-chave: Ciberfeminismo. Movimento Feminista Negro. Mulheres.

METODOLOGIA

Para isso, a metodologia utilizada trata-se do estudo bibliográfico, tendo como base de dados as bibliotecas virtuais: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online. Para seleção dos artigos utilizou-se os seguintes descritores: ciberativismo, feminismo negro, movimento feminista, ciberfeminismo, mulheres negras, movimento feminista negro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O movimento feminista contemporâneo é heterogêneo, plural e ancorado por várias teorias, por conta da luta das mulheres negras esse movimento social passou a questionar as teorias eurocêntricas, aproximou-se das teorias referentes a interseccionalidade, e pós-colonialidade e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTCI) para realizar suas reivindicações políticas (FREITAS, 2018).

Segundo Carneiro (2011), o feminismo negro de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como é a brasileira, tem como eixo de foco o racismo e os impactos sobre as relações de gênero, visto que ele próprio define a hierarquia de gênero na sociedade.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres [...]. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011, sp).

Segundo Curiel (2019), as propostas do feminismo negro são as mais completas, uma vez que completou a teoria feminista, ao problematizar como o racismo, sexismo e a desigualdade de classe, afetam as mulheres. O movimento feminista negro também é ciberfeminista, neste campo digital o feminismo negro coloca em debate questões que provavelmente não seriam prioridades de outros grupos feministas, como por exemplo:

[...] genocídio da juventude negra e seus impactos sobre as mulheres negras, a intolerância religiosa e a valorização das religiões de matriz africana, relacionamentos inter-raciais e relações afetivo-amorosas de mulheres negras, mercado de trabalho, padrões estéticos femininos e a representatividade dos negros na mídia, impacto da violência cotidiana na população negra, etc. (MARTINEZ, 2017, p. 26).

Com essas ferramentas digitais as possibilidades de compartilhar informações e de acessar a formação feminista são diversas, visto que cada vez mais sujeitas se dispõem a administrar páginas virtuais que apresentam debates e propostas feministas. Conforme afirma

Freitas (2018), esse diálogo reivindicatório no ciberespaço se dá por meio dos blogs, sites e sites de compartilhamento de conteúdo, Facebook, Twitter e Instagram. As feministas negras encontram-se nas plataformas citadas, ou seja, ocupam um novo espaço de luta, para combater o sistema que as oprime. Tais dispositivos auxiliam essas mulheres no combate ao racismo, sexismo, machismo e etc. e têm causado transformações significativas nas formas de comunicação no nível nacional e internacional (FREITAS, 2018).

CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos evidenciar desenvolvimento do ciberfeminismo, como se deu no Brasil e a relação com o movimento feminista negro, para mostrar que o ciberespaço também é um ambiente de militância, que deve ser usado para expor as pautas e alcançar mais meninas e mulheres. Essa relação entre feministas via ciberfeminismo promove o surgimento de novos grupos, novas práticas e metodologias, bem como a interação com pessoas distantes geograficamente, isso faz com que o movimento feminista continue se atualizando, incluindo novas pautas e sujeitos na luta por uma sociedade antirracista, antimachista e antilgbtobia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de mar. de 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Experiências Feministas Narradas no Espaço Virtual: Debates sobre a Interseccionalidade e Feminismo Negro. **REALIS**, v. 8, n. 01, jan-jun. 2018. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_revista854-realis-revista-de-estudos-antiutilitaristas-e-poscoloniais>. Acesso em: 24 de dez. 2021.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos pagu**, 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/cpa/a/kb>>

[7C5tVWZP7nppBDSQjNqTm/abstract/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwi_zf-to8z6AhVht5UCHUHyBnoQFnoECA0QAQ&usg=AOvVaw2wxYUaKHYi9j4pfxwOJGmj](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1518438820300000?via=ihl)>. Acesso em: 20 de set. 2022.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Discursos dos Ciberfeminismos e Vulnerabilidades das Violências de Gênero em Tempos de Covid-19. **RDP**, Brasília, v.17, n. 94, 309-335, jul./ago. 2020. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4385>>. Acesso em: 10 ago. 2022.



CONSELHO TUTELAR E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

ADRIANA ALVES DA SILVA¹
ÉRICA APARECIDA DE SOUZA²
RAQUEL RAMOS SOARES³

INTRODUÇÃO

Dentre os vários instrumentos legais para a proteção de crianças e adolescentes na atualidade, destaque se faz aos Conselhos Tutelares, órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicional, que tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do direito da criança e adolescente previsto no ECA (BRASIL, 1990). As atribuições do Conselho Tutelar estão relacionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 95 e 136 e se referem à defesa e tensionamento das estruturas políticas e sociais para a garantia e efetivação dos direitos, e assim se concretiza a doutrina da Proteção Integral (BRASIL, 1990).

O Conselho Tutelar, nos últimos anos, tem enfrentado diversos desafios. Estes se referem especialmente à burocratização dos serviços, a precariedade dos estabelecimentos, a falta de

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Iguatu. E-mail: adrianaalves@ifce.edu.br.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bacharela em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Iguatu. Bolsista da FUNCAP. E-mail: ericamomequita@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Política de Saúde pela Faculdade Rátio. E-mail: raquelramos090@gmail.com.

capacitação dos conselheiros, dentre outros. Situação que colabora para morosidades de suas ações e até uma possível regressão de violação de direitos.

Esta realidade vivenciada pelo Conselho Tutelar está relacionada ao contexto histórico que o país vivencia de restrição e enxugamento das políticas públicas sociais com reflexo nas ações do Conselho Tutelar. Essa realidade impacta também nas instituições e políticas sociais que, fragilizadas, não conseguem se articular em rede defasando o sistema de garantia de direitos e, conseqüentemente, defasando a proteção de crianças e adolescentes.

Neste artigo, que é fragmento do estado da arte de uma pesquisa de TCC que analisou os desafios do Conselho Tutelar de um município de médio porte, pretendemos identificar os principais desafios vivenciados pelo Conselho Tutelar na atualidade. Para este fim, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, além de artigos e publicações de periódicos científicos.

Palavras-chave: Conselho Tutelar. Direitos da Criança e do Adolescente. Desafios Contemporâneos.

METODOLOGIA

O estudo é parte do estado da arte de uma pesquisa de TCC que estudou os desafios do Conselho Tutelar de um município de médio porte. Para construção do referencial teórico, o estudo adotou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento de dados também visitou sites oficiais do CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, além de publicações oficiais relacionadas com a temática. Todas as consultas passaram por leituras, classificações, seguida de fichamentos, compilações, resenhas, resumos e anotações gerais que compuseram o estado da arte, cujo fragmento aqui apresentamos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para materialização das ações, o Conselho Tutelar conta, em cada município, com pelo menos cinco conselheiros tutelares a serem escolhidos pela comunidade, para um mandato de três anos, sendo permitida a recondução. A esses conselheiros, cabe a responsabilidade de zelar

pelos direitos de crianças e adolescentes, conforme se encontram descritos no artigo 227 da CF/88 e afirmados pelo artigo 4º do ECA, o qual dispõe ser

[...] dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, Art. 4º).

Em síntese, como ressalta Pase et al. (2020) cabe aos conselheiros tutelares no exercício de suas funções requisitar, notificar, encaminhar e aplicar medidas necessárias aos atendimentos de crianças e adolescentes juntamente com suas famílias, atuando como um articulador de demandas, das mais diversas, da população infantil e juvenil, que chegam até ele por meio de denúncias e da procura da família ou responsáveis. Realizar também a mediação entre crianças e adolescentes e suas famílias e os órgãos estatais que executam as políticas públicas de atendimento.

No que se refere às condições materiais e de infraestrutura, para desenvolvimento das ações do Conselho Tutelar, a Resolução de nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Conanda indica que é de responsabilidade do Município estabelecer em Lei Orçamentária, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento deste órgão, inclusive com custeio para remuneração, escolha, formação continuada de seus integrantes e execução de suas atividades (BRASIL, Lei nº 12.696, de 2012).

Observa-se que nos últimos anos os Conselhos Tutelares de diversos municípios do Brasil, passam por dificuldades para alcance de seus objetivos. São reclamações constantes: infraestrutura precária, falta de capacitação profissional continuada, escassez de material de expediente, ausência de computadores e acesso a internet, sucateamento dos carros usados para atender às denúncias, salários baixos, falta de interlocução junto à gestão municipal, dentre outras questões.

Numa tentativa de explicação dessa realidade, ratificamos Brisola (2012) quando afirma que na contemporaneidade sob orientação do neoliberalismo, as políticas sociais sofrem o processo de mercantilização, distanciando-se, portanto, da perspectiva de proteção social. Nessa lógica, o que impera é o mérito individual e se desconstrói a noção de universalidade dos direitos tendo como consequência a focalização, redução dos gastos sociais, condicionalidade e seletividade do atendimento em detrimento da universalização dos direitos sociais.

Também Mestriner (2008, p.39) explica que na contemporaneidade a redução e deterioração das políticas sociais e serviços básicos, estão em confronto com o aumento vertiginoso das demandas sociais, que provocam situação de miséria e pobreza, com deslocamento para outros problemas como violência e criminalidade. No que se refere a falta de investimento para qualificação dos conselheiros, explica Raichelis (2009) que isso é proposital para desestabilizar as políticas e desmoralizá-las, sendo necessário os profissionais se utilizarem de manobras para tentar entender a dinâmica e saber identificar violências mesmo quando estas não estão escancaradas, situação que pode salvar a vida de crianças e adolescentes.

Entendemos, portanto, que grandes são as dificuldades no atendimento das demandas de crianças e adolescentes pelo Conselho Tutelar, que se dão primeiro pela ausência de investimento neste órgão e em seus conselheiros, depois porque sob os auspícios do neoliberalismo, a rede de apoio socioassistencial encontra-se em uma situação de desmonte, deixando crianças e adolescentes desassistidos.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, grandes são as dificuldades enfrentadas pelos Conselhos Tutelares para materialização de suas ações, situação que impacta no atendimento às demandas e na garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Ante essa realidade, se faz necessário uma forte sensibilização para que a sociedade assuma uma luta no sentido de que o poder público assuma a responsabilidade de repasse de recursos não apenas para o Conselho Tutelar, mas também para fortalecimento das políticas para que todas as crianças possam ter uma infância e adolescência saudáveis, com políticas que realmente favoreçam o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, para serem adultos livres e emancipados.

REFERÊNCIAS

PASE, Hemerson Luiz. et al. O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, nº 4, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2020.
BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF; Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

BRASIL. **Lei nº 12696, de 25 de julho de 2012**. Modifica o processo de escolha de conselheiros tutelares, que deverá ocorrer na mesma data em todo o País e dá outras providências. 2012.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social, Brasília**, v. 14, n. 30, p. 127-154, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS R. et al (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA CRÍTICA E TRANSFORMADORA

AYLA ALICE SENA RIBEIRO¹
NAARÁ ALVES DE ABREU²

INTRODUÇÃO

O serviço social é uma profissão que tem como objetivo intervir nas relações sociais, visando à garantia dos direitos e da cidadania de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social, como também na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. No estado do Piauí, localizado na região Nordeste do Brasil, o serviço social tem uma história marcada por lutas e conquistas, que se iniciou no contexto da Ditadura Militar, quando a profissão ainda era incipiente na região.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do Serviço Social no estado do Piauí, destacando suas características históricas, metodológicas e teóricas, bem como suas principais demandas e desafios na atualidade. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que incluiu o livro "A Reconstrução Histórica do Serviço Social no Nordeste", além de outras referências pertinentes ao tema. Os resultados mostram que o Serviço Social no Piauí tem uma história marcada por lutas e conquistas, embora ainda enfrente obstáculos significativos para a efetivação de uma prática crítica e transformadora.

Palavras-chave: Serviço Social. Nordeste. Desafios e Perspectivas.

¹ Discente do Curso de Serviço Social da UFPI. E-mail: aylasena020@gmail.com

² Discente do Curso de Serviço Social da UFPI. E-mail: naalvesabreu@gmail.com

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foram consultados materiais bibliográficos pertinentes ao tema, como artigos científicos, teses e dissertações, que abordam o serviço social no Piauí e no Nordeste do Brasil. A partir dessas fontes, foram identificadas as principais características do serviço social na região e realizada uma análise crítica dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Serviço Social no Piauí tem uma história marcada por lutas e conquistas, que se iniciaram na década de 1970 quando a profissão ainda era iniciante na região. Silveira Júnior (2015), afirma que a profissão teve um processo de expansão tardia na região, sendo que o primeiro curso de serviço social foi criado somente em 1976, na Universidade Federal do Piauí (UFPI) possibilitando a formação de profissionais capacitados para atuar nas demandas sociais locais. Desde então, a profissão tem sido fundamental na luta por direitos sociais e para a promoção da cidadania no estado.

Ao longo das décadas seguintes, o Serviço Social no Piauí consolidou-se como uma profissão atuante e crítica, que se engajou em diversas lutas sociais em defesa dos direitos dos trabalhadores e da população em geral. Entre as principais demandas enfrentadas pelo Serviço Social no Piauí, destacam-se a luta pela democratização da gestão pública, a defesa da educação pública de qualidade, a promoção dos direitos das mulheres e das minorias étnicas e a luta contra a pobreza e a exclusão social.

No entanto, apesar das conquistas históricas, o Serviço Social no Piauí ainda enfrenta desafios significativos na atualidade. Um dos principais desafios enfrentados pelo serviço social no Piauí é a falta de estruturação e investimento no setor. Segundo o Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI), muitos profissionais atuam em condições precárias, com baixos salários e falta de recursos para desenvolver seus trabalhos. Além disso, a profissão ainda é pouco conhecida e valorizada pela população em geral.

Apesar desses desafios, o serviço social no Piauí tem conquistado importantes avanços. Silveira Júnior (2015) destaca que os assistentes sociais têm atuado em diversas áreas da sociedade, como na saúde, na educação, na assistência social e na defesa dos direitos humanos.

Além disso, a profissão tem sido fundamental na luta por direitos sociais, como a garantia de políticas públicas para a população mais vulnerável e o combate à discriminação e exclusão social.

Outra conquista importante do serviço social no Piauí é a organização e mobilização da categoria. O CRESS-PI tem realizado um importante trabalho na defesa dos direitos dos assistentes sociais, promovendo a formação e capacitação dos profissionais e lutando pela valorização da profissão. Além disso, as entidades representativas da categoria têm atuado na luta por direitos sociais e na defesa da democracia e dos direitos humanos.

CONCLUSÕES

O serviço social no Piauí é uma profissão fundamental para a garantia de direitos sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar dos desafios enfrentados pela categoria, os assistentes sociais têm atuado de forma comprometida e engajada na luta por direitos e na promoção da cidadania.

Para o fortalecimento do serviço social no Piauí, é necessário investir na estruturação e valorização da profissão, promovendo melhores condições de trabalho e garantindo a formação e capacitação dos profissionais. Além disso, para que se possa enfrentar os desafios atuais do Serviço Social no Piauí, é fundamental fortalecer a articulação entre os profissionais da área e os movimentos sociais locais. Isso implica em promover uma prática profissional que esteja conectada às demandas sociais, que atue de forma crítica e reflexiva sobre as relações sociais vigentes e que seja capaz de apontar caminhos para a transformação social.

Por fim, é importante destacar que o Serviço Social no Piauí tem um papel fundamental a desempenhar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é preciso estar atento às transformações sociais em curso e ser capaz de adaptar-se às novas demandas e desafios, sempre pautando sua atuação pelos princípios éticos e políticos da profissão.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.

Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI). (2021). **Serviço Social no Piauí: desafios e perspectivas**. Recuperado em 13 de março de 2023, de <https://www.cresspi.org.br/servico-social-no-piaui-desafios-e-perspectivas/>

FERREIRA, Maria Dalva Macedo; SILVA, Maria do Rosário; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.

MULLER, Fernanda Cláudia Miranda. Serviço Social no Piauí: desafios e possibilidades na construção de uma prática crítica e transformadora. In: **CONGRESSO NORDESTE DE SERVIÇO SOCIAL**, 8., 2015, Teresina. Anais... Teresina: CRESS/PI, 2015.

SILVEIRA JUNIOR, A. A. **A reconstrução do serviço social no Nordeste**. EDUFMA. 2015.



DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE COM A CHEGADA DA PANDEMIA DA COVID-19

ELCIANE SILVA GOMES¹
LISE MARY SOARES SOUZA²
MARIANA ROCHA MENEZES³

INTRODUÇÃO

O estudo almeja elencar um breve percurso dos desafios à atuação do Serviço Social na política de saúde com a chegada do novo coronavírus, tendo em vista que a categoria trabalhou na linha de frente no enfrentamento a pandemia da covid-19. Faz-se pertinente a produção de novos conhecimentos, acerca dessa atuação no âmbito da saúde nesse período. O estudo se fundamenta nas discussões de alguns autores de referência como: Mota (2006), Bravo (2011) e Matos (2020), tendo como objetivo geral: conhecer, em uma visão ampla, os desafios do Serviço Social na política de Saúde com o início da pandemia da Covid-19 e como objetivos específicos: analisar o contexto sócio-histórico em que o Serviço Social se inseriu na política de saúde e pensar no exercício profissional do Serviço Social nesta política, no cenário da pandemia do novo coronavírus;

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde. Pandemia da Covid-19.

¹ Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde Mental pela Faculdade Ademar Rosado – PósFAR. E-mail: elciane-gomes@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-graduação de Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: lise.souza@uece.br

³ Assistente Social no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde – HEDA, Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Piauí- UFPI e Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde Mental pela Faculdade Ademar Rosado – PósFAR. E-mail: marianarochamenezes@hotmail.com

METODOLOGIA

A metodologia do presente estudo é de natureza qualitativa, levando em consideração a subjetividade dos indivíduos. Busca, também, utilizar os procedimentos da pesquisa bibliográfica e a utilização de autores que abordam a temática estudada.

RESULTADOS/DISSCUSSÕES

A política social de saúde é garantida pelo Estado e conhecida como um dos campos que mais emprega Assistentes Sociais, como retrata Mota et al. (2006), sendo também um dos campos de atuação mais antigos da categoria, desde a década de 1940. Leva-se em conta, no presente estudo, todo o contexto sócio-histórico de práxis do Serviço Social nesta política.

Os/as Assistentes Sociais passaram por um período de reconceituação e amadurecimento intelectual na profissão, a partir da década de 1960. Este processo se deu de forma paulatina e é trazido para essa discussão como elemento crucial para o desenvolvimento da temática apresentada, já que o exercício profissional como um todo ganhou uma nova roupagem, incluindo a atuação do Serviço Social no campo da agora então política social de saúde, reconhecida pela Constituição Federal 1988.

Ao longo desse percurso a profissão desenvolveu seu aparato normativo, como o novo Código de Ética Profissional/1993, a Lei 8.662/93 de Regulamentação da profissão, assim como o seu Projeto Ético-Político. Em seguida seu reconhecimento como profissional legítimo da política de saúde com a resolução nº218/1997, pelo Conselho Nacional da Saúde – CNS e a resolução nº383/1999 pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Entretanto mesmo sendo levado em consideração todos esses aparatos legais, a profissão ainda se encontra em um cenário de luta por seu reconhecimento na política de saúde. Tendo isto como pressuposto, o CFESS publica em 2010 os Parâmetros de atuação do/a Assistente Social na Política de Saúde.

De acordo com Bravo (2011) e Matos (2020) que discutem sobre a práxis do Serviço Social na saúde são encarados diversos desafios no cotidiano profissional, tanto em relação a infraestrutura nos espaços sociocupacionais, como as relações interprofissionais e com a gestão nas instituições, no que diz respeito também a defesa das competências e atribuições

privativas do Serviço Social. É notório a relevância de todas as normativas e sua contribuição para o cotidiano profissional.

Os/as Assistentes Sociais estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho e tem como objeto de trabalho a Questão Social e suas refrações, utilizando assim, as políticas sociais no enfrentamento das refrações, tendo como seu maior empregador o Estado, que atua como agente regulador dessas políticas sociais de forma antagônica dentro da luta de classes.

Sua atuação na política de Saúde se baseia na garantia dessa política aos seus usuários, enfrentando as refrações da questão social que assolam o cotidiano dessa prática dentro desses espaços. Para mais, entraremos especificamente na atuação dos/as Assistentes Sociais em âmbito hospitalar, um dos campos de atuação na política de saúde, sendo importante enfatizar que por ser uma política universal o público-alvo dos profissionais se dá de forma diversa neste espaço.

Com a Emenda Constitucional/95 do governo Temer – (2016/2018) o investimento nas políticas sociais foi congelado por 20 anos, tornando um contexto ainda mais precarizado e sucateado, para a política de saúde. No governo de Bolsonaro – (2019/2022) neofascista, segue-se com um modelo de gestão neoliberal, sendo assim, a política de saúde continuou sendo atacada.

Com a chegada do coronavírus (COVID-19) no Brasil, a pandemia se instala no cenário apresentado acima, de precarização e sucateamento, com negacionismo em relação a gravidade da doença e desrespeito às orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS, que recomendava isolamento social. O país tinha recomendação para não parar, pois se tratava somente de uma “gripezinha” de acordo com o presidente Bolsonaro. É nesse contexto que os/as Assistentes Sociais foram para a linha de frente no combate a covid-19 nos hospitais de todo o país.

Em seu “Art. 3º São deveres do/a Assistente Social: d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS,2012, p.27). Ou seja, os/as profissionais estiveram e estão atuantes no enfrentamento da covid-19 e mais precisamente na linha de frente dos atendimentos aos usuários da política de saúde.

É relevante recapitular o cenário de disputa entre os projetos de Reforma Sanitária e Privatista, enfatizando o campo de atuação dos/as Assistentes Sociais na política de saúde e

sua defesa no projeto de Reforma Sanitária, que, segundo Bravo (2011), luta para que o Estado atue em função da sociedade. Nesse cenário pandêmico da covid-19 foram vivenciadas na pele as consequências desse plano de privatização da política de saúde, afetando, também, a práxis do Serviço Social na pandemia da covid-19.

Em um contexto de pandemia da covid-19 é natural que os/as Assistentes Sociais sejam chamados a atuarem na linha de frente no enfrentamento ao novo coronavírus, como já mencionado, entretanto deve se ter cautela, para que se atenham somente as suas atribuições privativas e competências profissionais, como alerta Matos (2020).

CONCLUSÃO

No cenário pandêmico o Serviço Social iniciou em alguns casos sua atuação com poucos profissionais, tendo esses que atender as demandas já existentes e as demandas que vinham surgindo com o novo coronavírus. Em um contexto de medo e incertezas essa atuação se inicia, permeada por ataques em sua legitimação na política de saúde, como por exemplo, a requisição do Ministério da Saúde para que os/as Assistentes Sociais comunicassem o óbito de pacientes acometidos pela covid-19 a seus familiares, se fazendo com prontidão a atuação do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS na publicação, em que se enfatiza que a comunicação de óbito não é atribuição do Serviço Social, dentre outros ataques sofridos ao exercício profissional. O Serviço Social foi desbravando sua ação profissional em meio a pandemia da covid-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10.ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO, Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde.** Brasília: CFESS, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de. **A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o trabalho de Assistentes Sociais na Saúde.** In: **Pela Saúde**, Rio de Janeiro: Blogspot, 2020.

MOTA, A.E.et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



DESBRAVADORES SOCIAIS: HISTÓRIA DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS NO PIAUÍ

LILLIAN THAIS MOURA DOS SANTOS¹
MARIA LUIZA ALVES LIMA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a trajetória do Serviço Social no Piauí, a fim de expor sua história desde a sua emergência surgindo no ano de 1940. Para tal, tem como objetivo discutir como surgiu e como eram as práticas dos primeiros assistentes sociais na época, contribuindo com o debate acerca do pioneirismo da profissão no Piauí.

Palavras-chave: Serviço Social; Piauí; história.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando como fonte principal o texto de Aglair Setúbal intitulado "Serviço social e sociedade". Foram utilizadas também outras fontes bibliográficas relacionadas ao tema.

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: lillian.santos@ufpi.edu.br.

² Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: maria.luiza.ml@ufpi.edu.br.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história do serviço social no Piauí tem suas raízes na década de 1940, período em que o país vivia a era do Estado Novo. Nesse contexto, a profissão estava em processo de consolidação, e a formação de assistentes sociais ainda era muito restrita. A primeira escola de serviço social do Piauí foi criada apenas na década de 70, na Universidade Federal do Piauí (SETUBAL, 1983)

Setubal (1983) destaca que, no Nordeste, a história do serviço social esteve diretamente ligada ao processo de modernização da região, que teve início nos anos 1950 e 1960. Nesse período, foram implantados diversos projetos de desenvolvimento regional, com o objetivo de superar as desigualdades socioeconômicas e promover o desenvolvimento. O serviço social, nesse contexto, foi visto como uma ferramenta importante para o planejamento e execução desses projetos, pois os assistentes sociais eram capazes de identificar as necessidades da população e propor soluções adequadas.

No entanto, Setúbal (1983) pontua que o serviço social também foi utilizado como instrumento de controle social, especialmente durante o regime militar. Os assistentes sociais foram encarregados de monitorar a população e identificar possíveis ameaças à ordem social, o que acabou gerando críticas e desconfiças em relação à profissão.

Nos anos seguintes à sua implantação no Piauí, o Serviço Social foi ganhando cada vez mais espaço e importância na sociedade local. Com a criação de outros cursos de Serviço Social, como na Faculdade Aldemar Rosado (FAR) e no Instituto Camilo Filho (ICF). Com a criação do curso, iniciou-se uma formação mais estruturada de assistentes sociais, o que permitiu o desenvolvimento da profissão no estado (SILVA, 2013)

Além disso, de acordo com dados da pesquisa de Joazeiro (2020), de 1981 a 2017 revela que em relação ao sexo dos ingressantes que em sua maioria é do sexo feminino e na idade entre 16 e 25 anos, com isso, as pioneiras do serviço social foram em sua maioria mulheres.

Logo, começaram a atuar na década de 1950, principalmente no campo da assistência social e da saúde pública. Naquela época, o Estado tinha um perfil predominantemente rural e enfrentava muitos desafios em relação à pobreza, à falta de acesso a serviços básicos e às condições precárias de vida. Por isso foi criado o Serviço social da indústria (SESI), e em 1960 a Ação social arquidiocesana (ASA) a fim de amenizar as famílias pobres de Teresina, na mesma

época o Serviço Social de Estado, e a partir dele o governo decidiu implantar a assistência social aos vulneráveis (SILVA, 2022).

Na década de 1960, o Serviço Social no Piauí começou a ganhar mais espaço nas políticas sociais, principalmente na área da saúde. Em 1961, foi criado o Serviço de Medicina Social do Hospital Getúlio Vargas, esse foi um importante marco para o desenvolvimento da profissão no estado (SILVA, 2013)

Porém, sabemos que o serviço social no Piauí teve um avanço de forma tardia, em 1960 o Piauí ainda tinha influência europeia, e conseqüentemente a ampliação do mercado de trabalho também atrasou em relação ao serviço social em outros Estados no Brasil que já tinha uma influência norte americana, uma visão funcionalista (SETUBAL, 1983)

Se a profissão é determinada socialmente por circunstâncias sociais objetivas, que conferem um direcionamento social predominante à prática profissional – condicionando ou mesmo superando a vontade e a consciência de seus agentes individuais –, é também produto da atividade dos sujeitos que eles constroem coletivamente, sob condições sociais específicas (IAMAMOTO, 2003, p. 222)

Através de suas metodologias, o assistente social age conforme as demandas dos usuários para atender suas necessidades como por exemplo orientando-os, e quando necessário, fazendo encaminhamentos a rede socioassistencial, garantindo a integralidade do cuidado e assegurando os direitos sociais e básicos do indivíduo (SILVA, 2022).

Entre as principais atividades realizadas pelos assistentes sociais na época, destacam-se: Realização de visitas domiciliares para identificar as necessidades das famílias e orientá-las sobre como acessar os serviços públicos disponíveis; Promoção de campanhas educativas sobre saúde, higiene e alimentação adequada; Identificação e encaminhamento de pessoas em situação de risco para os serviços especializados, como abrigos, creches e centros de assistência social; Acompanhamento de pacientes em hospitais e postos de saúde, oferecendo apoio emocional e orientação sobre o tratamento médico; Participação em comissões e conselhos que discutiam políticas públicas voltadas para a área social. (SILVA, 2013)

Estas práticas tiveram um grande avanço, visto que no SERSE a abordagem metodológica empregada era o Serviço Social de caso, grupo e comunidade, que é considerado conservador e tradicional por se concentrar nas disfunções individuais e buscar tratá-las como anomalias sociais. Essa abordagem não possui uma visão crítica e reflexiva sobre as condições sociais do meio no qual se insere. Só na década de 1990 começaram a exercer a profissão de forma liberal,

contratados por governos estaduais e municipais, logo, o Estado é o principal empregador da profissão até hoje (SILVA, 2022).

CONCLUSÕES

Portanto, após a promulgação da Constituição de 1988, ampliou as oportunidades de atuação para os profissionais de Serviço Social no Piauí e em todo o país, reconhecida como uma área de atuação importante na implementação de políticas públicas e na defesa dos direitos humanos. Atualmente, existem diversos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social no estado, formando novos profissionais que dão continuidade ao trabalho iniciado pelos primeiros assistentes sociais que atuaram no Piauí.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2003. p. 222.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, Edna Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.) **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020.

SETUBAL, Aglair. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e sociedade**. Ano IV, agosto de 1983.

SILVA, Raimunda Abou Gebran da; ROCHA, Ana Maria de Carvalho. **Serviço Social no Piauí: história, formação e atuação profissional**. Revista Serviço Social em Perspectiva, 2013.

SILVA S. M. S. et al. As Lacunas Históricas e Sociais da Institucionalização do Serviço Social no Piauí. **ANAIS**. XVII CBAS, 2022.



DIREITO À EDUCAÇÃO INDÍGENA: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DOS POVOS TABAJARA TAPUIO NO PIAUÍ

ISADORA MARIA CARVALHO DE ARAÚJO¹

INTRODUÇÃO

A questão indígena no Brasil, revela uma série de desdobramentos na atualidade e tem chamado a atenção da sociedade em geral. Para compreender a dimensão dessa questão, devemos recorrer brevemente à formação sócio-histórica brasileira, a exploração de populações negras e indígenas, condições fundamentais para manter a economia, as expressões atuais e as formas de resistências desses povos, não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Para essa discussão, destacamos que, a questão social no Brasil e suas expressões devem ser concebidas anterior à formação do proletariado industrial e da relação capital trabalho, uma vez que, essas questões se mostram latentes desde o período de colonização e trouxe a hierarquização em torno da raça como justificativa da dominação de sujeitos negros e Indígenas.

O debate aqui proposto gira em torno de uma realidade incontestável e que ainda permanece em pouca discussão dentro do campo da pesquisa, os ataques às populações indígenas não cessaram com o fim do período colonial. Após mais de trinta anos da promulgação da constituição brasileira, a discussão sobre a questão indígena no Brasil, faz-se cada vez mais urgente, posto que essa população continua vivendo excluída dos direitos fundamentais, dentre os quais a demarcação de suas terras, o respeito a suas culturas, o que

¹ Discente de serviço social da UFPI. E-mail: isamaria@ufpi.edu.br.

implica, dentre outras garantias, acesso a uma educação capaz de preservar seus modos de vida.

Tendo como base a breve discussão com noções históricas e contemporâneas da realidade de extermínio e perseguição aos direitos dos povos Indígenas no Brasil, a pesquisa tem por objetivo geral verificar como se cumpri o direito à educação indígena e como objetivos específicos a análise sobre direito à educação escolar de populações indígenas povos tabajara tapuio, no Piauí.

Palavras-chave: Questão indígena. Educação. Piauí.

METODOLOGIA

Pensando nisso, a pesquisa do tipo documental, consta inicialmente em cortejamos os dispositivos legais ancorados na Constituição Brasileira, a partir disso, temos a necessidade de analisar como o Estado do Piauí tem propiciado o acesso de populações indígenas à educação, iniciando por verificar a partir de documentos legais da agenda estatal, metas para o ensino e como tem sido potencializada oportunidades desse direito a esses povos.

Nosso interesse é analisar se a educação ofertada atende as especificidades desse povo, colaborando para o reconhecimento da importância cultural deles na formação socio histórica do Brasil, do Nordeste e, em particular, do Piauí, na comunidade de Nazaré na zona campestre que vivencia o movimento de reafirmação étnica (Helder Sousa, 2020).

A metodologia proposta para o desenvolvimento desta pesquisa compreende, basicamente, pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e pesquisa de campo. Será realizada sobretudo com base na metodologia das pesquisas antropológicas, ou seja, no método etnográfico. Assim, as habilidades de olhar, ouvir e escrever são preliminares no trabalho de campo e serão parte do produto da pesquisa, na qual contará como instrumento principal a observação participante, memórias e comportamentos apreendidos na execução da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em toda América latina os povos indígenas vêm exigindo uma educação escolar adequada para as populações indígenas, e o critério é de que seja uma educação diferenciada, em que esteja presente o respeito pela valorização e a preservação da cultura dos rituais das línguas. Por se tratar de países colonizados, durante séculos, suas estruturas e instituições jurídicas e sociais respeitavam os interesses da metrópole, levando em consideração os costumes, crenças e culturas do colonizador, ou seja, tratava-se de uma organização que fugia do contexto real dos latino-americanos (SOUZA, CONCEIÇÃO, 2021).

Atualmente, no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico existem entre 290.000 e 330.000 índios em terras indígenas, com cerca de 210 grupos étnicos e mais de 170 línguas diferentes. De acordo com o Referencial Curricular Nacional, para as escolas indígenas:

Além de ser a língua de instrução, a língua indígena deve também entrar no currículo, no caso de comunidades bilíngues, como uma de suas disciplinas: língua indígena como primeira língua. Nesses casos, ela será objeto de reflexão e de estudo, tanto no nível oral quanto no escrito, o que contribuirá para que os alunos conheçam com mais profundidade sua própria língua e ampliem sua competência no uso da mesma (BRASIL, 1998, p. 111).

Por sua vez, o conhecimento da legislação nacional é condição primeira para o estabelecimento da legislação estadual, que deve normatizar o funcionamento das escolas indígenas e dar efetividade ao direito a essa educação diferenciada. Nesse ponto, é importante compreender que esses avanços incorporam movimentos diferenciados nas regiões do Brasil. Em relação ao Nordeste é apenas em torno dos anos de 1970 que esses povos emergem etnicamente, por meio de uma mobilização por parte de tribos indígenas espalhados pela região que se reinventaram debaixo de um novo contexto social e político.

Vemos, portanto, no Piauí um processo de busca e retomada da terra e dos direitos à cultura e autoimagem identitária. Indígenas de comunidades, hoje reconhecidas são denominadas como “remanescentes indígenas”. Esse vem sendo um marco para a comunidade que continua se organizando coletivamente a se afirmarem enquanto grupo étnico a partir das mobilizações que permitiu o protagonismo desses sujeitos de autodeclaração indígena remanescentes no território do Piauí (MAGALHÃES, 2018, p.72).

No que tange as questões em torno da garantia dos direitos a grupos originários e remanescentes indígenas no estado do Piauí, a luz da legislação nacional que estabelece: um

conjunto de princípios que, de forma geral, contempla a extrema heterogeneidade de contextos vividos pelos mais de 210 povos indígenas no Brasil (DONIZETE, 2002).

CONCLUSÕES

Conforme previsto nas Diretrizes Curriculares, na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional, a diversidade étnico/racial deve ser compreendida como parte da formação social e histórica brasileira. Portanto, compreender como esses povos acessam seus direitos faz-se de extrema importância, tendo em vista que a questão indígena ainda é pouco estudada em nossa realidade.

Retornando aos princípios de Paulo Freire, em sua metodologia didática dialógica, que se caracteriza pela cooperação e reciprocidade nas relações entre os educadores e educandos, respeito, compreensão e comunicação entre diferentes sujeitos, na busca de compreensão e transformação dos contextos socioculturais, tal como dito em suas palavras: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Paulo Freire 1997, p. 58)

Portanto, a pesquisa tem o objetivo de analisar os impactos na garantia dos direitos para populações indígenas sob um retrospecto histórico político do Brasil e do Piauí no que tange ao direito à educação indígena, entendendo que ainda é uma lacuna na produção de conhecimento do Serviço Social.

Trazendo as vivências e realidades dos povos remanescentes indígenas do Piauí que lutam e resistem ao apagamento de suas etnias. Assim, diante das breves reflexões e informações aqui apontadas, consideramos urgente um aprofundamento sobre a temática para que possamos dar visibilidade para a questão e ampliar a discussão na categoria profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

FLEURI, R. M. Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 67-81, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina en movimiento, v. 462, p. 1-20, 2011.

SOUSA, H. F. **Existências resistências, "Aí é apostado, TIII!!"**: reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri – Piauí. 2019. 254f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.



EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ NO ANO DE 2022

INDIRA ARAGÃO¹
MARIA MARYLLIA²
SARAH ALVES³

INTRODUÇÃO

Buscando o fortalecimento das ações de assistência estudantil, desde o ano de 2017 a Universidade Estadual do Piauí - UESPI estabeleceu parceria com a Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC, por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP para viabilizar a execução do Programa Auxílio Alimentação, um benefício de assistência estudantil voltado ao fornecimento de refeição diária a discentes regularmente matriculados em cursos de graduação nos Campi da Instituição de Ensino Superior - IES, na modalidade presencial e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo dos anos, vem respondendo às lutas de movimentos sociais sobre a ampliação das condições de acesso e permanência da população no ensino superior a partir da mediação de programas governamentais (CFESS, 2012). Logo que, tendo em vista a realidade marcada pela vulnerabilidade socioeconômica, mesmo quando a classe trabalhadora consegue acessar a política de educação, comumente não consegue permanecer.

A Universidade Estadual do Piauí oferece atualmente quatro programas de assistência

¹ Doutoranda em Políticas Públicas UFPI; Assistente Social da UESPI.

² Discentes do curso de Serviço Social da UFPI; Estagiária da UFPI.

³ Assistência Social da UFPI.

estudantil: Apoio Pedagógico, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Bolsa Trabalho. Dentre esses, o Programa de Auxílio Alimentação tem a finalidade garantir a segurança alimentar dos discentes por meio da viabilização de recursos para a realização de, pelo menos, uma refeição diária, e será o foco do trabalho.

Este relato objetiva, portanto, a apresentação do relato de experiência quanto ao processo de execução do Programa de Assistência Estudantil Auxílio Alimentação, na modalidade de Auxílio Pecuniário de Alimentação Estudantil, no ano de 2022 na Universidade Estadual do Piauí, apresentando o público-alvo, a legislação que regulamenta o auxílio, e como se deu o processo de seleção dos alunos beneficiados no referido ano.

Palavras-chaves: Serviço Social; UESPI; Assistência Estudantil.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a análise documental, na qual foram analisadas a Resolução CONDIR Nº 001/2021 e a LEI Nº 7.536, DE 29 DE JULHO DE 2021, que regulamentam o programa Auxílio Alimentação, e ainda os Relatórios do Programa produzidos no Setor de Assistência ao Estudante da UESPI, somados às experiências da prática profissional do Serviço Social da Universidade Estadual do Piauí, com análises e debates que ocorrem no setor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os princípios e valores presentes no Código de Ética Profissional se apresenta o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 2012, pág. 33). Assim sendo, o público alvo das ações do Serviço Social na UESPI são os estudantes em vulnerabilidade econômica. Tais discentes são os que mais sofrem com intercorrências e dificuldades durante o percurso da formação, especialmente relacionadas à questão financeira, tendo em vista que se encontram numa realidade social marcada pela vulnerabilidade socioeconômica.

O Auxílio Alimentação teve início na UESPI no ano de 2014 através da concessão de

recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST), e permitiu a execução do programa na modalidade de concessão de refeições do tipo quentinhas para os discentes da UESPI.

No ano de 2021 o Programa Auxílio Alimentação foi institucionalizado na UESPI por meio da Resolução CONDIR Nº 001/2021 e LEI Nº 7.536, DE 29 DE JULHO DE 2021 que dispõe sobre a criação do Auxílio Alimentação Estudantil, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil, destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada.

Para tanto, regulamenta que o Auxílio Alimentação Estudantil poderá ser oferecido em 3 (três) modalidades:

I – Auxílio Pecuniário: consiste no pagamento de bolsa com valor de R\$ 200,00 (duzentos reais);

II – Refeição diária (tipo quentinha): consiste na contratação de empresas para prestação de serviços dessa natureza;

III – Tickets Alimentação: consiste no convênio com restaurantes populares para prestação de serviços dessa natureza.

Outrossim, em julho de 2021 o programa de Auxílio Alimentação Estudantil foi regulamentado a nível do Poder Legislativo por meio da Lei Nº 7.536, que definiu que as despesas decorrentes desta Lei correrão com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), considerando a concessão de recursos, cujos valores serão autorizados pela Secretaria de Assistência Social do Estado do Piauí (SASC).

Nesse panorama, para o ano de 2022, através do orçamento destinado pelo Conselho Estadual de Políticas de Combate à Pobreza do Estado do Piauí, foi destinado para a execução do programa o valor de R\$ 3.924.199,00 (três milhões, novecentos e vinte e quatro mil e cento e noventa e nove reais). O orçamento concedido para o ano de 2022 permitiu que o projeto atendesse uma média de dois mil discentes, se constituindo como o programa de assistência estudantil de maior alcance na IES, favorecendo a permanência dos discentes na universidade.

No ano de 2022 foram ofertadas 2.006 (duas mil e seis) vagas por meio de dois editais: Edital 17/2022 e Edital 29/2022 (referente às vagas remanescentes), à vista disso, considerando a abertura de processo seletivo para vagas remanescentes, todas as vagas foram preenchidas e 2.006 discentes foram beneficiados com o auxílio alimentação no ano de 2022. Cabe ressaltar que foram beneficiados discentes dos 12 Campus da UESPI, que estavam regularmente

matriculados e frequentando às aulas e encontravam-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em decorrência da baixa renda familiar, da falta e/ou da fragilização no acesso a serviços públicos, entre outras situações.

CONCLUSÕES

O Programa Auxílio Alimentação, permite aos discentes a possibilidade real de permanecer na instituição durante todo o período letivo, tendo em vista a garantia da alimentação diária, que, futuramente, permitirá alcançar as condições necessárias para a obtenção da autonomia econômico-social, por meio da conclusão do curso superior.

Entretanto, ainda visualiza-se a necessidade da ampliação das garantias institucionais em relação à alimentação dos discentes, tais como ampliação do valor concedido, ou mesmo a construção de um restaurante universitário.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Subsídios para o debate do Serviço Social na educação**. Grupo de Trabalho de Educação. Brasília: DF, 2012.

PIAUÍ. Conselho Diretor da Universidade Estadual do Piauí. **Resolução CONDIR Nº 001/2021**. Dispõe sobre a criação do Auxílio Alimentação Estudantil, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil, destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada. Disponível em: <https://uespi.br/wp-content/uploads/2022/10/03-Resolucao-CONDIR-No-0012021_Auxilio_Alimentacao.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2023.

_____. **Lei nº 7.536 de 29 de julho de 2021**. Cria no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí - UESPI - o Programa de Auxílio Alimentação Estudantil. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/5137/lei_no_7.536-_politicas_de_assistencia_estudantil.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2023.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+

EMANUELLE NOBRE LEAL¹
ELAINE FERREIRA DO NASCIMENTO²
GEORGE ANDRÉ LANDO³

INTRODUÇÃO

O processo de ensino aprendizagem é essencial para o desenvolvimento cognitivo, intelectual e de inclusão social dos indivíduos. Esta importante tarefa é atribuída aos docentes, que necessitam se adequar às adversidades existentes no âmbito escolar, contudo, nem sempre se sentem preparados para enfrentar o referido fenômeno. Com a diversidade, surgem as situações conflituosas, as quais são comuns a todos que vivem em sociedade, e essa problemática também se insere no ambiente escolar, sendo alvo de diversas pesquisas e debates.

Ao analisar o ambiente escolar, é possível notar sua grande diversidade. No entanto, apesar de existirem diferenças entre os indivíduos, muitos obstáculos ainda impedem que o

¹ Acadêmica do curso de Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/FIOCRUZ. Email: emanuellenobre@live.com

² Pesquisadora e Coordenadora Adjunta da FioCruz Piauí. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre e Doutora em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira/ Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisadora na área de Saúde Pública, com ênfase em Ciências Sociais Aplicadas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, violência contra a mulher e feminicídio, juventude, questão racial, doenças negligenciadas e políticas públicas. Email: negraelaine@gmail.com

³ Pós-Doutor em Direito pela *Università degli Studi di Messina* / Itália. Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco - UPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas – PROCADI/UPE. Professor-Pesquisador Visitante Sênior da FIOCRUZ/PI. Pesquisador em estágio de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – PPGPP/UFPI. Email: george.lando@upe.br

reconhecimento e a compreensão dessas diferenças sejam trabalhados no cotidiano escolar, de forma a contemplar as variadas características e identidades sociais dos jovens e das práticas pedagógicas (MORAIS, 2022, p. 10).

A formação dos professores é essencial para a mediação de conflitos no ambiente escolar, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e à inclusão da comunidade LGBTQIA+. Infelizmente, essas pessoas ainda enfrentam muitos desafios no ambiente escolar, como a discriminação, o preconceito e a violência. Por isso, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com essas questões de forma efetiva e sensível, garantindo que esses estudantes se sintam seguros e incluídos na escola. Isso porque muitos professores ainda não estão preparados para lidar com as demandas específicas desse grupo, o que pode perpetuar a exclusão e o preconceito.

Em contrapartida, o sistema educacional brasileiro, principalmente da rede pública, encontra-se cada vez mais defasado devido a falta de políticas públicas e investimentos necessários para promover uma educação de qualidade, e isso interfere diretamente no desenvolvimento profissional do corpo docente. É preciso considerar o desenvolvimento profissional como um grupo de fatores: como salário, demanda do mercado de trabalho e clima organizacional nos centros de trabalho, promoção na profissão, estruturas hierárquicas, entre outros, que possibilitam ou dificultam o avanço dos professores em sua vida profissional (IMBERNON; CANTO, 2013), o que conseqüentemente, acarreta à falta de engajamento desses profissionais e afeta diretamente as resolutivas (YANG et al., 2021).

Relações conflituosas sem mediação dos docentes facilmente evoluem para violência em sala de aula. Agressões verbais ou físicas causam impactos traumáticos a todos no ambiente escolar, sendo considerada uma questão de saúde pública, além de causar diversos outros efeitos negativos (MONTERO-MONTERO et al., 2021). Para tanto, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância da formação docente para a mediação dos conflitos no ambiente escolar, com foco na população LGBTQIA+.

Palavras-chave: Formação docente. Escola. LGBTQIA+

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa, ainda em desenvolvimento, com resultados parciais, de natureza aplicada e exploratória, com abordagem qualitativa. Desse modo, a partir do método de revisão de literatura narrativa, a seleção de artigos foi realizada na base de dados Pubmed utilizando os descritores em *inglês teaching, mediation, conflicts e violence at school*, bem como o operador booleano “And”. sendo encontrados 119 artigos, e destes, 8 foram selecionados para a construção da revisão.

Foi realizada ainda, uma pesquisa sobre o tema formação docente sobre mediação de conflitos a partir de artigos em periódicos científicos e sites de busca como Scielo e Portal de periódicos CAPES/MEC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas sociais estão diretamente relacionados à educação escolar e vice-versa. A escola é um espaço que envolve conhecimentos, culturas e sujeitos, tanto instituídos quanto instituintes. A diversidade cultural presente na sociedade brasileira muitas vezes gera tensões, conflitos sociais e sofrimento humano. Por isso, é importante trazer a discussão da diversidade para as políticas de formação docente, a fim de fomentar a escola a educar para o respeito às diferenças e modificar as políticas de formação para políticas de democratização das relações sociais (MACHADO; NARVAES; OLIVEIRA, 2021).

A formação dos professores é crucial para promover um projeto de formação humana inclusivo, que não perpetue as desigualdades estruturais presentes no país. No entanto, muitos obstáculos são encontrados nesse processo, uma vez que o imaginário instituído se baseia no conservadorismo. Além disso, é preocupante a pouca representatividade de professores LGBTQIA+ nas instituições de ensino superior e formação docente. Embora gradualmente esses sujeitos estejam construindo seus espaços de pesquisa e ensino, é fundamental que a formação docente contemple a diversidade e promova uma educação para o respeito e valorização das diferenças (MACHADO, NARVAES, OLIVEIRA, 2021).

Logo, é possível compreender que a pesquisa e o registro dos processos de formação inicial e continuada dos profissionais docentes podem servir como base para a criação de

políticas públicas e a normatização de novos processos que envolvam essas dimensões. É importante ressaltar a necessidade de se criar um ambiente escolar positivo, com profissionais, gestão, alunos e famílias ancorados em valores como solidariedade, convivência respeitosa e empatia entre os colegas (SILVA; ROSA, 2013 apud TESARO; TREVISOL, 2020).

CONCLUSÕES

Estudos mostram que a maioria dos pesquisadores indicam a mediação como o melhor método para a resolução desses conflitos, induzindo a prática de comportamentos mais tolerantes e responsáveis. “O objetivo da mediação escolar é contribuir para estruturar um clima de relacionamento construtivo, seguro e saudável, (...)” (TORREMORELL, 2021).

A formação docente para a mediação de conflitos no ambiente escolar é essencial para proporcionar um espaço educacional inclusivo e respeitoso à diversidade, especialmente para a população LGBTQIA+. Nesse sentido, é fundamental que as políticas de formação docente estejam atualizadas e atentas às demandas contemporâneas, incluindo a diversidade de gênero e sexualidade, para preparar os professores para lidar com conflitos e prevenir a discriminação e o preconceito.

A mediação de conflitos é uma abordagem importante para promover a resolução pacífica de divergências e fomentar uma convivência respeitosa e saudável, contribuindo para a formação cidadã dos alunos. Portanto, é imprescindível investir em iniciativas que valorizem a formação docente para a mediação de conflitos, visando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

IMBERNON MUÑOZ, Francesc; CANTO HERRERA, Pedro José. La formación y el desarrollo profesional del profesorado en España y Latinoamérica. **Sinéctica**, n. 41, p. 2-12, 2013.

MACHADO, Gabriella Eldereti; NARVAES, Andréa Becker; DE OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE. **Communitas**, v. 5, n. 9, p. 218-239, 2021.

MONTERO-MONTERO, David et al. The mediating role of classroom climate on school violence. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 6, p. 2790, 2021.

MORAIS, Bárbara Maia et al. Gênero, sexualidade e direitos humanos: um estudo das políticas públicas de educação. 2022.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O MANEJO DE SITUAÇÕES DE BULLYING NA ESCOLA: O QUE AS PESQUISAS TÊM INDICADO?. **Revista Prâksis**, v. 3, p. 44-67, 2020.

TORREMORELL, Maria Carme Boqué. **Mediação de conflitos na escola**. BOD GmbH DE, 2021.

YANG, Youcai; QIN, Lixia; NING, Ling. School violence and teacher professional engagement: a cross-national study. **Frontiers in psychology**, v. 12, p. 1174, 2021.



O PTIA NO COMBATE AO AGEÍSMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

DHANIA VITORIA DE CARVALHO SILVA¹
MARIA ALINY ALVES PEREIRA²
REGISNÁRIA SANTOS OLIVEIRA³
SOLANGE MARIA TEIXEIRA⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir acerca do ageísmo em tempos de Pandemia da covid-19, e como esse "preconceito etário" incidiu de forma negativa para a população idosa nesse referido período, além de apresentar ações desenvolvidas pelo Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas- PTIA da UFPI no período pandêmico para socializar informações com os idosos e combater a solidão e a ociosidade desse público.

O envelhecimento populacional se configura como um dos desafios para o Brasil no século XXI, e contribuem para esse fenômeno fatos como: o aumento da expectativa de vida, advindo dos avanços na área da saúde e tecnologia, a queda no número de mortalidade infantil e de natalidade (HELAL; VIANA, 2021).

A discussão acerca desse fenômeno tem se intensificado, e a sociedade de uma maneira geral tem passado a refletir mais sobre assuntos relacionados a velhice, como proteção social, aposentadoria, benefícios, bem como tem se intensificado entre as famílias, no mercado de trabalho formal, na mídia, no sistema de saúde, nas instituições governamentais o ageísmo.

¹Discente do curso de Serviço Social da UFPI. dhaniavitoria8@hotmail.com

² Discente do curso de Serviço Social da UFPI. mariaaliny09@gmail.com

³ Discente do curso de Serviço Social. regisnariasantos@gmail.com

⁴ Pós-doutorado em Serviço Social. Coordenadora da Pós-graduação em Políticas Públicas/UFPI. Professora na graduação em Serviço Social e na pós-graduação em Políticas Públicas. solangemteixeira@hotmail.com

O termo “ageísmo”, segundo Helal e Viana (2021), foi mencionado pela primeira vez por Butler nos EUA, no final da década de 1960, usado para expressar a discriminação contra pessoas devido a idade, acarretando assim em diversas consequências negativas para a população de idosos.

É importante mencionar também que o ageísmo é perpassado por outros tipos de discriminação, de sexo, gênero, raça e classe social. Pois quando uma pessoa idosa é mulher, preta e pobre, a exclusão que essa pessoa está submetida a passar é muito mais intensa do que se fosse um homem idoso, branco e com alto poder aquisitivo.

A discussão a ser realizada neste trabalho é de suma importância para a sociedade como um todo, tendo em vista que o envelhecimento populacional é um fenômeno real e presente, e que o ageísmo deve ser combatido em todos os ambientes, levando em conta que cuidar da população idosa é cuidar do nosso futuro.

Palavras-chave: Ageísmo. Covid-19. PTIA.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura sobre o ageísmo no contexto da pandemia da covid-19, realizada entre os meses de setembro e outubro de 2022, a partir das seguintes bases de dados: artigos da Scielo e revistas científicas (sobre assuntos relacionados ao ageísmo, dados da covid-19, solidão em idosos e preconceito contra idosos); também foram utilizadas como fonte de pesquisa as postagens feitas nas redes sociais do PTIA, a observação de todas as atividades que o programa veio desenvolvendo durante a pandemia, de forma remota e por meio da interação com os idosos que participam do programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A velhice é temida pela maioria da população, e esse medo se dá justamente pelo fato de que nessa fase da vida as pessoas são vistas como incapazes, inválidas e na maioria das vezes um fardo para seus familiares, que não querem abdicar de seus afazeres para cuidar de seus pais, avós ou tios, e estes, por sua vez, vivem a solidão do abandono, da discriminação e exclusão.

O preconceito etário é expresso de muitas formas e em muitos ambientes, como no mercado de trabalho, onde sobretudo as empresas e indústrias que trabalham com tecnologia computacional, descartam a possibilidade de contratar pessoas com mais de 50 anos, por exemplo, pelo estereótipo que existe em relação a essa faixa etária, principalmente no que tange o uso de aparelhos tecnológicos.

Nos locais de trabalho, funcionários mais velhos, muitas vezes, não são contratados ou promovidos porque os patrões costumam acreditar que serão menos flexíveis e competentes do que aqueles mais novos. Em um sistema que valoriza o lucro acima de tudo, os empresários costumam optar por substituir funcionários mais velhos, mais experimentados e mais bem pagos por uma mão de obra mais barata e mais jovem (GOLDANI, 2010).

A pesquisa procurou evidenciar que o novo coronavírus, além de trazer vários problemas relacionados a saúde, acarretou também em outra problemática, a questão da discriminação por idade, tornando o preconceito presente em vários aspectos na vida das pessoas idosas durante a pandemia. No início do período pandêmico, alguns estudos afirmaram que esse público era mais suscetível a contrair a doença e desenvolver formas graves, o que pode em alguns casos levá-los a óbito (SILVA et al., 2021, p. 2).

Outro fator que contribuiu para o ageísmo foi a concepção errônea da sociedade das características físicas das pessoas idosas, que em geral vêem esse público como um grupo heterogêneo de pessoas frágeis e dependentes (SILVA et al., 2021, p. 4).

Ademais, a pesquisa evidenciou que no período pandêmico a internet tornou-se um ambiente propício à disseminação de preconceito contra as pessoas idosas, a propagação de *fake news*, *memes* depreciativos, opiniões ofensivas, que de forma equivocada pregava o coronavírus como uma doença “de velho” potencializando o teor discriminatório contra aqueles de mais idade (SILVA et al., 2021, p. 11), mesmo a ciência e os meios de comunicação demonstrando que outras pessoas, independente da idade, poderiam contrair e desenvolver formas graves da doença.

Para desmistificar *fake news* e para evitar que as pessoas idosas fossem “contaminadas” por informações falsas relacionadas a covid-19 e depreciativas contra elas mesmas, o Instagram do PTIA tornou-se fonte de compartilhamento de informações e instrumento de aproximação dos idosos de notícias verdadeiras. A rede social do PTIA foi importante para proporcionar momentos de atividades socioculturais e socioeducativas, visando contribuir para que os idosos

não se sentissem sozinhos e para evitar que a solidão fizesse parte do dia a dia dos mesmos.

Preocupado com a saúde física e mental dos idosos, na página do Instagram do PTIA foram realizadas publicações com dicas de filmes, informações sobre direitos e garantias da pessoa idosa, vídeos de professores dando dicas de exercícios físicos, recomendações sobre o uso de máscaras, dicas de como se entreter em meio ao isolamento social.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, é possível afirmar que a sociedade passou por momentos difíceis durante o período pandêmico, mas as pessoas idosas acabaram sofrendo mais, devido vários fatores que surgiram durante esse período. Fica evidente que foi e continua sendo importante proteger os idosos da covid-19, mas também é importante respeitá-los, lutar pela efetivação dos seus direitos, e principalmente combater qualquer tipo de discriminação contra os mesmos.

Destarte, cabe evidenciar a importância que teve o Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas (PTIA) na pandemia da covid-19, que contribuiu para a troca de experiências e informações entre os profissionais e os idosos, fazendo com que os mesmos se sentissem acolhidos. Por fim, é importante destacar a necessidade da ampliação das discussões sobre a temática, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com solidariedade intergeracional e respeito aos direitos e a vida das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010.

HELAL, D, H. VIANA, L, O. Ageismo: uma revisão integrativa da literatura em língua portuguesa. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 13, n. 29, p. 171 – 191 jan./abr. 2021.

SILVA, Marcela Fernandes. et al. Ageismo contra idosos no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 1-14. 5 abr. 2021.



O RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PIAUÍ E DAS PRIMEIRAS ESTUDANTES

ANA BEATRIZ PEREIRA CARVALHO¹
MICHELLY LORRANE REIS FEITOSA²
MARIA VITÓRIA MOURA LEAL³

INTRODUÇÃO

Esse presente texto tem como objetivo resgatar a história das primeiras estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), além disso, considerar o resgate das memórias do Serviço Social no Piauí e sua trajetória e suas conquistas. O debate a respeito dessa questão é fundamental para que se possa conhecer e reconhecer como surgiu essa profissão que, nos dias atuais se faz presente para o enfrentamento de políticas públicas no Estado do Piauí.

Nessa direção, o estudo em tela busca compreender o desenvolvimento e modificações curriculares e profissionalizantes no âmbito do Serviço Social na UFPI, buscando compreender a importância do conhecimento da importância do saber histórico da profissão e dos percursos que os modificaram ao decorrer dos anos. Nessa perspectiva, é imprescindível debater quais a origem do Serviço Social piauiense e das assistentes sociais pioneiras nesse processo.

Palavras-chave: Resgate Histórico; Serviço Social; Piauí.

¹ Estudante do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí – Brasil.

² Estudante do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí – Brasil.

³ Estudante do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí – Brasil.

METODOLOGIA

Esse trabalho consiste em uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, em que se desempenhou através de documentos disponibilizados na Universidade Federal do Piauí. Importante destacar sobre as dificuldades para obter dados diversificados sobre o tema da trajetória histórica do Serviço Social no Piauí. Mas, busco investigar o processo da criação do curso na UFPI e quais suas origens para que se tenha mais registros da construção histórica-social da profissão no Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, é importante pontuar que o estudo buscou relacionar o surgimento do Serviço social no Piauí com a criação do primeiro curso no Estado, ofertado pela Universidade Federal do Piauí.

No cenário nacional, o surgimento da primeira escola de Serviço Social foi em São Paulo, na atual PUC-SP, originada do Centro de Estudos e Ação Social que, nos primórdios sofre com fortes influências católicas, cujo curso era destinado para mulheres vistas socialmente como “moças bondosas”. O CEAS é considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil e surge em 1932 com incentivo sob controle da hierarquia (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Em contrapartida, o Serviço Social no Piauí, ao surgimento da primeira escola, foi mais tardio em relação tanto ao Brasil quanto ao próprio Nordeste. Por exemplo, o Estado de Pernambuco foi o primeiro que instituiu o curso de Serviço Social, em 1940.

O curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí foi criado em 1976 e teve sua primeira turma um ano depois, em 1977. Com conclusão em 1981, os estudantes tinham acesso a uma grade curricular relevante para o contexto social e econômico da época, com disciplinas voltadas a Sociologia, Psicologia, Economia, Direito, Teoria do Serviço Social, Filosofia, entre outras. Além disso, também contavam com trabalhos de conclusão de curso e estágios. Assim, a formação na UFPI foi fundamental para a consolidação do serviço social no Piauí e para a formação de profissionais capacitados para as demandas da profissão na época.

Examinando as características das primeiras alunas, eram, em sua maioria, mulheres vindas do interior do Piauí. Pode-se verificar a estigmatização e a influência de preceitos

doutrinários religiosos ao identitário do que seria as funções de mulheres, como nas questões do zelo, altruísmo e benevolência aos grupos “carentes” da esfera social. Sobre isso, Guimarães (1995) pontua “do total das pessoas que ingressaram até em 1993 no curso, apenas 1,8% era do sexo masculino”. Essa realidade não difere da forma que o Serviço Social se implantou no Brasil. Outro ponto sobre as primeiras turmas diz respeito à trajetória dentro da universidade, principalmente quanto aos estágios, e nota-se uma preferência na época para as áreas ligadas à Saúde (GUIMARÃES, 1995).

CONCLUSÕES

No decorrer deste estudo observou-se o resgate das memórias do Serviço Social no Piauí, e a história das primeiras estudantes do curso da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Entre os principais achados, tem-se que a implantação do Serviço Social no Piauí foi tardio em relação ao surgimento no restante do país, inclusive no nordeste.

É fundamental compreender sobre a origem e surgimento do curso de Serviço Social na UFPI, assim como rememorar sobre as primeiras estudantes, que aqui se faz uma breve aproximação. Todavia, destacam-se as dificuldades para obter dados diversificados sobre o tema. Posto isso, em relações às futuras investigações, recomenda-se que alunos da instituição Universidade Federal do Piauí procurem investigar e mais essa temática para compreender melhor sobre a história do Serviço Social Piauiense.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria Dalva Macedo; SILVA, Maria do Rosário; GUIMARÃES, Simone de Jesus. **A construção histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba; CRV, 2021, p.67,68.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmicas**: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** Ed. Cortez, SP, 1982.

SETUBAL, Aglair. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e sociedade**, Ano IV, agosto de 1993, p.109-139



O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA CIDADE DE TERESINA/PI: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO OFERTADO NA INSTITUIÇÃO “CASA DE ZABELÊ”

LARA DANUTA DA SILVA AMARAL GOMES¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como tema o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no enfrentamento ao racismo. Ademais, tem como objetivo geral, analisar como a raça enquanto aspecto determinante das relações sociais na sociedade brasileira encontra-se posta na formulação e implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes ofertado na Casa de Zabelê.

Ainda, tem como objetivos específicos: compreender as concepções de raça e racismo e sua relação com o Sistema Único de Assistência Social; identificar o papel das atividades socioeducativas dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o combate ao racismo e fortalecimento da identidade racial dos usuários; investigar de que forma o trabalho desenvolvido na Casa de Zabelê aponta para o enfrentamento ao racismo.

O estudo oferece uma reflexão sobre a sociedade que cotidianamente reflete as marcas do racismo e os reproduz sobre os indivíduos, e ainda, sobre a necessidade de reorientação das

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Integrante do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social – UFPI. E-mail: laraduttamp@hotmail.com

políticas públicas para que incorporem a raça enquanto aspecto estruturante da sociedade e tenham o comprometimento com o enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Raça; Racismo; Sistema Único de Assistência Social; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

METODOLOGIA

Utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo em vista a necessidade de compreender a realidade para além dos números, além disso, desvelar os processos sociais, interativos e subjetivos. Também foi utilizada a abordagem quantitativa, que permitiu captar através de números e porcentagens expressões do fenômeno analisado.

No que se refere aos procedimentos operacionais a serem adotados na pesquisa, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, a partir de materiais já elaborados, essencialmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008), apossando das produções de autores sobre as categorias estudadas. Dessa forma elenca-se os estudos: ALMEIDA (2018), CARNEIRO (2011), DAVIS (2016), EURICO (2011), FERNADES (1978), GONZALES (1984) MOURA (1994), MUNANGA (2003) NASCIMENTO (2016), SPOSATI (2007).

Também, foi utilizada a pesquisa documental, trata-se de materiais que anteriormente não tiveram um tratamento analítico e que até mesmo podem ser tratados de acordo com o que se objetiva na pesquisa (GIL, 2008). Nesse caso os documentos estudados foram: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, Norma Operacional Básica - NOB/2005, Norma Operacional Básica -NOB/2012, Planos de Trabalho Casa de Zabelê 2018, 2019 e 2020. Por fim, a pesquisa de campo tem como lócus a instituição “Casa de Zabelê” que é uma das unidades que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível identificar uma tendência nas respostas dos sujeitos acerca do conceito de racismo, todos possuem o entendimento de que o racismo se dá a partir de um processo histórico, entretanto, apontam para uma concepção individualista.

Isso quer dizer, que destacam que esse racismo se dá principalmente na forma de discriminação direta, sendo assim algo que pode ser resolvido através da conscientização sobre seus males e educação (ALMEIDA, 2019).

Ademais, fica evidente nas falas dos sujeitos que o Serviço lida com a realidade dos usuários, fazendo uma aproximação e gerando representatividade dentro das atividades, cabe destacar que isso demonstra que a instituição entende que a raça esta intrínseca a situação de vida dessas meninas, crianças e adolescentes.

Para tanto, se “a identidade étnica e racial é fenômeno historicamente construído ou destruído” (CARNEIRO, 2011, p. 60), o SCFV pode representar um espaço para a construção e fortalecimento dessa identidade, de forma que o serviço ofertado na Casa de Zabelê, vem desenvolvendo isso e tem apontado novas perspectivas.

O racismo interfere na vida dos sujeitos inclusive na forma a qual o estes se reconhecem nos diversos âmbitos da vida, essa visão distorcida da imagem do negro é:

[...]transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. (GONZALEZ; HASENBALG,1982, p. 91).

Indo de encontro a isso, as atividades desenvolvidas no serviço proporcionam experiências fortalecedoras, isto é, “[...] são relevantes as formas de intervenção que promovem encontros afetando pessoas, mobilizando-as e provocando transformações” (TORRES, 2013, p. 52). Significa dizer que as atividades que propõe o debate acerca da categoria raça e os aspectos que a englobam, causam um efeito sobre os indivíduos participantes, e como fica evidente nas falas, não somente sobre as educandas, coo também nos próprios profissionais.

Para tanto, as respostas concedidas pelos sujeitos apontam para questões essenciais na elaboração, implementação e construção da Política de Assistência Social, no sentido de que esta

precisa estar preparada para lidar com a realidade do seu público alvo, e bem como afirmado pelos sujeitos, esse público é majoritariamente a população negra e tem em suas relações a raça.

Dessa forma, as instâncias de governabilidade não podem se eximir da responsabilidade do estabelecimento do antirracismo em suas assim, por assim dizer,

Sabe o governo que, se a sociedade é racista, o Estado Democrático de Direito não pode sê-lo, seja por ação, seja por omissão. Portanto, é preciso agir sobre os mecanismos que perpetuam a exclusão de base racial. O Estado não pode compactuar com os processos de exclusão racial renitentes. (CARNEIRO, 2011, p.152 e 153)

Por isso, é de essencial importância uma política tenha de forma implícita nas suas legislações e normativas o combate à desigualdade racial, e o entendimento da raça como uma das categorias necessárias para avaliar as condições de vida dos indivíduos.

O trabalho desenvolvido na Casa de Zabelê apresenta um aspecto inovador e necessário para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e para a Política de Assistência Social, tendo em vista que estabelece um diálogo direto com a realidade das educandas.

CONCLUSÕES

O estudo evidenciou que a raça dentro da realidade brasileira é categoria essencial para o entendimento das condições de vida dos indivíduos, mas ainda fica pouco perceptível a inclusão dessa categoria nas normativas que orientam a gestão do SUAS e tipifica o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como aparatos para o enfrentamento ao racismo.

Portanto, assegura-se que o trabalho desenvolvido na instituição deve ser exemplo para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, não só no Piauí mas em todo o Brasil. A inclusão do debate racial nas atividades socioeducativas é imprescindível para a garantia de direitos da população negra, bem como seu acesso pleno à cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

BRASIL. IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Disponível in <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 25 Abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. Coleção 2 pontos; V. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982 .

TERESINA. **Plano de Trabalho da Casa de Zabelê – ASA/SEMCASPI no contexto da pandemia da covid -19**. 2020.

TORRES, Abigail Silvestre. **Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado. 2013.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



O SERVIÇO SOCIAL E A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: A VIVÊNCIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

SAMILLE GARDÊNIA DA ROCHA PEREIRA¹

INTRODUÇÃO

A Residência Multiprofissional em Saúde-RMS é definida como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde (BRASIL, 2005), conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde-CNS nº 287 de 1998. Nesta perspectiva, a formação no ensino em serviço contempla, dentre outros aspectos, uma concepção ampliada de saúde, a interdisciplinaridade e a integralidade das ações conforme os princípios e as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde- SUS.

Desse modo, o Conselho Federal de Serviço Social- CFESS (2017), infere que a RMS aprofunda a formação crítica do assistente social, envolvendo conhecimentos teórico-práticos em modalidade de dedicação exclusiva, sob supervisão de Assistente Social da instituição. Assim, este relato parte da vivência cotidiana de doze meses, proporcionada pela Residência Multiprofissional em Saúde, no Programa de Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso, na área de concentração em Clínicas Médica e Cirúrgica em um Hospital Universitário. Neste programa de Residência, fazem parte profissões da área da saúde: enfermagem, psicologia,

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2019), ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET Serviço Social (2016-2019), pós-graduada em Projetos Sociais e Políticas Públicas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- FAVENI (2020). Atualmente, assistente social residente no Programa de Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso, na área de concentração em Clínicas Médica e Cirúrgica (2022-2024).

odontologia, nutrição, serviço social, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia.

Neste espaço sócio ocupacional, o Serviço Social encontra-se consolidado historicamente desde a gênese desta instituição de saúde. Atualmente, o Serviço Social está presente em diversos setores da unidade hospitalar, possibilitando ao profissional residente múltiplas faces de reflexão e intervenção. Portanto, a finalidade deste relato é discorrer sobre o exercício profissional do assistente social vivenciado no cotidiano da Residência Multiprofissional em Saúde.

Palavras Chaves: Serviço Social; Residência Multiprofissional; Saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de trabalho profissional desenvolvido pela assistente social residente no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso, a partir da experiência do primeiro ano de atuação em dois setores de um Hospital Universitário. O primeiro sendo a Unidade de Clínica Médica, dividida em enfermarias masculinas e enfermarias femininas. E o segundo, a Unidade de Clínica Cirúrgica, composta por três setores de enfermarias denominados de ala A, B e C.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O atual modelo de atenção à saúde brasileira, construído por meio dos ideais de reivindicação do Movimento de Reforma Sanitária em 1980, marca a inclusão da concepção de saúde ampliada e a inserção dos determinantes de saúde no processo de adoecimento (MIOTO E NOGUEIRA, 2009). Assim, ao se estabelecer o SUS, se reconheceu a saúde como resultante das condições econômicas, políticas, sociais e culturais, e tornou o Serviço Social, ao lado de outras áreas, uma profissão necessária à identificação e análise dos fatores que intervêm no processo saúde e doença

Desta forma, infere-se a ausência de condicionantes e determinantes da saúde, reflete as expressões da questão social. Segundo Iamamoto (2012), considera-se as expressões da questão

social como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, que se expressam através das determinações econômicas, políticas e culturais que impactam as classes sociais. Nesta perspectiva, o trabalho do Assistente Social na saúde, identifica os fatores determinantes e condicionantes da saúde, desenvolvendo estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social. Além disso, atua para viabilizar o acesso aos direitos sociais dos usuários, pautando-se pelo seu Projeto Ético-Político Profissional e pelos princípios do SUS (BRAVO E MATOS, 2009), ambos convergem em defender o acesso aos direitos sociais, o compromisso com a autonomia e a emancipação dos usuários. Desta forma, o treinamento em serviço preconizado pelo referido programa de Residência Multiprofissional proporciona essa atuação. Destarte, o atendimento direto aos usuários internados é parte inerente da atuação do Serviço Social (CFESS, 2010) no cotidiano de sua prática profissional no hospital universitário como profissional residente.

A partir disso, torna-se possível identificar o predomínio das seguintes demandas: requerimento de documentação para solicitação de benefício assistencial ou previdenciário, como Benefício de Prestação Continuada- BPC ou auxílio-doença; encaminhamentos para a inserção em programas sociais da Política de Assistência Social (a exemplo o Programa Bolsa Família e Tarifa Social de Energia Elétrica) ou em programa do SUS, como o Tratamento Fora de Domicílio- TFD, encaminhamentos também para Benefício Eventual, principalmente, em virtude do óbito; articulação com setores intra hospitalar, dentre outras demandas. Depreende-se, através destas demandas, que neste hospital universitário há um indicativo de perfil de usuários em vulnerabilidade social, em que por vezes o acesso ao sistema de saúde é violado.

Infere-se ainda que estas demandas são desvendadas por meio do acompanhamento social no cotidiano do hospital universitário, pois podem apresentar-se veladas e imbricadas pelo contexto de adoecimento do usuário. Desta forma, levam-se em conta as singularidades e particularidades de cada situação, bem como as complexidades intrínsecas para a construção de cada plano de atuação. A ação profissional da Assistente Social residente pauta-se na instrumentalidade, a partir da escuta qualificada, acolhimento, entrevista social, na articulação multiprofissional e com a rede socioassistencial, buscando recursos disponíveis na comunidade e direcionando a perspectiva do acesso a bens e serviços públicos. Entretanto, aponta-se que esta vivência é atravessada por questões macroestruturais no segmento político, econômico e

social que impactam sobretudo os recursos disponíveis para efetivamente acessar as políticas sociais.

CONCLUSÕES

Depreende-se que este trabalho discutiu brevemente a atuação do assistente social na saúde, compreendendo que atualmente este é um espaço sócio ocupacional consolidado historicamente. Pode-se apontar que embora o assistente social seja residente, ou seja, encontra-se supervisionado e em formação profissional, durante o treinamento em serviço atua diretamente no atendimento aos usuários do hospital universitário, para a identificação das demandas e necessidades sociais e assim proporcionar uma intervenção com os recursos legitimados e disponíveis. Entretanto, na vivência cotidiana há limites institucionais, seja por meio de quantitativo insuficiente de profissionais para todos os setores do hospital, ou por questões historicamente compreendidas pela categoria profissional, há também a rede socioassistencial impactada pelo atual cenário de regressão e desmonte das políticas sociais. Destarte, aponta-se que a Residência Multiprofissional em Saúde para o Serviço Social promove possibilidades identificadas por meio do trabalho interdisciplinar e multiprofissional, contribuindo na especialização profissional, elevando a capacidade de articulação e resolutividade do profissional, aprimorando a qualificação profissional preparando assistentes sociais para atuarem de forma efetiva no cotidiano de uma política pública, sobretudo, no SUS.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 27 fev./ 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998**. Brasília (DF), 1998. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.html. Acesso em: 05 mar./ 2023.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília. 2009, p. 197- 218.

CFESS. **Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília – 2010.

CFESS. **Residência em Saúde e Serviço Social**: subsídios para reflexão. Brasília (DF) – 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho dos Assistentes Sociais na Atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília. CFESS. 2012.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. In: **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília. 2009.



O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

REGISNÁRIA SANTOS OLIVEIRA²
THAMIRES PAES LANDIM DA COSTA³
EDILAYNE XIMENES DE MOURA⁴
MAURICÉIA LÍGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO⁵

INTRODUÇÃO

O referido texto apresenta elementos para reflexão sobre o Processo de Trabalho do Serviço Social na perspectiva da garantia de promoção, proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes e reflexões sobre a experiência de estágio curricular obrigatório, o qual é integrante das atividades realizadas no decorrer dos componentes curriculares de Estágio Supervisionado I em Serviço Social, do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI), cujo campo de estágio é o Centro de Reintegração Familiar e Incentivo à Adoção - CRIA.

A referida instituição atua como Grupo de Apoio à Adoção (GAA), cuja finalidade é implementar programas, projetos e ações para sensibilizar a sociedade para a adoção, como também, garantir a vida em família, ofertando apoio psicossocial durante o período de

¹ Relatos de Experiências de Estágio Supervisionado em Serviço Social

² Aluna do Curso de Serviço Social da UFPI. E-mail: regisnairasantos@gmail.com

³ Aluna do Curso de Serviço Social da UFPI. E-mail: paesthamires2@gmail.com

⁴ Assistente Social do Centro de Reintegração Familiar e Incentivo à Adoção. Especialista em Projetos Sociais, Especialista em Gestão Pública Municipal. E-mail: edilayneximenes@gmail.com

⁵ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social - DSS/UFPI. Membro do GEPSS/UFPI e NEF/UNIFESP. E-mail: mnnevesdacosta@ufpi.edu.br

reintegração familiar de crianças e adolescentes que foram acolhidas institucionalmente e não foram destituídas do poder familiar; além disso, o CRIA atua da realização de Programa de Acolhimento Familiar, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Art. 34).

Vale ressaltar, que as reflexões sobre o Processo de Trabalho do Serviço Social estão pautadas nos princípios firmados pela profissão em seu Código de Ética Profissional, especialmente a garantia de direitos e o reconhecimento da autonomia e emancipação dos sujeitos sociais (CFESS, 1993).

Palavras-chaves: Assistente Social; Serviço Social; Processo de Trabalho; CRIA.

METODOLOGIA

O processo de estágio, constituído pelos componentes Curriculares da disciplina Estágio Supervisionado em Serviço Social I, compreende desde a apreensão dos elementos inerentes aos processos de trabalho, nos quais se inserem os(as) assistentes sociais, que dizem respeito: às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão; o reconhecimento do espaço institucional e das contradições presentes no cotidiano profissional, até a construção, execução e avaliação de propostas interventivas coerentes com as demandas, com as possibilidades institucionais e com o projeto ético-político do Serviço Social.

Diante dessa assertiva, o trabalho aqui apresentado foi desenvolvido a partir da análise institucional realizada na experiência de Estágio Supervisionado I em Serviço Social, que constitui uma atividade acadêmica, e foi embasada no método dialético, que segue a teoria social crítica, pois, possibilita a compreensão mais ampla em torno da realidade da instituição, dos profissionais e dos sujeitos atendidos por ela, identificando o fenômeno da adoção a partir das características da sociedade capitalista que gera a questão social e suas expressões.

Na execução do trabalho utilizou-se de técnicas de coleta de dados por meio de documentos da instituição, referência bibliográfica, observação da prática profissional e instrumentos do Serviço Social. Assim, durante a execução do trabalho contou-se com a orientação e avaliação das supervisões acadêmica e de campo, como também, os registros de

forma sistemática e processual por meio do Relato de Processo de Trabalho - RPT's, instrumento de acompanhamento da atividade acadêmica de Estágio Supervisionado I.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A instituição está inserida na Política de Assistência Social e integra os serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade. Segundo os Parâmetros para Atuação dos(as) Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, o trabalho do/a assistente social deve ser orientado e norteado por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (CFESS, 2011, p. 16). O profissional de Serviço Social tem como objeto de atuação a questão social, e como consta no documento do CFESS, o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais (CFESS: 2011).

O CRIA atua em conjunto com as instituições de acolhimento de Teresina-PI voltadas para crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos, visando a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Seu público-alvo, portanto, são esses sujeitos e suas famílias, buscando a reintegração familiar, nos casos em que é possível, ou a adoção. Dito isso, na instituição, o(a) Assistente Social se constitui um (uma) profissional que analisa criticamente a realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano. Nesse sentido, as ações realizadas pelo(a) profissional têm uma intencionalidade que vão além das demandas apresentadas.

As famílias atendidas pela instituição, são, em sua maioria, de baixa renda, chefiadas por mulheres que possuem 2 ou mais filhos. É de grande importância para os profissionais de Serviço Social, que se reconheça que há várias expressões da questão social que estão presentes na realidade dos usuários do serviço ofertado. Vale ressaltar, que as ações do(a) profissional, vão para além da demanda imediata, pois, quando este compreende as situações vivenciadas pelas famílias e pelos usuários, é possível entender as expressões da questão social presentes no cotidiano desses sujeitos.

Para atuação do Serviço Social sobre essas demandas, a equipe de profissionais utiliza-se de instrumentos técnicos como: acolhida, visitas domiciliares, escuta qualificada, plano de atendimento familiar e/ou individual, termos de compromisso para as famílias acolhedoras, entrevistas, orientação, encaminhamentos para demais serviços públicos e/ou de Assistência Social, orientação sociojurídica, referência e contrarreferência, elaboração de relatórios e prontuários, além de outros dispositivos legais, que buscam concretizar a intencionalidade dos profissionais em construir respostas que alterem as condições objetivas e subjetivas dos usuários dos serviços.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, observa-se que as ações dos(as) profissionais de Serviço Social no CRIA, além de serem sustentadas a partir do que está previsto no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, pela Lei de Regulamentação da Profissão lei nº 8.662 de 1993, pela Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, também seguem as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, referência importante para o Processo de Trabalho.

No que diz respeito aos inúmeros desafios da atuação profissional nesta área, está o dilema que se coloca entre a execução da política pública e a abordagem assistencialista, pois a instituição disponibiliza cestas básicas mensais para as famílias acompanhadas, de uma forma geral, esse método levanta controvérsias nos(as) profissionais do Serviço Social, pois é visto como uma forma de caridade, contudo, é reconhecido na instituição como uma estratégia para que as famílias participem das reuniões dos projetos, pois essas famílias vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, necessitando de apoio da instituição, motivando assim, uma reflexão sobre o real papel e implementação das políticas públicas na garantia dos direitos a essas famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI Nº 8.662 de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil.>>Acesso em: 01.mar. 2023.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de AS na Política de Assistência Social - PDF - CRESS.**

Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/destaques/para-metros-para-atuacao-de-as-na-politica-de-assistencia-social-pdf/>>. Acesso em: 12 fev. 2023.



O TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO E AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À SAÚDE NO PIAUÍ

DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO¹
NATHALIA SANDES DA SILVA MACEDO²

INTRODUÇÃO

A garantia do acesso universal, a igualdade e a integralidade no atendimento e na assistência à saúde, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, ainda é um desafio para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar dos mais de 30 anos do SUS, ainda existem dificuldades na efetivação dos serviços de saúde de maneira regionalizada e hierarquizada, principalmente no que trata da atenção de média e alta complexidade.

O acesso à atenção hospitalar, ambulatorial especializada e outros serviços de maior complexidade, faz com que os usuários do SUS precisem se deslocar para os grandes centros urbanos. No Piauí, assim como em outros estados brasileiros, esses serviços de saúde de alta complexidade necessitam de recursos significativos, como equipamentos médicos avançados, especialistas em saúde e infraestrutura adequada, que muitas vezes não estão disponíveis em áreas menores ou mais remotas.

¹ Aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas e Saúde Mental (PPSAM-UFPI), vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI). Atualmente integra o Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Estado do Piauí (2021-2023). Dafnelages08@gmail.com;

² Assistente Social (CRESS/PI nº 3290/22ª Região) vinculada ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI). Participou do Programa de Tabagismo no HU-UFPI (2015-2020). Atualmente integra o Grupo de Trabalho de Humanização Hospitalar HU-UFPI (2018-2023). Nathaliasandes@outlook.com.

Nesse cenário, a alternativa que possibilita o deslocamento dos usuários em vulnerabilidade econômica e social é o Programa Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Sendo assim, o presente resumo expandido tem como objetivo analisar o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) como uma das possibilidades de tratamento de acesso à saúde no Piauí, utilizando como metodologia uma revisão de literatura.

Palavras-chave: Tratamento Fora de Domicílio; Acesso; SUS.

METODOLOGIA

No intuito de alcançar o objetivo proposto, o estudo se baseia em uma revisão de literatura, uma técnica de pesquisa que envolve uma análise crítica e sistemática da literatura existente a respeito de um determinado assunto. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 78), “ a revisão de literatura tem papel fundamental no trabalho acadêmico, pois é através dela que você situa seu trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, contextualizando-o.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Tratamento Fora de Domicílio (TFD) é o instrumento jurídico que visa tornar possível o tratamento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos cidadãos portadores de enfermidades não tratáveis em seu município de origem, mediante o custeio de passagens e diárias, enquanto durar o tratamento.

É importante destacar que esse é um programa regulamentado em âmbito nacional, por meio da Portaria SAS/GM nº 55 de 1999, e na esfera estadual, por meio do Manual do TFD, legitimado através da Resolução CIB/PI nº. 058/2007 e alterada pela Resolução CIB/PI nº. 038/2009. De acordo com o Manual (Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, 2017, p. 3), as condições gerais para a concessão do benefício são as seguintes:

1. O TFD será concedido exclusivamente ao beneficiário atendido na rede pública ou conveniada/contratada do SUS.
2. O TFD não será concedido para tratamento médico no exterior.
3. É beneficiário prioritário para o TFD os portadores de patologias cujo tratamento se enquadrem nos procedimentos da Média e Alta Complexidade e Estratégicos Sistema de Internação Hospitalar - SIH e Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS.

4. Terão prioridade máxima para autorização do TFD os pacientes submetidos a tratamentos de Terapia Renal Substitutiva, Quimioterapia e Radioterapia e pacientes com indicação de transplante não ofertado no Piauí (Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, 2017, p. 3).

Na Lei 8.080/90 estão estabelecidos os princípios do SUS, sendo um deles a universalidade, no qual é defendido o acesso de todas as pessoas às ações e serviços de saúde como um direito relacionado a cidadania, sendo dever do Estado prover os meios e recursos para o atendimento das necessidades de saúde da população.

Sendo assim, compete ao TFD: tratamento ambulatorial, hospitalar e/ou cirúrgico antecipadamente agendado; passagens de ida e volta para que o paciente e seu acompanhante, para que seja possível o deslocamento até o local onde será realizado o tratamento e retornar à sua cidade de origem, contando também com ajuda de custo para alimentação e hospedagem, enquanto durar o tratamento.

No Piauí, a concentração de tecnologia dos serviços de saúde em Teresina pode ser explicada por alguns fatores, como a centralização dos recursos e serviços de saúde em áreas urbanas maiores, o poder econômico e político da cidade, o que pode ter contribuído para o maior desenvolvimento de infraestrutura dos serviços de saúde. Além disso, a presença de universidades e centros de pesquisa, como a Universidade Federal do Piauí-UFPI, atrai profissionais qualificados e fomenta o desenvolvimento de tecnologias em saúde.

No entanto, a concentração dos serviços de saúde de média e alta complexidade em uma única região, além de ocasionar a desigualdade de distribuição de recursos, cria barreiras para o tratamento de pessoas em vulnerabilidades econômicas e sociais. De acordo com Barreto (2017), as explicações estruturais dos determinantes sociais geradores das desigualdades na saúde podem ser explicadas na superestrutura da sociedade, isto é, na política e na organização produtiva.

No entanto, é importante ressaltar que o SUS possui uma estratégia de regionalização, que visa descentralizar a atenção em saúde de média e alta complexidade, levando esses serviços para as regiões mais distantes dos grandes centros urbanos. Apesar disso, é uma mudança gradual e que pode exigir tempo para que todos os serviços sejam disponibilizados nas áreas mais remotas do país. Portanto, enquanto a concentração de tecnologias em saúde no Piauí ainda estiver na capital, a existência de programas como o Tratamento Fora de Domicílio, são importantes para a garantia do acesso à saúde.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, como falar em igualdade e universalidade de acesso aos serviços de saúde no Piauí? Consolidar o SUS é um processo contínuo e que requer a coordenação eficaz e constante de múltiplos atores e ações, incluindo investimento adequado de recursos, melhorias na gestão e distribuição mais equitativa de serviços.

Morar em locais mais vulneráveis têm consequências relacionadas aos custos do usuário no tocante à infraestrutura, à distância para acessar os serviços públicos, entre outros. Estas próprias características locais influenciam o nível de bem-estar individual e da comunidade em geral, aumentando o seu impacto na saúde.

No Piauí, assim como nos demais estados brasileiros, enquanto ainda houver uma grande concentração dessas tecnologias nos grandes centros urbanos, torna-se evidente a importância de programas como o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) na garantia de acesso à saúde, podendo ser considerado um dos determinantes essenciais na qualidade de vida dos usuários.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. L. Desigualdades em saúde: uma perspectiva global. **Ciência e Saúde Coletiva**, Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, v. 22, n.7, p. 2097-2018, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/XLS4hCMT6k5nMQy8BJzJhHx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ. **MANUAL REFERENTE À CONCESSÃO DO AUXÍLIO PARA TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO - TFD NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS/PI**. Teresina, 2017. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/manual_tfd_alterado_para_cib_2017_el2022.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. **Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.



OS DESDOBRAMENTOS DA ORIENTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

CLAUDIA FERNANDA MACHADO PONTES¹
GLEYSON WILLIAN SILVA CARNEIRO²
KATRYNE COSTA DE OLIVEIRA³
TERESA CRISTINA MOURA COSTA⁴

INTRODUÇÃO

O trabalho aborda a política social como instrumento contraditório do Estado capitalista ao condensar diferentes interesses tanto da burguesia de manutenção de suas taxas de lucro como da classe trabalhadora, ao incorporar e atender parte de suas demandas e necessidades.

Ao longo dos séculos, o atendimento às necessidades sociais se dava sobretudo de forma assistencialista e seletiva. As primeiras leis inspiradoras não apenas distinguiam os pobres merecedores dos benefícios, auxílios, como também abandonaram os indivíduos ao exercício do trabalho nos moldes liberais, passando este a ser sua única e exclusiva fonte de renda (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

¹ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social – GEPSS/UFPI; bolsista do PIBIC da UFPI/2023. Email: claudiafmpontes@gmail.com

² Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social – GEPSS/UFPI; integrante do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” (UFPI); bolsista do Pet Serviço Social (UFPI). Email: gleysonwillian@ufpi.edu.br

³ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social – GEPSS/UFPI; Bolsista do PIBIC da UFPI/2023; voluntária do programa PET integração. Email: katrynecosta09@gmail.com

⁴ Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social – GEPSS/UFPI.

Somente após a Crise do capital de 1929, é que os países capitalistas centrais adotam o modelo keynesianista, no qual o Estado passa a intervir na economia, para reativar o mercado, ofertando as políticas sociais. Tal intervenção acontece associada ao modelo fordista de produção, que primava pela produção em massa, padronizada, especializada e que exigia um grande contingente de trabalhadores. Cabe ressaltar que é no pós Segunda Guerra Mundial que as políticas sociais se generalizam e os países capitalistas centrais passam a organizar os seus sistemas de proteção social, utilizando-se do modelo burocrático de organização para imprimir racionalidade às relações e processos de gestão (ibid., 2017).

Trata-se do regime de acumulação, chamado por Sousa Filho e Gurgel (2016, p.129) de “modelo keynesianista-fordista-assistencial-burocrático”, responsável pelos anos de outro do capitalismo, com fortes alianças entre o capital e o trabalho.

Contudo, o sistema capitalista vivencia crises cíclicas, o que exige o reordenamento das suas estratégias de acumulação. Assim, nos anos 70 o ciclo de crescimento do modelo logo se mostrará débil para garantir a obtenção de maiores lucros para a classe burguesa. Então, entre avanços e retrocessos, opta-se por uma intervenção mínima do Estado na economia e no social, passando a atender somente os casos de extrema pobreza.

Sob esse viés, a ascensão dos ideais neoliberais na oferta das políticas, torna funcional a reestruturação do capital e o gerencialismo emerge como forma de gestão neoliberal no âmbito da administração pública, o que trará efeitos nefastos para a gestão das políticas sociais.

Palavras-chave: política social. gestão. gerencialismo.

METODOLOGIA

O presente estudo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica com escolha intencional de autores que analisam a política social, entre os quais destacam-se: Behring e Boschetti (2017), na abordagem da política social; Souza Filho e Gurgel (2016), sobre a administração pública e gerencialismo; Bresser Pereira (1995), sobre Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado; e Montañó (2004), sobre o trato da questão social.

RESULTADOS DA DISCUSSÃO

A política social, nas suas funções de atendimento às necessidades e de legitimação da ordem dominante, se gesta em meio às relações sociais que se desenvolvem na sociedade. Nessa teia social de conflitos e acordos que são feitos entre as classes, o Estado passa a desempenhar ações de cunho interventor dentro do sistema capitalista. Contudo, sempre assume o caráter contraditório e classista, uma vez que não age com o fito de eliminar a pobreza e se compromete sobretudo com a burguesia como forma de garantir a ganho de capital.

A oferta das políticas sociais pelo Estado carece da mediação da administração pública à qual acaba por incorporar também a direção impressa pelo Estado na orientação da política social pública (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016). Cabe ressaltar que o aparato da administração pública brasileira, embora esteja estruturado a partir do modelo burocrático, carrega traços do patrimonialismo que está na base do nosso processo de formação sócio-histórica (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

Na atualidade, a maneira como a política pública vem sendo gerida continua a ser por via do pacto conservador com ares de modernidade sob a égide do gerencialismo, enquanto modelo de gestão neoliberal. Essa forma de conduzir a gestão pública, conforme exposto no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, por Bresser Pereira (1995), traria um avanço na qualidade dos serviços ofertados à população com redução dos gastos, parceria com a sociedade civil e participação dos agentes privados (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

No que se refere à intervenção do Estado nas políticas sociais, o Plano Diretor orienta que estas sejam privatizadas ou repassadas às organizações da sociedade civil pela via da publicização, pois estão no campo denominado de “não exclusivo do Estado”. Aqui, ganhando a definição de maior eficiência, os serviços na área de educação, saúde e assistência deslocam-se para maior responsabilidade das organizações públicas não estatais que possuem orientação pautada ao interesse público e não lucrativo (PDRAE,1995).

Nas discussões de Souza Filho e Gurgel (2016), evidencia-se que a gestão, por meio do gerencialismo, nas áreas sociais deveriam ser tratadas e administradas como empresas, onde se estabelece metas e tempo ideal para execução do serviço, ou seja, traz-se o modelo de administração empresarial para a gestão das políticas sociais, sem levar em consideração as suas especificidades. (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

Em uma avaliação mais crítica, essa forma de gestão nada mais é do que um instrumento do projeto neoliberal para reerguer o capital a partir da redução da responsabilidade do Estado com os gastos sociais para as classes subalternas e a privatização dos serviços (MONTAÑO, 2004). Dessa forma, o que se observa é um novo tipo de enfrentamento das expressões da questão social, onde a reforma do Estado retira a dever social do governo (MONTAÑO, 2004).

Cabe ressaltar que o gerencialismo não dispensa ou supera o modelo burocrático de organização, como argumenta o Bresser Pereira no Plano Diretor, apenas torna a burocracia flexível ao incorporar tecnologias gerenciais como a terceirização, a descentralização e as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016). Além disso, essa flexibilização abre espaço para a permanência do patrimonialismo na gestão das políticas sociais, ao prescindir do concurso público, por exemplo (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

Entende-se assim, que essa administração gerencialista não vem em decorrência de possibilitar “melhorias” aos serviços ofertados para a população, mas de transferir as responsabilidades estatais para as organizações da sociedade civil (MONTAÑO, 2004).

CONCLUSÕES

Os ataques conservadores de cunho liberal, contrários a efetivação das políticas sociais vêm transformando as ofertas em ações pontuais e precárias. Com isso, afirma-se que, por meio do atendimento descentralizado, focalizado e privatizado, o chamado trinômio neoliberal (BEHRING; BOSCHETTI, 2017), o Estado se esvai da sua responsabilidade com a população e se mantém sob a linha de intervenção apenas da pobreza extrema.

Assim, o gerencialismo, como gestão da administração pública com orientação neoliberal, que chama os agentes privados e as organizações da sociedade civil (OSC) a participar na oferta de serviços é, portanto, o meio para que o governo continue a garantir o acúmulo de capital e se atenha somente a classe social mais pauperizada. Nesse processo, os indivíduos com menor poder aquisitivo são os mais penalizados no acesso gratuito e de qualidade dos serviços, uma vez que estes, como afirma Souza e Gurgel (2016) passam a ser mercantilizados e destituídos da lógica universalista.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 63 - 264.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. - São Paulo: Cortez, 2016. - (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 7). p.124 -187

MONTAÑO, C. E. (2004). **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do terceiro setor**. Lutas Sociais, (8), 53-64.

PDRAE – **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado** (Brasília, 1995).

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



PET INTEGRAÇÃO E A ATUAÇÃO COM JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO CREAS SUDESTE EM TERESINA

AMANDA SOARES MELO¹
MAYSA DA SILVA LEMOS²
KATRYNE COSTA DE OLIVEIRA³

INTRODUÇÃO

O resumo expandido em tela visa relatar a atividade realizada pelos grupos PET Integração e PET Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. A ação extensionista, cujo público são jovens em medida socioeducativa, teve como parceiro externo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Sudeste, no município de Teresina, PI.

O Programa de Educação Tutorial (PET) é regido pela Lei 11.180 23/09/2005 em que visa desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão para complementar a formação dos graduandos, com a tutoria de um(a) docente da Instituição de Ensino Superior. A modalidade “PET Integração” surgiu no ano de 2010 sob proposta interdisciplinar abrangendo os cursos de Serviço Social, Direito, Nutrição, Ciência da Computação e Pedagogia, promovendo a troca de experiências e saberes para a excelência na realização de seus projetos e ações. Já o PET Serviço Social foi instituído no ano anterior.

¹ Discente de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí; bolsista do Programa de Educação Tutorial PET Integração; email: amandamelo@ufpi.edu.br.

² Discente de Direito na Universidade Federal do Piauí – UFPI; voluntária do Programa de Educação Tutorial – PET Integração. E-mail: maysalemos@ufpi.edu.br .

³ Discente de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí – UFPI; voluntária do Programa de Educação Tutorial – PET Integração. E-mail: katrynecosta09@gmail.com .

O CREAS oferece assistência de serviços especializados de proteção social a familiares e indivíduos, a partir de um espaço de acolhida e escuta para a superação da situação de cumprimento de medidas socioeducativas, dentre outros casos de proteção especial. (BRASIL, 2016).

As medidas socioeducativas estão regulamentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua aplicabilidade é destinada a jovens, entre 12 e 21 anos de idade, que praticaram algum ato infracional, podendo acontecer em liberdade ou com privação de liberdade. Sendo, portanto, determinadas de acordo com a natureza do ato. (BRASIL, 1990).

Essa ação conjunta, no primeiro momento, consistiu em conhecer o trabalho realizado e profissionais do CREAS Sudeste e na realização de diagnóstico do público-alvo. Desta feita, se empreendeu na realização de uma roda de conversa.

Palavras-chave: medida socioeducativa; CREAS; roda de conversa.

METODOLOGIA

O presente trabalho se configura enquanto relato de experiência, que consiste em explanar uma ação de forma a fazer com que os leitores possam refletir acerca do que foi realizado, seja para replicar ou aprimorar. (DALTRO; FARIA, 2019)

Após visita técnica em 01 de novembro de 2022, a ação passa a ser desenvolvida utilizando-se do instrumento de Reunião. Costa et. al. (2021) apontam que a reunião pode adquirir a função socioeducativa quando relacionada a um público específico e com a sua finalidade devidamente planejada sob os formatos de rodas de conversas, palestras e oficinas.

Assim:

[...] tais reuniões não só viabilizam a socialização de informações, mas também provocam um processo reflexivo, em que a/o assistente social, por meio de um movimento interativo, faz com que os usuários elaborem respostas para as suas demandas, imediatas ou não. (COSTA et. al., 2021, p. 352-353)

A particularidade do grupo para o qual a ação foi desenvolvida exige que se promova uma reflexão do sujeito e que, a partir disso, haja o enfrentamento da questão social e perspectiva de autonomia. Para tanto, fez-se necessário: reuniões de planejamento duas vezes por semana; posteriormente, avaliação para elaboração de relatório.

A Roda de Conversa, objetivo principal da atividade, foi realizada no dia 29 de novembro de 2022, das 9 às 11 horas e contou com a participação de cinco adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa acompanhados de responsável. A temática abordada compreendeu o tema “Gênero e Raça” contando com a condução da assistente social Luisa Marilac, educadores sociais, tutora do PET Serviço Social, petianas dos grupos PET Integração, PET Serviço Social e discente pesquisador da Universidade Federal do Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas socioeducativas possuem natureza pedagógica e não penal com o objetivo de ressocialização do jovem infrator. Após a prática do ato infracional é constatada a responsabilidade do adolescente em um processo judicial específico para essa finalidade que culmina na determinação do juiz da Vara da Infância e Juventude.(BRASIL, 1990. COSTA, 2017)

Os adolescentes recebidos pelo CREAS são encaminhados pelo sistema judiciário em virtude de ato infracional leve (que podem ser: furtos, agressão física, uso de substâncias psicoativas). A atuação da instituição possui o objetivo de realizar um plano individual de acompanhamento, bem como promover a integração da família. (ANTUNES; SILVA, 2018)

A ação dos grupos PET junto ao CREAS tem início com o planejamento, no qual houve a reunião diagnóstica para compreender o público, sua demanda e a finalidade que gostaríamos de atingir. Assim, foi planejada a Roda de Conversa com a temática “Gênero e Raça” para que os jovens periféricos pudessem ter uma compreensão de mundo que há determinantes sociais que podem ocasionar maior vulnerabilidade e como isso pode ser amenizado.

O roteiro para a ação compreendeu: dinâmica “quebra-gelo”, para que cada participante se apresentasse; Roda de Conversa com o desenvolvimento da temática; momento de motivação com a presença de um estudante e pesquisador da UFPI; momento musical; e a avaliação, onde cada pessoa pode falar uma palavra acerca do que a reunião representou.

Durante o início da atividade, os jovens apresentaram uma interação menor que os seus responsáveis. Um deles, inicialmente não quis apresentar-se, outros davam respostas monossilábicas apenas ao que era perguntado. À medida que a equipe conquistava a confiança

e o debate acerca de gênero tornava-se mais próximo de suas vivências, os adolescentes sentiam-se mais à vontade para expressar a sua opinião.

O ponto alto deu-se com a fala do estudante e pesquisador Elton Guilherme que tratou de sua vivência e superação, apresentando ainda a música “Corra” do rapper Djonga.

CONCLUSÕES

A atividade interventiva desta ordem demanda planejamento, seriedade, e não estigmatização. Assim, a realização de uma atividade voltada para jovens em medida socioeducativa deve conter temas presentes no contexto dos sujeitos para que haja uma reflexão e sua superação. Acreditamos que, com a atividade empreendida, foi possível promover uma reflexão acerca do lugar no mundo que o jovem ocupa e as oportunidades que ele pode acessar a partir de sua identificação e engajamento, tornando-se protagonista de sua existência.

A experiência dos petianos, registrada em relatório, confere para além do cumprimento de uma ação extensionista com seus devidos aprendizados iminentes. A vivência conferida pela responsabilidade de representar o programa PET junto a um público com suas subjetividades e expressões da questão social peculiares e a parceria com uma unidade pública séria apreende, sobremaneira, as três dimensões do fazer profissional das(os) assistentes sociais: teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Scheila Espindola; SILVA, Otávio Guimarães Tavares. Entendimentos e concepções dos profissionais do Creas sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. **Revista Brasil Ciência e Esporte**; volume 40; 2018; 170-176. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/jwxvxPNtznKiydFHnq5FkDS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em : 15/03/2023

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. 2016. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas> Acesso em: 02 de abril de 2016.

COSTA, A. P. M. Os direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e sistema constitucional brasileiro. In: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. (org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. p. 17-32.

COSTA, Renata Maria Paiva da; SILVA, Márcia Beatriz Rodrigues Gonzaga da; SILVA, Poliana Machado Gomes da. O uso da reunião no cotidiano do trabalho do assistente social: indicações contextualizadas de forma e conteúdo. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral; CAMELO, Renata Albuquerque (orgs). **Instrumentos e Técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada**. Fortaleza: Editora da UECE. 2021. (p. 338-358)

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia.**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.



PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL E A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE

ELYDIANA DE SOUZA SOARES PONTES¹
MESSIAS PINHEIRO DE OLIVEIRA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante do processo acadêmico vivenciado entre docente e discente (autores deste resumo) na disciplina de Ética Profissional em Serviço Social, inserida no curso de Bacharelado em Serviço Social, no qual pudemos refletir de maneira empírica-teórica a proximidade existente entre os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 e a concepção educacional de Paulo Freire, a partir do seu livro *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa* (São Paulo: Paz e Terra, 1996). Dada essa proximidade, a reflexão central agrupou-se no reconhecimento de que as estratégias de ensino utilizadas pelos assistentes sociais docentes nos cursos de Bacharelado em Serviço Social ao serem perpassadas pela observância dos valores contidos no Projeto Ético-Político, articulam-se diretamente ao paradigma da educação popular sistematizado por Freire.

Tal reflexão foi inspiradora para a construção do presente artigo, resultante de um estudo teórico incipiente acerca dos valores contidos naquele Código de Ética e as principais questões pontuadas por Paulo Freire. E é por acreditarmos na necessidade do constante debate sobre a ética profissional no Serviço Social, sobretudo em contextos de soerguimento de valores

¹ Assistente social. Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Docente do curso de Serviço Social do IFCE – Campus Iguatu. Email: elydiana.souza@ifce.edu.br

² Pedagogo. Bacharelado em Serviço Social. Discente do curso de Serviço Social do IFCE – Campus Iguatu. Email: messias.pinheiro.oliveira01@aluno.ifce.edu.br

ultraconservadores e de desvalorização do saber científico, que trazemos aqui o objetivo de interpretar as proximidades teóricas existente entre os onze princípios do Código de Ética mencionado e o conteúdo expresso por Freire ao longo dos três capítulos de seu livro, buscando as similaridades filosóficas entre eles.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa para fins exploratórios, foi desenvolvida a partir de uma perspectiva crítica e dialética. Lançamos mão da pesquisa bibliográfica, na qual utilizamos como documento base o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 e o livro *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 1996). A ideia do estudo consistiu em compreender a forma como o conteúdo dos onze princípios do referido Código aparecem ao longo dos três capítulos do livro em questão. Para tanto, fizemos uma leitura orientada do livro a fim de verificar em quais tópicos do livro apresentavam-se assuntos próximos aos colocados pelos princípios. Para cada princípio do Código foi inferido três exigências da ação educativa-crítica expostas por Freire conforme quadro abaixo.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL	PEDAGOGIA DA AUTONOMIA SABERES NECESSÁRIOS A PRÁTICA EDUCATIVA		
	Capítulo 1 Não há docência sem discência	Capítulo 2 Ensinar não é transferir conhecimento	Capítulo 3 Ensinar é uma especificidade humana
P-I	1.4	2.3	3.4
P-II	1.3 - 1.8		3.4
P-III	1.9	2.1	3.7
P-IV		2.4 - 2.6	3.5
P-V	1.5	2.9	3.1
P-VI	1.7 - 1.9		3.6
P-VII	1.2		3.2 - 3.3
P-VIII	1.4 - 1.6		3.8
P-IX		2.4 - 2.5 - 2.8	
P-X	1.1	2.2	3.9
P-XI	1.8	2.7	3.8

Quadro Similaridades Teóricas

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática docente do assistente social e sua necessária reflexão coloca-nos o desafio de aprofundar os estudos sobre como tal prática pode estar cada vez mais articulada ao Projeto

Ético-Político da profissão, que se materializa cotidianamente através das práticas de tais profissionais. Quando no âmbito da educação, a responsabilidade torna-se ainda maior tendo em vista que nele a processualidade da ação exige dos profissionais o planejamento ontológico de sua prática e estratégias pedagógicas a fim de que estas estejam em conformação com os valores defendidos pelo coletivo de profissionais.

Assim, nossa pretensão aqui foi aproximar o debate dos princípios do Código de Ética Profissional e a sistematização de Freire (1996) em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, compreendendo de que modo a prática do assistente social docente pode utilizar-se das referências postas pela educação popular freireana. Segundo Barroco e Terra (2012, p.35):

O Código de Ética é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto.

Instituído através da Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, o Código de Ética do (a) Assistente Social estabelece direitos, deveres, vedações e punições ao exercício profissional e logo no seu início apresenta 11 (onze) princípios valorativos que norteiam ideologicamente a profissão. Tais princípios trazem a liberdade como valor ético central e partem em busca de uma nova ordem societária, entendendo que para tanto se faz mister o respeito pela democracia, a defesa da cidadania, dos direitos humanos, do pluralismo; além do posicionamento em favor da equidade e justiça social, o empenho contra todas as formas de preconceito, a articulação com movimentos sociais.

Para Oliveira (1996, p.11), “a pedagogia da autonomia nos apresenta elementos constitutivos da compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana”. Portanto, a relação docente e discente, educador e educando, exige reflexão, criticidade, diálogo, comprometimento e a consciência de ser inacabado.

O princípio Nº I do Código de Ética afirma o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” vinculados aos saberes apontados por Freire (1996): 1.4 “Ensinar exige criticidade” (1996, p.31) e 2.3 “Ensinar exige respeito a autonomia do educando” (1996, p.59), percebemos que é necessário reconhecer que “o respeito a autonomia e a

dignidade de cada um é um imperativo ético e não como um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE,1996, p.59).

Freire (1996, p.22) diz que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo”. Nesse sentido entendemos que o Assistente Social articulando as dimensões técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico da profissão deve ter em sua atuação uma conduta permanentemente pedagógica, uma postura de pesquisador, aprendiz e sujeito produtor de saberes, pois a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo como descrito no princípio segundo do Código de Ética comunga com o pensamento freiriano 1.3 Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos (1996, p.30); 1.8 Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática (1996, p.38) e 3.4 Ensinar exige liberdade e autoridade (1996, p.104). Os princípios basilares do Serviço Social anunciadas no texto do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 manifesta uma alteração na perspectiva político-ideológica da profissão e visa intervir nas relações sociais de forma a cooperar com a estruturação de uma nova sociedade. relacionados como os “fundamentos da Educação Popular defendida aqui, a saber, uma forma de fazer Educação que pressupõe um corte de classe, com a contribuição para uma determinada consciência social”. (SANTOS, 2017, p.312)

O projeto societário da profissão é perpassado pela afirmação da liberdade, da justiça social, dos direitos humanos, da cidadania, da democracia, da participação política, do pluralismo, bem como pelo compromisso com a qualidade da prestação dos serviços prestados à população, um conjunto de valores fundamentais para a concepção de uma nova ordem social que requer novas práticas educativas e a apropriação do ser social e histórico, assumindo-se como “ser pensante, comunicante, transformador, criador, [...], capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. (FREIRE, 1996, p.41).

CONCLUSÕES

Pensar sobre as relações sociais no sistema capitalista e os processos educativos em uma perspectiva crítica e libertadora envolve compromisso ético e direcionamento do projeto societário que sonhamos.

A proximidade valorativa entre os princípios do Código de Ética Profissional e as proposições da pedagogia da autonomia de Paulo Freire, colocam para a prática docente do/a Assistente Social a necessária materialização de estratégias político-pedagógicas que propiciem a imersão nos valores éticos postos em tela. Entendemos que o ambiente da sala de aula é atravessado por questões conjunturais e objetivas que por vezes limitam a atuação docente e a própria vivência discente, resultando em desafios postos a pragmática visão do processo.

REFERÊNCIAS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética profissional de 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho. Considerações sobre a Educação Popular e o Serviço Social: Um diálogo com os pressupostos freirianos. Movimento-revista de educação. Niterói, ano 4, p.303-325, jul/dez, 2017.



QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

DALIANE FONTENELE DE SOUZA¹
SAMUEL DE ARAÚJO FONSECA²

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/2006), em seu Título V (Da Equipe Multidisciplinar), compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao Juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência. Também é responsabilidade desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamentos, prevenção e outras medidas, voltadas para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes (BRASIL, 2006).

O objetivo desta pesquisa é identificar quantitativamente a presença do **Questionário de Avaliação de Risco** (do Departamento Estadual de Proteção à Mulher da Delegacia Geral da Polícia Civil – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí) ou do **Formulário Nacional de Avaliação de Risco Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** (Conselho Nacional de Justiça) em processos remetidos, entre janeiro de 2019 e agosto de 2022, para o Núcleo Multidisciplinar do 1º e do 2º Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da

¹ Assistente Social (UECE); Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; Mestre em Políticas Públicas (UFPI); Especialista em Gestão Hospitalar; Especialista em Seguridade e Serviço Social; E-mail: daliane.souza@hotmail.com

² Bacharel em Psicólogo (UESPI); Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento (UnB), na área de concentração Análise do Comportamento; E-mail: eusamuelaf@gmail.com

Comarca de Teresina-PI. Além disso, o presente trabalho propõe analisar as respostas de quatro perguntas desses formulários em relação à literatura da área.

A justificativa para a realização desta pesquisa foi o pressuposto de que os Núcleos Multidisciplinares desses Juizados devem encontrar alternativas para exercerem seu papel de orientação e prevenção para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, como preconiza a Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: gênero; violência doméstica; avaliação de risco.

METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizado foi o quantitativo e a mesma foi realizada no período de agosto a outubro de 2022. Procedemos a leitura dos 633 processos que foram remetidos, entre janeiro de 2019 e agosto de 2022, para o referido Núcleo Multidisciplinar com a determinação do(a) magistrado(a) de serem realizados estudos psicossociais. Constatamos 199 processos nos quais havia o referido questionário ou formulário, preenchido no momento da denúncia de ocorrência de violência doméstica e familiar.

Do total de perguntas dos questionários/formulários, decidimos avaliar as respostas de apenas quatro perguntas sobre aspectos discutidos insuficientemente pela literatura e/ou pela rede de enfrentamento à violência doméstica: suicídio, sexo forçado e uso de faca ou arma de fogo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira pergunta analisada foi: **“o autor já tentou ou ameaçou suicidar-se?”** (no caso, o autor de violência doméstica e familiar contra a mulher). Verificamos que das 199 mulheres que responderam os questionários ou formulários: 138 responderam “não”; 36 responderam “sim”; e, em 25, não havia informação.

Diante do índice de que 36 autores de violência já tentaram ou ameaçaram suicidar-se neste levantamento, faz-se necessário alertar sobre a consumação de suicídios por autores de violência doméstica e familiar contra mulher, sendo alguns destes cometimentos logo após a

prática de feminicídio. No Brasil, 76% das mortes por suicídio são praticadas por homens (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019).

A segunda pergunta analisada foi: **“O autor já obrigou você a fazer sexo ou praticar atos sexuais sem sua vontade?”** Constatamos que: 112 mulheres responderam “nunca”; 32 mulheres responderam “mais de uma vez”; 21 mulheres responderam “uma vez”; e, em 34, as mulheres não marcaram nenhuma resposta. Diante desses dados, podemos verificar que em 26% dos processos pesquisados as mulheres foram obrigadas uma vez ou mais de uma vez a fazerem sexo ou praticar atos sexuais sem sua vontade.

Tenorio (2018, p. 158) afirma que:

Nas situações que envolvem violência sexual, principalmente o estupro conjugal, pela falta de “prova” e pela legitimação do casamento como um contrato com cláusulas sexuais dificultam ainda mais o atendimento dessas mulheres. Ademais, a naturalização desse “serviço sexual” no casamento torna essa violência, por vezes, imperceptível para as mulheres que, geralmente, só denunciam quando esta vem aliada a outras violências.

A terceira pergunta analisada foi: **“O autor tem acesso a armas de fogo?”** Observamos que: 133 responderam “não”; 43 mulheres responderam “sim”; e, em 23, não foi marcada nenhuma opção.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) indicou um aumento 108,4% na autorização de importação de armas de fogo em um ano e um crescimento de 100,6% de registros de arma de fogo desde 2017. Segundo essa entidade, os principais instrumentos empregados nos feminicídios são armas brancas (50%) e armas de fogo (29,2%).

A quarta pergunta analisada foi: **“O autor já ameaçou você ou outro familiar usando faca ou arma de fogo?”**. Constatamos que: 123 mulheres responderam “nunca”; 40 mulheres responderam “mais de uma vez”; 25 mulheres responderam “uma vez”; e, em 11, as mulheres não marcaram nenhuma resposta.

Inicialmente, a ameaça com arma branca ou de fogo pode ser considerada uma espécie da violência psicológica (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2021), tipificada recentemente no Código Penal (Art. 147-B) pela Lei nº 14.188/21. Esse tipo de violência esteve presente em 23% dos atendimentos em unidades de saúde no país e predomina nos casos de mulheres em situação de violência, com 1.164.159 ocorrências (ROSA; RAMOS, 2021).

CONCLUSÕES

Podemos concluir com essa pesquisa a importância da aplicação do **Questionário de Avaliação de Risco** ou do **Formulário Nacional de Avaliação de Risco Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** para o levantamento e análise de dados nos processos que tramitam nos 1º e 2º Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI.

Infelizmente, dos 633 processos analisados, o questionário/formulário está presente apenas em 199 processos, o que nos mostra a necessidade de que este instrumento seja mais utilizado nas Delegacias da Mulher e Central de Flagrantes Metropolitana de Gênero quando da denúncia das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Chamou-nos atenção o número de mulheres que não responderam algumas das perguntas analisadas, o que nos faz pensar na subnotificação dos dados sobre violência doméstica e familiar contra a mulher na capital Teresina-PI e porque não dizer em todo o Piauí e também no Brasil e no mundo.

Acreditamos na avaliação de risco como um grande alerta e suporte na tomada de decisões no âmbito do Poder Judiciário e também na formulação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulheres. Acreditamos também na importância do papel de orientação e prevenção, realizado pelas(os) técnicas(os) e estagiárias(os) dos Núcleos Multidisciplinares dos referidos Juizados, no somatório de esforços para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, como preconiza a Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 01/02/23.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **O papel da arma de fogo na violência contra a mulher**. 2021. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/08/O-papel-da-arma-de-fogo-na-violenci-contra-a-mulher_06ago.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicide worldwide in 2019**: Global Health Estimates. 2019. Disponível: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ROSA, A. M.; RAMOS, A. L. S. A criação do tipo de violência psicológica contra a mulher (Lei 14.188/21). 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jul-30/limite-penal-criacao-tipo-violencia-psicologica-mulher-lei-1418821>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

TENORIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção**: entre a polícia e as políticas. Campinas: Papel Social, 2018. 280 p. (Estante Fundamental do Sociojurídico; 2).

A produção do resumo torna-se importante para trazer mais visibilidade ao trabalho realizado dentro do Programa, considerando o impacto na vida das pessoas idosas, que dele participam e incentivar dessa forma, uma maior inserção de alunos no PTIA, como também de monitores estudantes da Universidade Federal do Piauí.

Palavras-chave: Envelhecimento; Experiência; Intergeracionalidade.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente resumo expandido foi necessária a realização de uma revisão bibliográfica para um maior aprofundamento sobre a temática, conforme Queiroz (1998) essa análise é o que ajuda o pesquisador a definir melhor seu objeto de estudo e a selecionar teorias, procedimentos e instrumentos ou, ao contrário, a evitá-los, quando estes tenham se mostrado pouco eficientes na busca do conhecimento pretendido. Além disso, foi utilizada ainda, a observação no acompanhamento da disciplina, como forma de relacionar a teoria com a prática no que tange ao entendimento sobre o processo de envelhecimento, muito disso a partir das falas das próprias alunas durante a oficina.

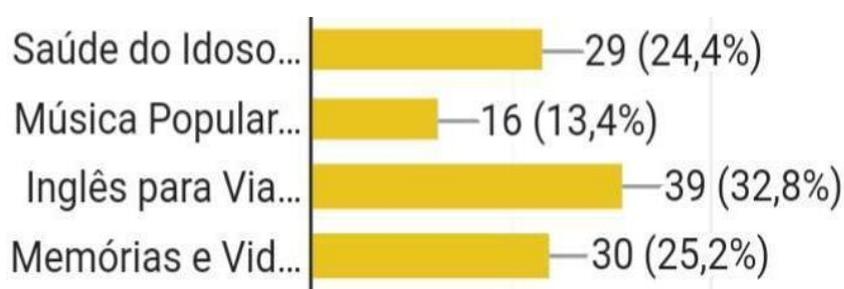
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Assis et al. (2016) a velhice na sociedade atual pode se estender por várias décadas, o que torna fundamental a criação de meios para garantir um envelhecimento ativo e com qualidade de vida para todos os cidadãos. Dessa forma, o trabalho realizado pelo PTIA torna-se bastante relevante, sendo, portanto, um dos meios de garantir esse envelhecimento com maior qualidade, promovendo inclusive, a autonomia e autoestima das(os) idosas(os) a partir das temáticas explanadas nas oficinas, principalmente a de Vida e Memória, levando em consideração que,

A universidade voltada para o segmento idoso precisa ser considerada um cenário privilegiado para estimular a participação social, ampliar as discussões sobre as demandas de políticas públicas, e resgatar a dignidade e a cidadania da pessoa idosa. (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016, p. 201).

A oficina de História de Vida e Memória, ministrada pela Professora Rosário, é considerada uma das favoritas pelas(os) alunas(os) do Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas – PTIA visto que, é uma das que contém maior número de alunas(os) inscritas(os), em que as mesmas se destacam pela assiduidade e pela participação durante a aula, trazendo suas experiências da juventude e do seu próprio envelhecer.

Figura 1 – Gráfico representativo da matrícula de quatro disciplinas do Projeto de Extensão Universitária para Pessoas Idosas – PTIA – Ano de 2023.



Fonte: elaboração própria.

As aulas de História de Vida e Memória, trazem um resgate de alguns aspectos, instrumentos, objetos, manifestações culturais, vivências e experiências que foram comuns em algum momento de vida das(os) alunas(dos), despertando nelas um misto de sentimentos, de lembranças e de saudade. As(os) alunas(os), aliás, adoram compartilhar suas lembranças que são instigadas durante a aula, já as monitoras, inseridas nesse momento de intergeracionalidade, tem a oportunidade de compartilhar experiências enriquecedoras com as(os) alunas(os) e refletir sobre suas próprias experiências e vivências, fazendo, inclusive, um exercício de comparar realidades passadas com a atual.

Outrossim, a oficina permite ainda, quebrar alguns estereótipos que remetem ao envelhecimento de que “a idade avançada é apenas uma fase da vida marcada pela senescência e preparação para a morte” (CAMARANO & PASINATO, 2004, p. 283) e de desmistificar pensamentos distorcidos sobre a velhice mesmo para as monitoras, que nesse processo mútuo de respeito e compartilhamento de momentos podem compreender de outra forma o envelhecimento, de uma forma que os idosos são cidadãos, sujeitos de direitos e que devem ter uma vida digna e feliz, sem nenhuma incapacidade ou limitação.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento das atividades e das aulas da disciplina de História de Vida e Memória, do Programa de Extensão Universitária para as Pessoas Idosas – PTIA, foram relevantes, tanto para os(as) alunos(as) idosos(as), como para as monitoras, pois contribuíram e continuam a contribuir significativamente com a troca de experiências e compartilhamentos das histórias de vida.

Logo, a experiência adquirida pela disciplina é a confirmação de que as aulas são importantes principalmente para a interação social dos alunos, pois, nesse período de pandemia mundial, o convívio pela interação online durante as aulas é o momento de paz e alegria dos alunos, contribuindo assim para o envelhecimento ativo dos mesmos. E “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13).

Portanto, pelos resultados positivos advindos da disciplina, se faz necessário disseminar a importância das trocas de experiências com as pessoas idosas, além da inclusão das mesmas na sociedade, com o intuito de trazer mais visibilidade para essa população, construindo assim o envelhecimento ativo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. G.; DIAS, R. C.; NECHA, R. M. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia, GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 201.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
Acesso em: 17 de março de 2023.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. (2004). O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Mundial Sobre Envelhecimento: Resolução 39/125**. Viena, 1982.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. 2.ed. Textos, Série 2, n. 3, p. 13-24, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2005.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS NO PROGRAMA HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ

LUNA LUIZA LOPES DE SOUSA¹
MARIA CLARA LIMA E SILVA²
PAMELA DA SILVA GERALDO³
TERESA CRISTINA MOURA COSTA⁴

INTRODUÇÃO

O trabalho relata a experiência das discentes do curso de Serviço Social como extensionistas do Programa História e Memória do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI, durante o período de novembro de 2022 a fevereiro de 2023. Para tanto, descreve as atividades realizadas pela equipe durante o período, os resultados preliminares obtidos, desafios já identificados e algumas perspectivas para o futuro do Programa.

O Programa tem como objetivo preservar o acervo documental do curso de Serviço Social da UFPI de modo que se constitua em fonte de pesquisas sobre a própria história do curso no Piauí. Para tanto, visa realizar a catalogação e o inventário dos documentos históricos que se encontram espalhados em setores heterogêneos da universidade, como na Coordenação, no

¹ Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Extensionista do Programa História e Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: lunalopes@ufpi.edu.br

² Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Extensionista do Programa História e Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: mariaclaralima@ufpi.edu.br

³ Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Extensionista do Programa História e Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: pamelageraldo@ufpi.edu.br

⁴ Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí; Coordenadora adjunta do Programa História e Memória do Serviço Social no Piauí; Pesquisadora do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br

Departamento, no Programa de Educação Tutorial, no Centro Acadêmico e, em seguida, fazer a socialização desses documentos.

Fundamenta-se na perspectiva de Iamamoto (2000, p. 202) ao trabalhar a compreensão do Serviço Social “como um produto histórico, e, como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão” o que equivale dizer que a profissão não apenas faz parte da história, mas é diretamente influenciada por ela. Nesse sentido, a história se constitui como um determinante importante, que não reflete apenas o passado, mas que serve de subsídio para formação acadêmica e profissional no presente e no futuro, já que o Serviço Social é uma profissão que se encontra em constante movimento (IAMAMOTO, 2000).

Desse modo, a preservação da história e da memória através dos documentos históricos permite acompanhar as constantes mudanças que ocorrem no âmbito da formação e da profissão, desde sua emergência até a constituição de um Serviço Social mais crítico, levando em conta as particularidades da realidade brasileira. Nesse sentido, de acordo com Netto (1999) daí vem a ênfase no ensino acadêmico de qualidade, alicerçado em conceitos teóricos e metodológicos críticos e sólidos, que possibilitam as análises concretas da realidade social e estimula a ação investigativa. Bem como, defendido por Netto (1999), o pluralismo é um componente factual que deve ser respeitado, mas não podendo ser confundido com uma tolerância liberal que impede a luta de ideias.

Palavras-Chave: Serviço Social. História. Memória. Piauí.

METODOLOGIA

O presente relato tem como base a revisão bibliográfica do conteúdo em questão, sobretudo a partir das contribuições de Iamamoto (2000) e Netto (1999). Também se utiliza do método de pesquisa-ação que segundo Gil (2010, p.42), consiste em “uma metodologia para intervenção, desenvolvimento e mudança no âmbito de grupos, organizações e comunidades”. Assim, nessa forma específica de metodologia, que une a pesquisa à intervenção, os sujeitos que realizam a pesquisa também participam ativamente da ação, já que problematizam a realidade com o intuito de alcançar resultados práticos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A equipe do Programa História e Memória é constituída por professoras ativas e aposentadas do Departamento de Serviço Social, servidores administrativos, assistentes sociais, discentes da pós-graduação e da graduação. As atividades começaram a ser desenvolvidas em novembro de 2022, com a realização de reuniões de alinhamento com os discentes da graduação e com a assistente administrativa, a separação e catalogação dos livros e documentos doados pela professora aposentada Simone Guimarães⁵.

A partir de então, a equipe analisou os livros, elencou categorias para organizá-los e fez a catalogação em uma planilha, destacando: o título, autor, área do conhecimento, ano e estado do livro. O principal objetivo da atividade foi a organização dos livros e a construção de uma planilha, que facilitasse o acesso a esses exemplares e a construção de uma biblioteca provisória, até a obtenção de uma sala permanente para o Programa.

Outra atividade vivenciada foi a formação da equipe de trabalho que teve início em uma aula inaugural com a presença das professoras Simone Guimarães e Maria do Rosário de Fátima e Silva, com o tema “A história do curso de Serviço Social da UFPI”. No segundo momento da formação foram realizadas três oficinas, quais sejam: “Memória e História” ministrada pela professora Dra. Maria do Rosário; “A prática da pesquisa com arquivos documentais e históricos”, ministrada pelo Professor Dr. Pedro Vilarinho; e “História e Memória do Serviço Social no Nordeste: as experiências da Universidade Federal do Maranhão e de Pernambuco” ministrada pelo professor Dr. Adilson Silveira e pela professora Selma Brandão.

As oficinas foram abertas para os integrantes do Programa e outros interessados e tinham como objetivo qualificar a equipe para o trabalho com documentos históricos. Os momentos vivenciados nas oficinas foram de extrema relevância ao possibilitarem: ampliar o olhar dos discentes sobre a importância da preservação da memória e da história; a visualização das experiências de outras universidades e a forma como realizaram o trabalho de catalogação e sistematização dos documentos; e a ampliação de horizontes para as próximas ações do Programa no Piauí.

⁵ Aluna da segunda turma do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e colaboradora do Programa.

Concomitantemente a realização das oficinas, as duas equipes de discentes da graduação passaram a organizar os materiais presentes na Coordenação do curso. Dentre os documentos encontrados estão: documentos para alunos, programas de disciplina, material da ABESS, material de rotina administrativa, material do curso, material de/sobre alunos e os currículos, que também foram catalogados e adicionados à planilha de acordo com sua localização nos armários.

Destarte, as atividades na coordenação vêm sendo de certa forma um trabalho, diferente do anterior com os livros, mais complexo e minucioso tendo em vista a importância desses documentos para o curso o que exigiu o exame cuidadoso, principalmente dos currículos. Com isso, conseguimos entender como o Serviço Social ao longo do século acompanha as mudanças decorrentes no processo de desenvolvimento no país, a vista disso congruente a Yamamoto (2000, p. 37) “isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram”.

CONCLUSÕES

Nas primeiras experiências vivenciadas dentro do Programa na etapa inicial, foi possível identificar, a princípio, que os materiais eram volumosos e diversificados, o que dificultou a agilidade em torno da organização, da separação e identificação do conteúdo dos documentos. Isso aconteceu, sobretudo, pela falta de experiência com o trabalho de catalogação e a ausência de orientação de profissionais que trabalhem com a catalogação e organização de documentos. A situação enseja a articulação com demais departamentos como ciência da computação e com outras instituições como a UESPI que possui o curso de biblioteconomia e poderia auxiliar na catalogação dos documentos.

Em síntese, concluímos que esse Programa, dado o foco na preservação da memória, é de suma importância para história do curso em nossa instituição e para estimular o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre a história do Serviço Social no Piauí, tendo como ponto de partida os currículos, planos de curso e perfil de alunos.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. Como Classificar as Pesquisas. In: GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 01. Brasília: CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



SERVIÇO SOCIAL E A ATENÇÃO À CRISE EM SAÚDE MENTAL

LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA¹

INTRODUÇÃO

Desde 1990, com a reestruturação da assistência psiquiátrica no Brasil, como política pública, fundamentada na reforma psiquiátrica antimanicomial e pautada na Lei nº 10.216/2001 que reorientou o modelo assistencial e reconheceu os direitos da pessoa com transtorno mental, houve redirecionamento da atenção à crise em saúde mental para os hospitais gerais, pela implantação de leitos específicos para tanto.

Mas, tal processo desenvolveu-se de maneira específica em cada Estado da federação, havendo estados como o Piauí que persiste o manicômio como principal porta de urgência e emergência psiquiátrica, no caso, o Hospital Areolino de Abreu, que tem gestão estadual.

Em geral, a atenção às situações agudas/quadros agudos em saúde mental é realizada por uma equipe multiprofissional constituída por psiquiatras, enfermeiras e assistentes sociais, que atua na porta de entrada e saída do equipamento.

Como analisa Maria Dalva Horácio da Costa (2006), o trabalho de assistentes sociais se desenvolve no cerne de um processo coletivo de trabalho em saúde, no geral, sob a égide de relações hierarquizadas, sobretudo em contextos de agudização de quadros clínicos, quando o poder/saber médico é super convocado.

Como analisam Antunes (1991) e Cunha (2005), os hospitais modernos e contemporâneos se estruturam em torno da figura do paciente “sofredor resignado, manso, vítima, doente”

¹ Assistente social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Piauí. Coordenadora da pesquisa.

(ANTUNES, 1991, p. 163) e no disciplinamento médico, que, a partir da intervenção em situações agudas, tende a limitar a cidadania, colocando-a em suspensão (CUNHA, 2005, p. 35).

Mas, a partir do processo de redemocratização da sociedade cujas conquistas foram consignadas na Constituição Federal de 1988 e toda legislação posterior, a configuração do quadro acima é tensionada a ser alterada, principalmente pela perspectiva de participação/controle social e do reconhecimento da cidadania da pessoa com transtorno mental, consignada na Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2005, p. 17).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como disparadores as seguintes indagações: Qual a participação de assistente social no atendimento à crise em saúde mental no Piauí, no período de 2019 a 2023. Como se configura a inserção do(a) assistente social nas ações individuais e coletivas no contexto da crise em saúde mental? Que atribuições e competências são requisitadas e acionadas do(a) e pelo assistente social na atenção à crise? Como o(a) assistente social analisa a sua participação no trabalho em equipe, nas crises em saúde mental? Tem por objetivos geral: Analisar a participação do(a) assistente social no atendimento à crise em saúde mental no Piauí, no período de 2019 a 2023. E, específicos, 1-Promover revisão de literatura sobre a participação de assistentes sociais na atenção à crise em saúde mental nos serviços assistenciais no SUS; 2-Mapear, caracterizar e tipificar os serviços de saúde mental da(na) rede assistencial SUS (RAS) encarregados da atenção à crise psiquiátrica/em saúde mental e que contam com assistentes sociais.

Trata-se de pesquisa de natureza exploratória e analítica, que terá por campo empírico os seguintes hospitais, em Teresina: Hospital Areolino de Abreu; Hospital do Mocambinho e Maternidade Dona Evangelina Rosa. Em Picos: Hospital Justino Luz. Em Parnaíba: Hospital Estadual Dirceu Arcoverde. As principais técnicas de produção de informações terá por base: a entrevista estruturada com os/as assistentes sociais e a análise documental.

Palavras-chave: Serviço Social: Atenção à Crise; Reforma Psiquiátrica.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa exploratória, de natureza analítica e qualitativa, buscando focalizar os processos sociais (MINAYO, 1996) que transversalizam as concepções e ações de assistentes

sociais na atenção à crise em saúde mental, abrangendo o período de 2019 a 2023, antes, durante e após o período de vacinação contra a COVID -19. Os equipamentos que servirão de base empírica serão: em Teresina: Hospital Areolino de Abreu; Hospital do Mocambinho e Maternidade Dona Evangelina Rosa. Em Picos: Hospital Justino Luz. Em Parnaíba: Hospital Estadual Dirceu Arcoverde. As principais técnicas de produção de informações terá por base: a entrevista estruturada com os/as assistentes sociais e a análise documental. O protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, sob CAAE: 66701822.8.0000.5214, em 13/02/2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de uma pesquisa em fase inicial, estando na fase de revisão de literatura. Como evidência e data Eduardo Vasconcelos (2000) a partir de pesquisas no Rio de Janeiro, a/o assistente social atua na saúde mental desde a década de 1940, a partir do modelo hospitalar, na porta de entrada e saída do equipamento, intervém

de forma diretamente subalterna aos médicos e à direção da instituição, atendendo prioritariamente as suas demandas por levantamentos de dados sociais e familiares dos pacientes e/ou de contatos com os familiares para preparação para a alta, de confecção de atestados sociais e de realização de encaminhamentos (VASCONCELOS, 2000, p. 186).

Na década de 1970, como analisam Marsiglia; Carreira e Amaral (2016) a atuação da/do Serviço Social na área da saúde se amplia para os equipamentos ambulatoriais, nível secundário da assistência na direção inclusive do nível primário, embora predomine historicamente a atuação na área terciária. Com mudanças nos processos de trabalho, sobretudo intensificação do trabalho em equipe e interiorização da saúde mental, há maior requisição de contratação de assistentes sociais, como analisa José Bisneto (2007). Com a institucionalização constitucional do Sistema Único de Saúde – SUS em 1988, que conceitua saúde a partir dos determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado e os processos de reforma psiquiátrica, orientado pelos fundamentos da luta antimanicomial, a partir dos anos 1990, é ratificada a importância do trabalho da/do assistente social na saúde mental, previsto como um dos profissionais da equipe de saúde mental.

A despeito de toda alteração proposta e encaminhadas pelo SUS, para priorizar as ações de prevenção e promoção em saúde, a partir da valorização da atenção primária em saúde, como evidência Roberta Uchôa (2007) em pesquisa sobre o ensino da política de saúde na formação de assistentes sociais, majoritariamente, a inserção da categoria na política de saúde ocorre no setor terciário, ou seja, em hospitais. Na atenção à crise em saúde mental, observa-se uma concentração de assistentes sociais atuando em equipamentos do tipo hospital psiquiátrico/manicômio, o que propicia um repensar das intervenções dos profissionais a partir de um coletivo de trabalho da profissão.

CONCLUSÕES

O/A assistente social é reconhecido/a como profissional da saúde pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 287/1998, e no âmbito da categoria profissional pela Resolução do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS nº 383, de 29 de março de 1999.

Como bem analisa Cunha (2005) o campo da urgência e emergência é onde reina e concentra o poder do saber médico, pois configura um contexto em que há tensionamentos entre vida e morte. Por sua vez, como analisa Marx e Engels (2001, p. 83), “as ideias dominantes de uma época nunca passaram das ideias das classes dominantes”. No contexto de urgência e emergência, aventa-se a possibilidade de haver pouco investimento na dimensão social, pois os sintomas da enfermidade encontram-se exacerbados e a medicalização e, muitas vezes, a internação se impõem. O Código de Ética da Profissão (1993) coloca que a base das ações do Serviço Social é a defesa intransigente dos direitos humanos e a garantia da qualidade assistencial dos serviços, figurando como imperativo para a presente pesquisa caracterizar como os/as assistentes sociais se posicionam em prol desses princípios a partir da abordagem da atenção à crise em saúde mental.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.L.F. **Hospital** – instituição e história social. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1991.

BISNETO, J.A. **Serviço Social e saúde mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental 1990-2004a**. 5ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

COSTA, M.D.H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A.E. *et al.*, **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 304-351.

CUNHA, G.T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MARSIGLIA, R.M.G.; CARREIRA, M.O.C.S.; AMARAL, D.P. Do Serviço Social Médico ao Serviço Social na saúde: meio século de história em São Paulo. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v.15, n.1 (21), p. 37-50, jan./jun. 2016.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996.

UCHÔA, R. Resultados da pesquisa Serviço Social interfaces com a saúde: o ensino da política de saúde na formação profissional dos assistentes sociais no Brasil. **Temporalis**, ano VII, n. 13, p. 185-200, jan.-jun. 2007.

VASCONCELOS, E.M. **Saúde mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.



SERVIÇO SOCIAL E AS PRÁTICAS DE CUIDADO ÀS FAMÍLIAS DE USUÁRIOS DE PSICOATIVOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

CLEIANA FRANCISCA BEZERRA MESQUITA¹
MALVINA THAÍS PACHECO RODRIGUES²

INTRODUÇÃO

A atenção à saúde mental das pessoas que fazem uso de psicoativos, cuidadores e familiares devem estar consoante aos princípios do sistema único de saúde- SUS, na qual deve propiciar a autonomia e equidade nas trajetórias de vidas desses sujeitos.

Sob o prisma de cuidar do indivíduo em sua totalidade se faz indissociável a dimensão familiar e de seus cuidadores serem inseridos no cotidiano profissional da saúde mental, sendo um desses trabalhadores o assistente social, pois no cenário atual do universo da saúde mental, a família destaca-se como uma das protagonistas na conjuntura da reforma psiquiátrica (MESQUITA, 2021).

A realidade sobre os dados no mundo é apontada no Relatório Mundial sobre Drogas de 2019, cerca de 35 milhões de pessoas sofrem com transtorno por uso de substâncias (TUS), e uma a cada sete pessoas que adere ao tratamentos (WORLD DRUG REPORT, 2020). No Brasil, de acordo com o III Levantamento Nacional Álcool e Drogas, 11,7% de pessoas consumiram álcool e tabaco nos últimos 12 meses, e cerca de 2,6% consumiram álcool e pelo menos uma substância ilícita (BASTOS, 2017).

¹ Assistente Social do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Floriano-PI. Especialista em Atenção integral aos usuários de substâncias psicoativas, UFBA. Mestranda em Saúde e Comunidade, UFPI, cleiana@ufpi.edu.br

² Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará. Docente da Universidade Federal do Piauí, malvina@ufpi.edu.br

Diante deste cenário, é essencial compreender como ocorre o cuidado aos cuidadores e familiares no centro de atenção psicossocial-CAPS I em Elesbão Veloso-PI. O objetivo deste estudo foi relatar a prática profissional do Assistente Social e as principais barreiras na promoção de cuidados às famílias e cuidadores de pessoas que usam psicoativos.

Palavras-chave: Assistente Social, Saúde Mental, Promoção da Saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, a partir da experiência profissional do Assistente Social que atua no CAPS I de Elesbão Veloso no protagonismo de cuidados as família e cuidadores que fazem uso de psicoativos. O relato de experiências é um tipo de fonte de informação dedicada à coleta de depoimentos e registro de situações e casos relevantes que ocorreram durante a implementação de um programa, projeto ou em uma dada situação problema (BIREME, 2011).

O cenário escolhido foi o CAPS I de Elesbão Veloso, estado do Piauí, sendo esse um dispositivo de saúde mental que compõe a rede de atenção psicossocial-RAPS. O relato tem como base os relatórios mensais de atividades e o diário de campo utilizado pela assistente social, As atividades foram iniciadas, no período de janeiro de 2019 a março de 2022.

Foram realizadas reuniões com assistente social e outros trabalhadores, assim como matriciamento na RAPS e na rede intersetorial para discutir e planejar estratégias e as ações a serem desenvolvidas.

RESULTADO E DISCUSSÕES

O cuidado às famílias dos usuários de psicoativos ocorreu no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em Elesbão Veloso-Piauí. O trabalho desenvolvido de cuidados a família e cuidadores de usuários que usam psicoativos foi protagonizado pelo Assistente Social numa perspectiva da clínica ampliada e matriciamento em saúde mental, inicialmente, as atividades promovidas ocorreram a partir de encontros quinzenais, oportunizando o acolhimento e escuta

qualificada, além de aspectos relacionados à saúde mental dos familiares, condições de risco e vulnerabilidade social também foram abordados.

Outra ferramenta da prática de cuidado do Assistente Social foi o matriciamento, o profissional do Serviço Social atuava como articulador das reuniões intersetoriais e com a RAPS, para discussão e compartilhamento de casos, bem como interconsultas, a construção de projeto terapêutico singular-PTS, na qual é imprescindível a presença da família ou cuidadores a família para a realização.

No início da execução das ações de cuidado foi encontrada muitas barreiras e dificuldades pelas famílias e cuidadores. Tendo como uma destas barreiras à compreensão da importância da família e cuidadores no contexto de cuidado e o entendimento dos entraves para adesão ao tratamento das pessoas que usam psicoativos, sendo a dimensão familiar e de cuidadores um dos pilares fundamentais para continuidade dos cuidados na rede e promoção de reinserção social.

CONCLUSÕES

As práticas realizadas pelo assistente social proporcionaram construção de dinâmicas para promoção dos cuidados no CAPS I de Elesbão Veloso-PI, compreendendo sobre o desafio de cuidar das famílias e cuidadores de pessoas que usam psicoativos e superar as barreiras encontradas. A implantação de estratégias de cuidado no cotidiano do CAPS I contribuiu para processos de diálogos intra e extramuros como articulações entre a RAPS e rede Intersetorial, efetivação do matriciamento e abordagem familiar e para cuidadores, a fim de atender às diversas demandas e necessidades advindas das famílias e cuidadores acompanhados.

REFERÊNCIAS

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (BIREME). Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Organização Mundial de Saúde (OMS). **Guia BVS 2011**. São Paulo: Bireme, 2011. Disponível em: http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/bvs/Guia_da_BVS_2011_pt.pdf. Acesso em: 15/03/2023.

MESQUITA C.F.B.et al. “NÃO SABEMOS MUITO COMO CHEGAR NELES!": dificuldades dos profissionais da atenção básica nos cuidados às pessoas que fazem uso de substâncias

psicoativas.In: SILVA J. et. al. **Políticas, epidemiologia e experiências no Sistema Único de Saúde (SUS)**: possibilidades e desafios do cenário brasileiro.Curitiba. CRV, 2020.p 361-369.

World Drug Report 2020 (United Nations publication, Sales No. E.20.XI.6). Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/publicacoes.html>, acesso em 15/03/2023 às 14:30.

BASTOS, F. I. P. M. et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, p.528, 2017.



SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA NO HU-UFPI

MYLENN AARRAIS DA SILVA COSTA¹
ANA MARIA CUNHA IÊDON²
DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO³
MANUELA FERNANDES DA SILVA PEREIRA CONCEIÇÃO⁴

INTRODUÇÃO

Esse trabalho caracteriza-se como um relato de experiência sobre a vivência das acadêmicas de Serviço Social no processo de estágio obrigatório I. O relato baseia-se na realização de uma atividade socioeducativa voltada à prevenção do câncer do colo de útero decorrente do Papilomavírus Humano (HPV), na Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON, do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU-UFPI. Dentro do processo de prática do estágio supervisionado no hospital, o objetivo se pauta em

¹ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: mylennaarrais@ufpi.edu.br.

² Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista financiada pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) do Programa de Educação Tutorial - PET Integração, cidadania e inclusão social. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas e Saúde Mental (PPSAM-UFPI), vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI). E-mail: Anaiedon@ufpi.edu.br.

³ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas e Saúde Mental (PPSAM-UFPI), vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI). Atualmente integra o Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Estado do Piauí (2021-2023). E-mail: Dafnelages08@gmail.com;

⁴ Assistente Social (CRESS/PI nº 1724/22ª Região) vinculada ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade da Universidade Federal do Piauí (2022-2023); Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, pela Faculdade Ademar Rosado - FAR. Possui Bacharelado em Serviço Social pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (2010). E-mail: Manu_fernandes2014@hotmail.com.

promover e assegurar atividades contínuas que provoquem um olhar crítico da realidade e uma construção de conhecimento. Nessa perspectiva, este resumo expandido evidencia uma das atividades das estagiárias sob a supervisão da Assistente Social Manuela Fernandes, que tem como finalidade a informação do HPV e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para os usuários do ambulatório, fundamentando uma articulação direta entre usuários e serviço social.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Supervisionado; Ação Socioeducativa.

METODOLOGIA

A metodologia empregada durante o processo foi uma pesquisa bibliográfica, fazendo-se valer dos textos de Almeida (2022) quanto ao câncer de colo de útero, Freitas (2011) sobre medidas socioeducativas na perspectiva de direitos, e Santos (2017) sobre a educação em saúde como um instrumento político e estratégico da profissão. Tais referências fundamentaram a compreensão do tema abordado durante a realização da ação dentro do HU-UFPI.

A atividade socioeducativa foi realizada nos dias 7 e 8 de fevereiro no ambulatório da UNACON, sendo conduzida pelas três estagiárias de Serviço Social e supervisionada pela supervisora de campo do estágio. A atividade visou a socialização de informações sobre IST, com enfoque na prevenção de câncer do colo de útero decorrente do HPV e teve como público os usuários e acompanhantes que se encontravam no ambulatório em espera de atendimento.

O planejamento da ação partiu inicialmente de um estudo bibliográfico a respeito do tema, no qual pôde-se delimitar os principais métodos de prevenção do câncer do colo e útero decorrente do HPV: vacinação, preservativo e exame preventivo. (ALMEIDA et al, 2022). Posteriormente, definiu-se a metodologia da atividade, a qual envolveu a apresentação de três tópicos: I. O que são as IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e formas de prevenção; II. O que é HPV e formas de prevenção; III. Relação do HPV com o câncer de colo do útero e como prevenir.

A ação foi desenvolvida por meio da oratória e utilizou-se de recursos visuais, com a entrega de folders explicativos acerca das IST e do uso do preservativo, tanto masculina quanto feminina, além de um folder específico do câncer de colo de útero, procurando especificar ainda mais o processo de saúde-doença durante a ação. Outrossim, foi realizada uma dinâmica

interativa, a qual consistiu em um jogo de mitos e verdades a respeito do tema, com o objetivo de proporcionar a interação e a discussão da temática.

Ao final da atividade, houve um momento avaliativo com as assistentes sociais que acompanharam a execução do projeto, com a proposta de avaliar o conteúdo, oratória e didática implementados no processo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estágio Supervisionado é um processo educacional essencial para a formação profissional, constituindo-se como um espaço que oportuniza o acadêmico associar a teoria à prática. No curso de Serviço Social, o estágio é um sólido suporte teórico-metodológico e técnico-político que propõe, executa e negocia projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (LEWGOY, 2010).

O Serviço Social é uma das 14 categorias profissionais da saúde, expressa na Resolução nº 218/1998 do Conselho de Saúde⁵, que trabalha nas dimensões interventivas, formativas e investigativas das expressões da Questão Social, com uma atuação essencial no campo da saúde, que possibilita uma intervenção frente aos determinantes sociais no processo saúde-doença.

Nessa direção, o Assistente Social desenvolve ações previstas dentro das competências previstas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais. Dentre as possibilidades de intervenção, estão as Ações Socioeducativas, que de acordo com os Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde:

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle dos mesmos. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas (CFESS, 2010, p. 55).

Nesse sentido, percebe-se que as atividades socioeducativas são uma importante estratégia de saúde. A atividade realizada no HU-UFPI contribuiu para os debates a respeito ao

⁵ A RESOLUÇÃO Nº 218/98 de 08.10.98, relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS: assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas; fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

tema Câncer de Colo do Útero (CCU), “o câncer ginecológico mais comum no sexo feminino no mundo e a principal causa de morte em países em desenvolvimento” (ALMEIDA et al, 2022, p. 303).

CONCLUSÕES

A execução da atividade foi de grande aprendizado para as estagiárias, uma vez que foi a primeira ação socioeducativa a ser desenvolvida por elas, no sentido de promover saúde e melhorar o acolhimento institucional para os usuários, acompanhantes e visitantes, na perspectiva de democratizar informações a respeito do Câncer do Colo de Útero. Além disso, foi importante perceber como o diálogo entre os sujeitos foi uma categoria essencial no desenvolvimento da ação, por envolver uma troca de experiências e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. et al. Educação em saúde para a prevenção de câncer do colo de útero decorrente do HPV. *Revista*, v. 12, n.3, pág. 302-313, jul./set. 2022.

BRASIL. **Resolução CNS nº 218/1997**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html . Acesso em: 16 Mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

FREITAS, Taís Pereira. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serv. Soc. Soc*, São paulo, ano 105, p. 30-49, jan./mar. 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/V9LdGhtkW8nnbh7xCKHP3nz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 Mar. 2023.

LEWGOY, Alzira. **Supervisão de estágio em Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Marta Alves *et al*. Educação em Saúde e Serviço Social: instrumento político estratégico na prática profissional. *Revista katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 439-447, 26 maio de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hKCTFGdNpJZ7QdDqzB5QM3L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.



SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA DE FHTM I NA UFPI

AYLEEN DALLETH ROCHA ARAUJO¹
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA²

INTRODUÇÃO

A monitoria está regulamentada no artigo 84 da Lei nº 9.394/1996, de forma que "discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos" (BRASIL, 1996). Isto posto, consiste numa modalidade de ensino-aprendizagem que contribui para a formação acadêmica dos discentes tendo por finalidade despertar o interesse pela carreira docente.

Nesse sentido, o presente trabalho é fruto do relato de experiência da monitoria remunerada na disciplina de Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I – FHTM I – do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, regulamentada resolução nº 76/15 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, realizada sob a Coordenação Institucional da Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico – CAAP, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG, visto a relevância da monitoria para a formação acadêmica e para o processo de ensino-aprendizagem.

¹ Discente do 7.º período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Monitora bolsista da disciplina de FHTM I. Email: ayleenseso@ufpi.edu.br

² Docente do departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Email: sofialaurentino@ufpi.edu.br

Objetiva apresentar o programa de monitoria, o processo de aproximação com a docência e a interlocução com os discentes. Além dos benefícios e desafios encontrados dos desempenhos das atividades.

Palavras-chaves: Monitoria; Formação Acadêmica; Serviço Social.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de relato de experiência vivenciada na monitoria remunerada na disciplina de Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, de carga horária 60h, cursada por discentes do segundo período letivo do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI, desenvolvida nos períodos de 2020.2 e 2022.2, diferenciando-se pois a primeira experiência ocorreu durante a pandemia, no Ensino Remoto Emergencial, e a segunda já no período de retorno às atividades presenciais na UFPI, a fim de contribuir com a construção de conhecimentos na área de formação acadêmica. Para tal, considerou-se a Lei nº. 9.394/1996, a Resolução nº 76/15 do CEPEX da Universidade Federal do Piauí, além do programa da disciplina e do Projeto Pedagógico do Curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa de Monitoria da UFPI se dá por meio de Projetos de Monitoria elaborados pelo Departamento ou Coordenação dos cursos. No Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social (UFPI, 2012) destaca-se a contribuição dos(as) alunos-monitores na qualificação desse processo, além de estabelecer a monitoria como uma atividade complementar de iniciação à docência.

Há um processo seletivo para a inscrição e seleção e, para inscrever-se, há os seguintes requisitos: I ser aluno(a) da UFPI regularmente matriculado(a); II ter cursado na UFPI o mínimo de 2 (dois) períodos letivos; III ter sido aprovado(a) com a nota igual ou superior a 7 (sete) na disciplina objeto da monitoria ou equivalente; (CEPEX, 2015). A seleção é realizada por meio do somatório da nota obtida na disciplina, ou seja, a média e do Índice de Rendimento Acadêmico -

IRA, e, após convocado o(a) discente deve fazer a aceitação da monitoria que podem ser remuneradas ou não remuneradas.

O aluno monitor desempenha funções tanto de forma individual como em conjunto com o(a) docente, já que a monitoria ocorre de forma supervisionada. Dentro das funções, destacam-se: a **colaboração com o(a) professor(a)**; o **diálogo direto com os(as) alunos(as)** da disciplina da monitoria; e promover a dinâmica na sala de aula com a **participação ativa**.

Ressalta-se na Lei de Regulamentação da profissão, Lei nº 8.662/1993, no que tange às atribuições privativas do(a) assistente social estão: “assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular”; bem como “dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 1993). Isso reforça a importância do desenvolvimento de competência e habilidades no âmbito da docência no Serviço Social, da qual a monitoria é um espaço privilegiado.

A experiência aqui relatada é da monitoria na disciplina de FHTM I, de 60 (sessenta) horas semanais, ministrada no 2º período de Serviço Social da UFPI, que objetiva de acordo com a ementa do Projeto Pedagógico do Curso “analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideopolíticas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da gênese e institucionalização da profissão – anos 30 e 40.” (UFPI, 2012, p.58).

Estar monitora dessa disciplina agregou-me enquanto discente do curso de Serviço Social a **(re)atualização dessa temática**, além de favorecer, inclusive, para a preparação de concursos, visto que este conteúdo costuma ser cobrado nas provas tendo em vista a ementa e os objetivos descritos no Plano de Disciplina, além de utilizar-se de autores relevantes para o Serviço Social brasileiro, valendo-se de uma bibliografia “base” para o curso.

A **monitoria ocorreu de forma efetiva e competente**, com constante diálogo com a docente supervisora, que sempre considerou as contribuições da aluna-monitora no planejamento da disciplina proporcionando momentos de **aproximação direta com a docência**, como, por exemplo, dispondo aulas expositivas a serem ministradas pela monitora, sempre acompanhada da professora.

Ademais, a **recepção dos(as) discentes da disciplina com a monitora foi positiva**, de forma que os mesmos sentiram-se à vontade visto a visão horizontal discente para discente. Assim, a presença da monitora na sala de aula **corroborou para a participação dos(as) alunos** nas

aulas, trazendo uma dinamicidade maior a esse **contexto pós-pandemia da Covid-19**, onde ao retornarem as atividades de forma presencial, destaca-se a pouca participação dos(as) alunos na aulas ou participação não ativa, a preferência por materiais em *PDFs*, a dificuldade de leitura e compreensão dos textos, etc. Sendo estes, os principais desafios observados pela monitora.

Sobre os benefícios, destaca-se a real aproximação com a docência, vendo e **entendendo a docência para muito além da sala de aula**, que vai desde o planejamento e avaliação das atividades, além das **melhorias significativas no desenvolvimento e desempenho da formação acadêmica**. Isto, pois, a monitoria proporciona um maior preparo ao apresentar-se para uma turma, além da construção de materiais didáticos, em especial os *slides*, proporcionando um **amadurecimento universitário e pessoal**. Além disso, o certificado **enriquece o currículo acadêmico do monitor**, além de perfazer um total de 192 (cento e noventa e duas) horas de atividades acadêmicas.

É importante destacar a relevância da bolsa recebida, que estimula o envolvimento com o mundo acadêmico, e, mesmo se tratando de uma bolsa por mérito, é fundamental para a permanência dos(as) estudantes na Universidade. Investir e financiar bolsas na educação é corroborar com uma educação pública, laica e de qualidade que visa a democratização do acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação acadêmica ocorre de forma variada dentro dos mais diversos espaços proporcionados pela Universidade Federal do Piauí. No curso de Serviço Social da UFPI, o(a) discente tem autonomia para escolher as atividades que lhe permitam ampliar e consolidar a construção de um conhecimento crítico, como disposto em seu Projeto Pedagógico, sendo a monitoria uma dessas possibilidades, visto que propicia a interlocução com outros alunos(as) no processo ensino-aprendizagem, a articulação da teoria e prática e coloca-se como um aparato potencializador e qualificador da formação.

Em suma, o presente trabalho possibilitou a reflexão sobre o papel relevante da monitoria e a importância do investimento no tripé das Universidade Federais: ensino, pesquisa e extensão.

AGRADECIMENTOS

Gratifico a Coordenação Institucional da Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em nome da Universidade Federal do Piauí, por investirem na monitoria acadêmica, e pela bolsa a mim concedida. Igualmente, a Prof.^a Dr.^a Sofia Laurentino, por me orientar de forma tão humana, e me inspirar na docência, meus mais sinceros agradecimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. [online] Acesso> 07 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.992**, de 07 de junho de 1992. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

CEPEX. **Resolução nº 76/15**. Regulamenta o Programa de Monitoria para os cursos de graduação da UFPI. Teresina, 2015. [online] Acesso> 07 de março de 2023.

UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, Bacharelado em Serviço Social**. Teresina. 2012.



SERVIÇO SOCIAL E INTERSETORIALIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO HU-UFPI

ANA MARIA CUNHA IÊDON¹
VALDENIRA CARVALHO VIANA MACEDO²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a temática da intersectorialidade, baseando-se no relato de experiência obtido pela discente de Serviço Social dentro do estágio supervisionado I no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU/UFPI. É de importância geral o conhecimento e a reafirmação do serviço social como uma profissão da área da saúde devidamente registrada (CFESS, 2010), com campo de estágio atuante dentro da UFPI. Fornecendo assim, uma prática de estágio com os determinantes sociais vinculados à intersectorialidade e ao olhar crítico do discente. Para tanto, o texto a seguir possui o objetivo geral de apontar a prática intersectorial do estágio, a partir de uma experiência de estágio.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Supervisionado; intersectorialidade.

METODOLOGIA

¹ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista financiada pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) do Programa de Educação Tutorial - PET Integração, cidadania e inclusão social. E-mail: Anaiedon@ufpi.edu.br.

² Assistente social graduada pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente assistente social da Assistência Social Trabalho e Direitos Humanos (SASC) e do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU/UFPI). E-mail: valviana1@hotmail.com CRESS: 772.

A elaboração deste resumo expandido ocorreu através de uma metodologia bibliográfica, conforme aponta Santos e Candeloro (2006), fazendo-se referências a artigos e livros científicos voltados para a temática da intersetorialidade no âmbito do serviço social e da prática profissional dentro do campo da saúde.

O processo da análise metodológica aborda um relato de experiência ocorrido no espaço de internação do posto 04 (clínica médica e cirúrgica) do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU/UFPI, no período da manhã, dentro da dinâmica do estágio supervisionado da discente de Serviço Social da UFPI, no ano de 2023. A realização do estágio permite aos estudantes uma primeira experiência de inserção profissional, ampliando o conhecimento e o olhar crítico do graduando acerca das questões sociais (CFESS, 2008).

Yazbek (2014 apud PEREIRA, 2018) aponta a intersetorialidade como uma articulação para o enfrentamento das questões sociais, ou seja, estas articulações colaboram para uma visão totalitária da realidade social e dos níveis de desigualdades que as políticas públicas enfrentam. É nesta dinâmica que o assistente social, profissional da área da saúde reconhecido pela Resolução Nº218/1997 se estabelece.

Com o documento “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” (CFESS, 2010) o assistente social na área da saúde tem como uma de suas competências a produção e realização de propostas que viabilizem a execução direta de bens e serviços em favor da sociedade, agindo de forma intersetorial e interdisciplinar:

[...]Pensar e realizar uma atuação competente e crítica do Serviço Social na área da saúde consiste em: buscar a necessária atuação em equipe, tendo em vista a interdisciplinaridade da atenção em saúde; estimular a intersetorialidade, tendo em vista realizar ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços e do atendimento às necessidades sociais; tentar construir e/ou efetivar, conjuntamente com outros trabalhadores da saúde, espaços nas unidades que garantam a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas;(CFESS, 2010, p. 30).

Portanto, compreende-se que um dos fazeres profissionais do serviço social na saúde é justamente o de agir de forma intersetorial dentro do campo profissional. Dentro do HU-UFPI, o serviço social na internação do posto 04 faz articulações diversas, como com o Tratamento Fora de domicílio (TFD), plantão funerário, Centro de Assistência e de Referência Especializada em Assistência Social (CRAS e CREAS), dentre outros. Ocorre ainda toda a intersetorialidade interna do HU-UFPI, com os próprios assistentes sociais, médicos e residentes, enfermeiros, psicólogos,

fisioterapeutas, setor de hotelaria e recepção. Mesmo se tratando de um setor com alta rotatividade de usuários, no serviço prevalece as articulações para “suprir as necessidades sociais básicas que afetam diretamente a saúde dos usuários, dentro e fora do sistema de saúde, o que reforça a importância de a política de saúde ser pautada na lógica da intersetorialidade” (PEREIRA, 2018). O relato de experiência abordado neste artigo, visa elucidar uma das ações de intersetorialidade ocorridas dentro do HU-UFPI, no setor de internação do posto 04. Foi admitido dentro do hospital no dia 01 de fevereiro, um usuário de 31 anos, pardo, solteiro e sem filhos, é natural de Monte Alegre -SE, mas, atualmente se encontrava como pessoa em situação de rua. o mesmo chegou transferido de uma

Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com um quadro clínico de fratura na mão, decorrente de um acidente de moto. Por uma questão de sigilo e ética assegurada pelo art 3º da Resolução do CFESS Nº 556/2009, o nome do usuário não será dito, muito menos qualquer informação que possa revelar sua identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o hospital colocou seu nome da forma que recebeu da UPA, Ocorre que o usuário passou a relatar na enfermagem aos enfermeiros que seu nome seria diferente. Devido a falta de documentação do então paciente, o serviço social do HU/UFPI precisou intervir na busca por algum documento com foto, para elaborar seu cadastro no hospital.

A assistente social do HU/UFPI fez então a primeira articulação com o hospital em que o usuário estava internado anteriormente. Lá também não foi possível obter nenhum documento do mesmo. A segunda articulação realizada foi com o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua –Centro Pop, de Teresina, que tinha um cadastro com o nome que o usuário alegava ter, mas todavia, não possuía nenhum documento com foto. lá no entanto, já foi possível obter uma cópia do cartão de identificação do SUS.

Em um novo contato com o usuário, foi possível obter o contato de duas de suas tias e que nenhuma delas morava no Piauí. Ao entrar em contato com ambas, foi possível localizar apenas uma delas. A própria, enviou através do whatsapp uma foto da identidade do usuário, contendo suas informações de forma correta. Logo após este contato com a tia, foi possível coligir as informações e apurar que ele era sim uma pessoa em situação de rua em Teresina, no

qual já foi cadastrado e acompanhado pelo Centro POP.

Neste preâmbulo, a intersetorialidade reforça seu papel democrático, visualizando a complexidade das informações obtidas e amplia o olhar horizontalizado para uma melhor compreensão do caso e, assim amplia-se a universalidade por uma cidadania pautada na garantia de direitos (PEREIRA, 2018).

CONCLUSÃO

Pode-se perceber que o trabalho do serviço social neste caso foi de articulação não apenas com a equipe interna do hospital, mas sim com intersetorialidade com outras unidades, como a UPA, Centro POP e familiares. Isto ocorre para assegurar o processo de saúde-doença do usuário no serviço de saúde, compreendendo que a saúde não é apenas a falta de doença, mas sim um processo de determinante social de qualidade de vida, como aponta a lei 8080/90, que diz que a saúde está ligada diretamente à moradia, à alimentação, ao trabalho, à renda, saneamento básico, sem deixar de lado as ações que viabilizem a promoção de bem-estar, físico, social e mental.

Reforçamos a atribuição do assistente social dentro da interdisciplinaridade, em consonância com o seu projeto ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo. Este processo se evidencia não apenas do agir profissional, mas dentro da dinâmica do estágio supervisionado, que possui a intencionalidade como um dos fundamentos da prática de campo.

Este processo reforça ainda mais a execução do plano de estágio, as normas da Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS e a Resolução 533 do CFESS.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. A Política Nacional de Estágio. 2009. Disponível em: <https://l1nq.com/OQII5> >. Acesso em 27.01.2023.

BRASIL. **Resolução CNS nº 218/1997**. Disponível em: <<https://l1nk.dev/HW7Zv> > . Acesso em: 12 de mar de 2023.

BRASIL. **Lei nº LEI Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. [S. /], 19 set. 1990. Disponível em: <https://l1nk.dev/Fj5WJ> . Acesso em: 23 set. 2021. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Resolução Nº 533**. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. [S. l.], 29 set. 2008.

SANTOS, Vanice; CANDELORO, Rosana. **Trabalhos Acadêmicos**: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL**: uma análise a partir das articulações tecidas pelos/as assistentes sociais nas redes rsetoriais. 2018.f. Tese (Doutorado em políticas públicas) - UFPI, Teresina-PI, 2018.



SERVIÇO SOCIAL HOSPITALAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

JOANA DARC LIMA SILVA¹
MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS²

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência aborda sobre a atuação do/a Assistente Social no âmbito da saúde no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí HU-UFPI. A abordagem acontece num hospital que oferta serviços assistenciais, para média e alta complexidade do Estado do Piauí, na cidade de Teresina. Os serviços estão distribuídos em 4 postos: posto 1 (cirúrgico); posto 2 (Unidade de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON); posto 3 (clínica médica) e posto 4 (clínica médica e cirúrgica), Ambulatório e UTI.

A atuação do profissional de Serviço Social na Saúde é guiada pelos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde e direcionados através dos documentos de regulamentação da profissão, sendo eles: o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, devendo ser respeitadas pelos profissionais e instituições empregadoras. A partir dessa perspectiva, o relato tem como objetivo geral apresentar a experiência da atuação do/a Assistente Social para atender as demandas presentes no contexto hospitalar e, como objetivos específicos, entender os desafios postos à profissão neste espaço sócio-ocupacional.

Palavras-chaves: Serviço Social; Saúde; Hospital Universitário.

¹ Assistente Social vinculada ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí. E-mail: asjoanadarclima@gmail.com

² Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Realiza Estágio Obrigatório no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí. E-mail: mmaryllya@ufpi.edu.br

METODOLOGIA

A metodologia foi fundamentada na pesquisa bibliográfica, análise documental concomitante com as experiências como profissional e estagiária, analisando o cotidiano, através da prática do processo de trabalho com apreciação das discussões realizadas em equipes e registros próprios do setor de Serviço Social do Hospital Universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Serviço Social no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí surgiu em 2004, segundo Silva e Vale (2019), sendo as primeiras assistentes sociais proveniente do Serviço de Benefício ao Servidor da PRAEC da UFPI. Atualmente, o Serviço Social da instituição, vinculada a Unidade de Saúde Mental e ao Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (Sost). O Serviço Social, funciona de segunda a sexta pelo turno manhã e tarde com carga horária de trinta horas semanais e aos sábados e domingos, funciona em regime de plantão com carga horária de doze horas.

A distribuição das profissionais no Hospital se encontra nos seguintes setores: Posto 01 - cirúrgico; Posto 2 - Unidade de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON-; Posto 3 - clínica médica; Posto 4 - clínica médica e cirúrgica; Ambulatório e UTI.

O Hospital Universitário é a instituição de lotação de 12 assistentes sociais, efetivas, concursadas e com contrato de trabalho regido pela CLT, predominantemente do sexo feminino. Importante ressaltar que todos os profissionais vinculados ao HU/UFPI têm em seus contratos a descrição como compromisso com o processo de ensino, extensão e ensino- aprendizagem, logo que vale ressaltar que o HU é um hospital escola, que recebe alunos das diversas áreas e especialidades, por conseguinte todas as assistentes sociais perpassam na qualidade de contribuição no processo de ensino (VIEIRA, 2023).

O Hospital dispõe de Residências em Saúde no âmbito do SUS, nas áreas médicas e uni e multiprofissionais. O Programa de Residência em Assistência em Cuidados Intensivo - REMACI, programa mais recente da instituição, desenvolvido em 2019 é composto por seis profissões na área da saúde, dentre elas: Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e

Serviço Social. As assistentes sociais vinculadas a Unidade de Saúde Mental atuam na condição de preceptoras (VIEIRA, 2023).

O Assistente Social tem como uma de suas principais ações “democratizar as informações por meio de orientações (individuais e coletivas) e /ou encaminhamentos quanto aos direitos sociais da população usuária” (CFESS, 2010 p. 44). Assim, atuando nas expressões da questão social e buscando a autonomia do usuário da saúde. Vale e Nascimento (2020) trazem que a atuação do profissional de serviço social no HU-UFPI é concretizada através do atendimento social direto com as expressões da questão social de usuários e vínculos familiares durante o período que permanecem no hospital.

O Serviço Social junto com outros profissionais do HU também está inserido Grupo de Feridas e Curativos; Grupo de Humanização; Projeto Terapêutico singular; Equipe de cuidados paliativos; Grupos de risco social; Grupo de trabalho de prevenção ao suicídio; Grupo de Comunicação Efetiva; Comissão de Ergonomia e Grupo de trabalho de Comunicação de notícias difíceis. O CFESS (2010) realça que o assistente social dentro da equipe de saúde deve planejar, executar e avaliar com a equipe de saúde ações que assegurem a saúde enquanto direito.

Dentre os instrumentos técnicos - operativos mais frequentes podem se destacar: acolhimento, entrevista social, atendimento individual e em grupo, encaminhamento, relatório social, livro de registro, parecer social e relatório social. Existe no Serviço Social um livro de registro, que funciona como passagem de plantão, onde ficam anotados os atendimentos realizados individuais ou em grupo, pendências a serem solucionadas e proporciona a comunicação entre as profissionais de diferentes turnos, por conseguinte, armazenado todas as principais ações profissionais realizadas. Para Silva e Vale (2019) o livro é necessário à medida em que garante a continuidade do atendimento, mesmo com a troca de profissionais de acordo com o turno.

Conforme dados documentados do setor, em 2022 foram realizadas pelo Serviço Social 2.980 entrevistas sociais e 2.354 evoluções no sistema AGHU. No setor do Ambulatório, que fica no andar térreo do Hospital, no que diz respeito às demandas mais recorrentes no ambulatório são: Declaração de acompanhante em consulta; Orientação de benefícios; Orientações sobre o TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

No andar superior do Hospital se encontram as Enfermarias junto com a segunda sala do Serviço Social. Dentre as demandas frequentes no setor se apresentam: Acolhimento e Escuta

Social; Autorização de Visita Estendida; Autorização de Permanência Temporária; Autorização para troca de acompanhante fora do horário; Autorização de Visita fora de horário; Autorização para visitação com quantidade maior que a permitida; Autorização de Visita de crianças (casos especiais); Encaminhamentos e Relatório Social.

CONCLUSÕES

O trabalho do Assistente Social no HU/UFPI perpassa em torno da atuação frente às expressões da questão social que emergem no espaço sócio-ocupacional, logo que, no contexto hospitalar as vulnerabilidades se agravam para além das enfermidades clínicas. Tendo como compromisso ético-político a prestação de serviço de qualidade ao usuário e a democratização das informações que garanta os direitos dos usuários, garantindo os princípios da universalização, da equidade, da integralidade, da descentralização e da participação popular.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. 2010.

SILVA, Joana Darc Lima; VALE, Maria Elizabete Gomes D. **O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO**: um relato de experiência. Congresso Brasileira de Assistentes Sociais, 2019.

VALE, Maria Elizabete Gomes do; NASCIMENTO, Yara Barroso. **SERVIÇO SOCIAL E A COVID-19 NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ (HU-UFPI)**: em cena os setores da oncologia e UTI. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 101 a 122.

VIEIRA, Nadya Pollyana de Sousa. **PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE**. Trabalho de Conclusão de Residência. Universidade Federal do Piauí, 2023.



SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: CONTEXTO E CONQUISTAS

ANTONIA CAMILLE SEVERIANA MACIEL¹
MARINA DANIEL E SILVA²

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a implantação do Serviço Social no Piauí, bem como as dificuldades e conquistas inerentes à atuação do (a) assistente social nesse Estado. Nesse sentido, busca-se, através dessa pesquisa, analisar o contexto histórico piauiense de surgimento dessa profissão, assim como o perfil que ela assume na contemporaneidade. Destaca-se a importância da profissão no enfrentamento das expressões da questão social e a necessidade cada vez maior de políticas públicas que minimizem as sequelas advindas da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Serviço social; Piauí; Políticas Públicas.

METODOLOGIA

Este estudo realizar-se-á com o intuito de compreender o contexto histórico de implantação do Serviço Social no Piauí, sob a perspectiva de profissionais do Estado, desse modo trata-se de uma pesquisa exploratória envolvendo levantamento bibliográfico e entrevista

¹ Estudante do 2º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: camilleseverianababyj07@gmail.com

² Estudante do 2º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: danielesilvamarina@gmail.com

realizada com uma docente aposentada do curso de Serviço Social da UFPI, advinda da primeira turma de formandos. Portanto, trabalha-se também com a pesquisa oral. Vale ressaltar ainda, que a abordagem é qualitativa, isto é, não há preocupação com dados numéricos, mas com a natureza subjetiva. Por último, cabe destacar que se trata de uma pesquisa básica, ou seja, não há uma preocupação com a aplicação prática dos conhecimentos trabalhados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Ferreira, Silva e Guimarães (2021), o curso de Serviço Social do Piauí é um dos últimos a ser criado no país, com seu início na década de 1970, através do projeto elaborado pela professora Dra. Aglair Alencar Setúbal. Na visão de Silva (2023)³ essa implantação tardia do curso no Estado ocorreu principalmente por conta da Universidade, na época, ter privilegiado as áreas da saúde, direito e filosofia. Um outro aspecto que justifica esse atraso na criação do curso de Serviço Social, se refere à vinda de muitos profissionais para o Piauí já formados em outras regiões do país, que também colaborou com esse fato.

Ainda com relação ao contexto histórico do curso de Serviço Social no Piauí, Joazeiro (2020) aponta entre os principais marcos relacionados ao bacharelado, a criação do primeiro currículo do curso em 1976, o segundo currículo do curso em 1985, o terceiro currículo do curso em 1995 e a partir das diretrizes curriculares de 1996, tem-se o quarto projeto político pedagógico do curso em andamento.

Todavia, vale ressaltar que o Serviço Social no Piauí iniciou bem antes da implantação do curso, ainda na década de 1940, quando os (as) primeiros (as) assistentes sociais chegam no Estado, advindos, por exemplo, do Ceará e do Maranhão (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021). Essas primeiras assistentes sociais surgem ligadas à arquidiocese de Teresina e mesmo quando estavam relacionadas à LBA (Legião Brasileira de Assistência), ou seja, ao Estado, ainda obedeciam aos ditames do primeiro damismo (SILVA, 2023).

Segundo Guimarães (1995), em pesquisa realizada sobre o Curso de Serviço Social da UFPI na década de 1990, as três áreas que mais chamavam a atenção do aluno, ainda na graduação, eram: saúde, deficiência física e mental e criança e adolescente, além de organização de comunidade. Vale ressaltar ainda que, na época, todos os egressos, desde a saída da

³ Informação concedida pela professora Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva em 07/03/23.

universidade, exerceram a profissão em algum período de tempo, seja na capital ou no interior do Estado. Além disso, as pessoas que concluíam o curso, nas primeiras turmas, a partir de 1981, não encontravam dificuldades de ingressar no mercado de trabalho e o Estado se mantinha como principal fonte empregadora desses (as) assistentes sociais, através das instituições públicas. Ainda no contexto da década de 1990, a lei que regulamentava o exercício da profissão, já apontava que todos os assistentes sociais do país devem se filiar ao CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), através das secções regionais que são os Conselhos Regionais de Serviço Social–CRESS, para que possam se inserir no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 1995).

Nesse cenário, faz-se necessário discutir sobre os currículos que a profissão teve no decorrer de sua trajetória, já que são esses documentos que irão formar o perfil do (a) assistente social. Nesse viés, o primeiro currículo era totalmente conservador, com disciplinas que abordavam sobre o ajustamento das famílias e dos indivíduos à ordem social, culpabilizando os sujeitos (SILVA, 2023). Em contrapartida, de acordo com Ferreira, Silva e Guimarães (2021), com a ascensão da militância política e estudantil, trazida pelos profissionais oriundos da primeira e segunda turmas de Serviço Social, esse contexto foi significativamente alterado. Uma comprovação disso são eventos que discutiram a proposta de um novo currículo para o curso, a exemplo da convenção da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), realizada em 1979, além dos eventos estudantis e de caráter organizativo e sindical realizados neste período.

Além disso, com a extinção do SINDASPI (Sindicato dos Assistentes Sociais do Piauí), no início da década de 1990, o CRESS (Conselho regional de Serviço Social), responsável pela fiscalização do exercício profissional passa também a articular as demais necessidades da categoria dos assistentes sociais, contribuindo em sintonia com a ABEPSS para o fortalecimento da perspectiva crítica desses profissionais (FERREIRA; SILVA.GUIMARÃES, 2021). Essa mudança foi realizada após inúmeras lutas da categoria e esforços da revisão de base teórico-metodológicas do Serviço Social (GUIMARÃES,1995) e dessa forma, atualmente, o corpo docente e discente da área busca finalizar uma nova proposta curricular.

Conforme avaliação do ENADE de 2018, o curso de Serviço Social obteve nota 5, sendo assim, uma referência de formação profissional qualificada (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021). Para Silva (2023) esse destaque está relacionado ao investimento do Departamento de Serviço Social da UFPI na qualificação dos profissionais docentes através de parceria institucional

com o Programa de Estudo Pós-graduados em Serviço Social PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Na contemporaneidade, de acordo com Ferreira, Silva e Guimarães (2021), o exercício profissional dos alunos egressos tem sido de qualidade e há o respeito pelo código de ética profissional, além disso, percebe-se que a profissão vem alcançando mais espaços de atuação e inserção, a exemplo do Ministério Público, o qual, atualmente, forma um elo inseparável com as políticas públicas, fortalecendo a forma de interpretação dos direitos sociais em sintonia com o que determina o Código de ética profissional que reafirma o compromisso com a defesa intransigente desses direitos e buscando afastar o caráter assistencialista (FAÇANHA; LIMA, 2010).

CONCLUSÕES

Através da análise realizada ao decorrer desse trabalho, torna-se possível compreender os fatores que demandaram a atuação do (a) assistente social no Piauí, os avanços e retrocessos inerentes à trajetória desses profissionais, bem como as suas perspectivas para o futuro. Assim conclui-se que, historicamente, a profissão é marcada por lutas e resistências, conquistando respeito no Estado, ao contribuir para garantir o acesso aos direitos da classe trabalhadora através das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

FAÇANHA, Luzijones; LIMA, Solimar. O ministério público e os direitos humanos fundamentais: possibilidades e limites na garantia de políticas públicas sociais no Piauí. In: **Direitos humanos e políticas públicas: realidades e desafios no Piauí**. Teresina: Editora da UFPI, 2010, 80-94.

FERREIRA, Maria Dalva Macedo; SILVA, Maria do Rosário; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Serviço Social no Piauí. In: JÚNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021, p. 67-80.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI**. Teresina, 1995.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, Edna Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.) **Serviço social:**

formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 303 – 329.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **Entrevista concedida a Marina Daniel e Silva**. Teresina, 07 de mar. 2023.

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E NO PIAUÍ

8 A 10 DE MAIO 2023



SERVIÇO SOCIAL: SUA IMPLANTAÇÃO NO PIAUÍ

GABRIELA DE FÁTIMA MOURA BEZERRA¹
LARA MELISSA TAVARES RIBEIRO²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo trazer um debate a respeito de como se sucedeu a emergência do Serviço Social no Piauí e a criação do curso na Universidade Federal do Piauí. Nesse contexto, as discussões foram permeadas por meio de provocações que pudessem desenvolver um debate acerca da temática. Desse modo, à princípio é feito um levantamento sobre a emergência do Serviço Social no Brasil, e partindo desse ponto, sobre a relação de como foi estabelecido o curso no Piauí e quais foram os pioneiros que contribuíram para que a graduação chegasse ao patamar de reconceituação até o presente estado.

Palavras-chaves: Serviço Social; Piauí; Pioneiros.

METODOLOGIA

Esse é um tipo de pesquisa com o intuito de fomentar uma discussão acerca da trajetória do Serviço Social no Brasil e, em exclusivo, no Estado do Piauí. Trata-se, portanto, de um trabalho teórico, resultado da disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço

¹ Discente do 2º. Período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: gabrielamourab013@gmail.com

² Discente do 2º. Período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Técnica em Administração. Email: laramelissaufpi@gmail.com

Social I, baseado em pesquisa bibliográfica. Destaca-se sobre a parca produção sobre a profissão no Piauí, o que dificultou no levantamento de dados. Sobretudo, em uma decisão baseada em comum acordo, busca-se juntar informações através dos autores Iamamoto e Carvalho (1982), José Paulo Netto (1992), Aglair Setubal (1983) e Elson de Assis (2008) no que se diz respeito a trajetória do curso de Serviço Social, com o intuito de contribuir para um maior reconhecimento da sequência de acontecimentos vividos na exposição do curso no Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consoante a Iamamoto e Carvalho (1982), o Serviço Social no Brasil surge no final da década de 1930, com a necessidade de um profissional mais especializado e, é quando o Estado percebe que apenas a obra da caridade não seria eficaz para a resolução da problemática advinda do pauperismo, no momento em que se instala um exacerbado processo de industrialização e urbanização. No entanto, o Serviço Social como profissão, de acordo com José Paulo Netto (1992), tem sua consolidação no capitalismo monopolista, e sua gênese ligada à centralidade no apelo e identidade dos preceitos religiosos, iniciado com o papel das damas da caridade da alta sociedade de São Paulo, o que fundamentou na criação da primeira escola de Serviço Social na cidade, sua inserção no campo educacional tinha um conservadorismo da igreja muito eminente, mediante as disciplinas, como moral, ética conservadora e a forte influência da doutrina do modelo formativo Franco-belga.

Dessa forma, inicia-se a argumentação a respeito da integração do Serviço Social no contexto piauiense, sobretudo, ressalta-se que o Estado do Piauí apresenta suas particularidades sociais e culturais, que o caracteriza na sociedade brasileira. Posto isso, faz-se necessário pensar em espaço dentro de um processo histórico, e nesse viés analisar que o desenvolvimento da graduação no Estado não foi tarefa fácil, pois a mesma teve que se adaptar às diversidades e adversidades do Piauí. Dessa forma, ao explorar esse cenário é visto que quando o Serviço Social veio para o Estado, em 1947, o mesmo ainda não fazia parte do Nordeste, de acordo com o que o autor Rabelo (2008) discorre em seu artigo, sua inserção nessa região só veio a ocorrer entre os anos de 1950 e 1960, com discursos regionalistas de que o Piauí deveria estar no Nordeste por obter identidades parecidas, como por exemplo a seca, a pobreza e o subdesenvolvimento.

Assim, é importante destacar a partir desse espaço sociocultural, pois isso reverbera até a época atual, diretamente em disciplinas do curso, como será visto posteriormente.

Nesse sentido, comenta-se sobre a função de Aglair Alencar Setubal (1893), fundadora e pioneira do curso de Serviço Social na UFPI, universidade Federal do Piauí, ao apresentar o Serviço Social no Brasil, sentiu-se, então, uma necessidade de especificar o que era a graduação para o panorama piauiense. Destarte, foi visto a necessidade de técnicos especializados para desenvolver o trabalho com recursos humanos, assim, o verdadeiro papel do assistente social. Nessa lógica, é necessário salientar, que seguindo objetivos semelhantes ao da LBA, o SESI de 1958, o SERSE, Serviço Social instituído pelo Estado, e o ASA de 1960, também foram importantes para a vinda do Serviço Social no Piauí e sua maior cooperação com o campo de trabalho. Então, é quando se relata o espaço socioeconômico, posto isso, é visto que o Piauí passou por uma crise em sua economia o que o transformou em apenas um mero fornecedor de mão-de-obra para outras regiões hegemônicas do país, pois, apesar de ser um cenário lastimável, foi o que promoveu ser analisado a importância do Serviço Social no Piauí e a necessidade dos profissionais. Nessa acepção, entre os anos de 1963 e 1983, houve uma aplicação no mercado de trabalho dos Assistentes no Piauí, isso se deu em consequência da criação de novas instituições no Estado.

Desse modo, a criação do curso de Serviço Social na UFPI ocorreu em 1976, onde sua pioneira, já citada acima, foi Aglair Setubal e, simultaneamente, houve a criação da Delegacia Seccional do Conselho Regional dos Assistentes Sociais, submetida a administração do conselho do Maranhão, a graduação tinha como objetivo formar e especializar os assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e crítica, todavia, ainda possuía uma ideia arraigada do conservadorismo católico em sua gênese piauiense. Nesse meandro, foi apenas a partir de 1984 que o Departamento de Serviço Social passa a efetuar o feito de concursos públicos para a contratação de docentes, e assim, foi no primeiro semestre de 1993 que ocorreu a formação de quinhentos e trinta e dois alunos do curso de Serviço Social na UFPI, então, mediante isso, viabiliza-se a criação do CRESS 22º edição, no Estado, pela lei 8.662/93. Portanto, a graduação na UFPI, atualmente, conta com algumas disciplinas para a obtenção de um melhor entendimento teórico sobre o espaço do Nordeste e do Estado do Piauí, mediante as repercussões nas políticas regionais e as vivências das questões sociais, como a obrigatoriedade de aplicar-se o entendimento sobre a "Formação Sócio-histórica do Nordeste e

do Piauí", acentua-se, assim, a importância de saber sobre o espaço em que se vive e o momento histórico que o Serviço Social foi instaurado.

CONCLUSÕES

Em síntese, o presente trabalho proporcionou uma maior reflexão sobre a história do Serviço Social no Brasil e, principalmente no âmbito Piauí, como foi todo o seu desenvolvimento, de que maneira era o espaço da época na qual se instaurou o curso e da importante vinda da graduação para o Estado, além de promover uma ampliação no quadro da Universidade, possibilitando assim a formação de novos profissionais para que atuassem com técnicas diretamente com as expressões da questão social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a equipe da X Jornada Científica de Serviço Social, por nos proporcionar passar pela experiência única e de grande valor para a expansão dos nossos conhecimentos. Com igualdade, a Profa. Dr. Sofia Laurentino, professora da disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, por todo o seu incentivo e sua dedicação para conosco.

REFERÊNCIAS

SETUBAL, Aglair A. Alguns Aspectos da História do Serviço Social no Brasil. **SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**. Ano IV, agosto de 1983.

RABELO, Elson de Assis. Tentáculos do progresso na fronteira regional: a produção do Piauí como espaço nordestino. **Rev. Espacialidades** [online]. 2008, vol. 1, no. 0, 27p.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1982.

UFPI. **Projeto Pedagógico Do Curso De Graduação, Bacharelado em Serviço Social**. Teresina, 2012.



UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA (1961-1969)

YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO¹

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo objeto de estudo é a formação profissional em Serviço Social na Bahia (1961- 1969). Compartilhando das reflexões realizadas por Yamamoto e Carvalho (2014), entende-se o Serviço Social enquanto uma profissão historicamente e socialmente determinada, colocando-a como um dos elementos que participa da reprodução de classes e do relacionamento contraditório entre elas no capitalismo. Assim, é fundamental entender de que forma a história do Serviço Social se constrói na realidade social.

As pesquisas sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social são amplas, entretanto, tais discussões, sobretudo, acerca da história da profissão, são centradas na realidade da região Sudeste². Contudo, cada região, estado e cidade terá suas particularidades dentro desse processo. No que se refere à Bahia, a reflexão e a discussão em torno dessa trajetória levou a refletir sobre as configurações da formação profissional baiana, mais especificamente em Salvador, na Universidade Católica de Salvador (UCSAL),³ no período de 1961 até 1969.

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFBA, e-mail: yasmin.17aze@gmail.com

²Sobre a questão ver Mota, Amaral e Vieira (2021).

³A primeira escola de Serviço Social na Bahia surgiu em 1944, no ano de 1961, a escola foi incorporada pela Universidade Católica de Salvador (COSTA, 1987).

Destarte, este resumo objetiva apontar elementos que caracterizam a formação profissional em Serviço Social na Bahia no período de 1961- 1969, destacando o panorama dos TCCS produzidos pelos (as) discentes de Serviço Social no período delimitado e as concepções sobre Serviço Social presente nas produções dos TCCS.

Palavras- chave: Formação Profissional, Serviço Social, História.

METODOLOGIA

Sobre o aspecto metodológico, a pesquisa se configura como qualitativa exploratória e documental. Documental por utilizar como fonte da coleta de dados os TCCs produzidos pelos (as) discentes do curso de Serviço Social no período de 1961 – 1969 e qualitativa devido a análise avaliativa realizada a partir dos dados coletados, buscando compreender as complexidades e particularidades a partir das informações coletadas.

Para ter acesso ao material necessário para a coleta de dados, foi realizado um levantamento das produções dos TCCs a partir do site da biblioteca da UCSAL.⁴ Foram levantados e digitalizados 53 TCCs produzidos entre 1962-1969. Para a coleta de dados foi realizada uma leitura de todos os TCCs nos seguintes tópicos: Índice (sumário), Introdução, Conclusão, Sugestões (tópico presente na maioria dos TCCS desse período e por isso incluído na leitura) e Referências Bibliográficas.

Contudo, pensando em análises mais densas, foi definida uma amostra de 11 TCCs para a leitura completa. Os seguintes critérios foram considerados para a delimitação da amostra: 1) os TCCs que contam com um capítulo acerca do Serviço Social ou a atuação profissional, restando 37 trabalhos; 2) dentro da amostra, deveria ter pelo menos uma monografia de cada ano (1962-1969) e por fim 3) selecionar monografias com temáticas diferentes entre si, com o intuito de ampliar o leque de informações a serem coletadas. Em consonância com o caráter documental e para promover uma análise a partir dos objetivos definidos para a pesquisa, o instrumento utilizado para o levantamento de dados a partir da amostra foi a ficha de leitura.

⁴ A busca foi realizada por palavra, por ano, com a ordenação título, busca livre, em todas as unidades de formação e todos os tipos de obras. Os descritores utilizados foram: Serviço Social, Questão Social, Trabalho, Formação, Assistência Social, LBA, SESC, SESI, Hospital Santa Izabel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da leitura inicial do universo dos TCCs, evidenciou-se que existia uma determinação do curso de Serviço Social de que o tema do TCC fosse, obrigatoriamente, vinculado a uma experiência de estágio cuja duração mínima era de 8 meses, assim, todos os TCCs produzidos entre 1962-1969 foram frutos das experiências de estágios em variadas instituições.⁵

Em relação às principais temáticas das produções discentes, pode-se perceber que, nos anos iniciais (1962-1964), predominam as temáticas sobre infância/família, assim como, os TCCs vinculados à temática da saúde, que se mantêm ao longo dos anos. A discussão em torno do Serviço Social de grupo também apresenta destaque em praticamente todos os anos, contudo, tem maior evidência nos anos iniciais (1962-1964). Os trabalhos sobre a previdência social e seus segurados se apresentam de forma mais evidente a partir de 1966, assim como as monografias sobre as comunidades, principalmente aquelas destinadas a relatar experiências de DOC.

Analisando os principais referenciais teóricos presentes nas produções desse período, observa-se um grande ecletismo, pois, é possível encontrar referências teóricas e metodológicas de cunho positivista e funcionalista- Paré e Wilson, Balbina Ottoni Vieira, Hamilton Gordon, Amaral Fontoura, Annete Garrett, dentre outros, - em sua maioria, mas também autores (as) mais próximos (às) da teoria social crítica marxista- Otávio Ianni, Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, dentre outros- assim como a manutenção de referências da Igreja Católica, apesar de em bem menor número quando comparado com as produções da década de 1940-1950 (Encíclica Connubii- 1930, Encíclica Divinillius Magistri- 1929, Rerum Novarum- 1891 e o padre francês Lebret).

A análise dos dados evidencia a concepção predominante do Serviço Social como uma técnica capaz de ajudar o homem a enfrentar suas dificuldades, ajustando-o de forma que lhe permita um real bem-estar. Contudo, algumas dessas monografias já realizam algum comentário

⁵ Na área da saúde, identificamos, por exemplo, o Hospital Santa Izabel, o Hospital Aristides Maltez, o Hospital São Jorge, o Hospital Raimundo Martagão Gesteira, a Maternidade Tsylla Balbino e o Preventório Santa Terezinha. A previdência social também mostrou-se um relevante campo de estágio, com trabalhos vinculados a experiências desenvolvidas no Instituto de Aposentadoria (IAP), no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Servidores Públicos (IAPFESP) e no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966. O Serviço Social da Indústria (SESI) também está presente de forma relevante nas produções, evidenciando-se como um importante campo de trabalho para os/as assistentes sociais na época, o que pode ser explicado pela intensificação da industrialização da Bahia na década de 1960.

sobre a necessidade de mudança do Serviço Social e de seus métodos se aproximarem mais da realidade brasileira. Por exemplo, O TCC de Almeida e demais autoras (1965, p.1), trazem os seguintes questionamentos: Qual o papel do Serviço Social num país em desenvolvimento? Quais os pressupostos filosóficos do Serviço Social? O que é específico do Serviço Social como profissão? Qual a área humana prioritária de atuação do Serviço Social? A formação profissional do assistente social responde aos desafios do mundo moderno?.

Esses questionamentos, também presentes em outras produções, evidenciam a agitação que ocorria no período marcado pelo Movimento de Reconceituação, preocupado com os rumores teóricos, metodológicos e políticos assumidos pelo Serviço Social latino-americano.

CONCLUSÕES

O presente trabalho ao apoiar-se nas monografias produzidas na década de 1960 pelos (as) alunos (as) de Serviço Social na Bahia buscou levantar elementos que ajudam a compreender a história e a iluminar a análise do presente da formação profissional no estado. Esse painel das produções discentes desvela as principais temáticas e influências teóricas e metodológicas assumidas, a concepção de Serviço Social adotada em sua maioria, além de apontar as instituições de estágio, o que também indica elementos importantes sobre o trabalho profissional.

Diante das poucas produções que girem em torno dessa temática, está aberto um leque relevante de possibilidades de pesquisas, como a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos presentes na formação profissional baiana, o estudo da formação profissional em outros períodos históricos (década de 1940, 1950, 1970, 1980, etc.), o trabalho profissional no estado, a organização política das assistentes sociais baianas e dos (as) próprios (as) alunos (as), dentre outros.

Dessa forma, este trabalho não tem a pretensão de apresentar respostas e sim dados que tornam possível algumas reflexões em torno da formação profissional na Bahia na década de 1960. É necessário o aprofundamento teórico do debate e a formulação de outras problematizações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M; CERQUEIRA, I.B.; PEREIRA, M.L.P. Uma experiência de implantação de Serviço Social. **ESSUCSAL**, 1965.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica- 41. Ed.- São Paulo: Cortez, 2014.



VIOLAÇÃO DE DIREITOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES EM ACOPIARA – CEARÁ

MESSIAS PINHEIRO DE OLIVEIRA¹
ADRIANA ALVES DA SILVA²

INTRODUÇÃO

Embora tenha no Brasil uma avançada legislação referente à garantia de direitos de crianças e adolescentes, a materialização desta legislação ainda se constitui em desafios, uma vez que os registros de violação se revelam em magnitude em todo o país, tendo essa problemática se agravado com o advento da pandemia com início em março de 2020.

Com efeito, as expressões de violação de direitos que envolvem crianças e adolescentes estão manifestadas em diversas formas, sendo as mais significativas as associadas à discriminação, pobreza, negação dos direitos a bens e serviços essenciais, além das violências propriamente ditas, que no Brasil no ano de 2019 chegaram aos seguintes índices: Negligência (39%), violência psicológica (23%), física (17%), patrimonial (8%), sexual (6%) e institucional (5%) (BRASIL, 2020).

Na pandemia, os dados de violação se avolumaram com expressão em várias áreas sociais, na saúde por exemplo, em abril de 2022 observamos que apenas 21,25% de crianças entre 5 e 11 anos foram vacinadas com as duas doses ou dose única aplicadas contra Covid 19, na área de educação, “cerca de 1 milhão de crianças, adolescentes e jovens não estavam recebendo

¹ Pedagogo. Bacharelando do curso de Serviço Social do IFCE – Campus Iguatu. Email: messias.pinheiro.oliveira01@aluno.ifce.edu.br

² Assistente Social. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente do curso de Serviço Social do IFCE – Campus Iguatu. Email: adrianaalves@ifce.edu.br

atividade escolar por nenhum meio em maio de 2021” e Em 2019, o Brasil contava com 1,7 milhão de crianças e adolescentes, a maioria preta ou parda, em situação de trabalho infantil (BRASIL, 2020, pág. 10).

Em face do exposto e considerando a urgente necessidade de sensibilizar a sociedade para o desenvolvimento da assistência integral a adolescentes e jovens, estudos de diagnóstico dessa realidade são necessários, para que programas e ações sejam implementados para fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e conseqüentemente o cuidado com adolescentes e jovens. Neste sentido, o presente estudo faz uma análise da violação de direitos contra crianças e adolescentes, tendo como referência as notificações registradas em Acopiara – Ceará por meio da inserção dessas vítimas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI.

Palavras-chave: Violação de Direitos. Crianças. Adolescentes.

METODOLOGIA

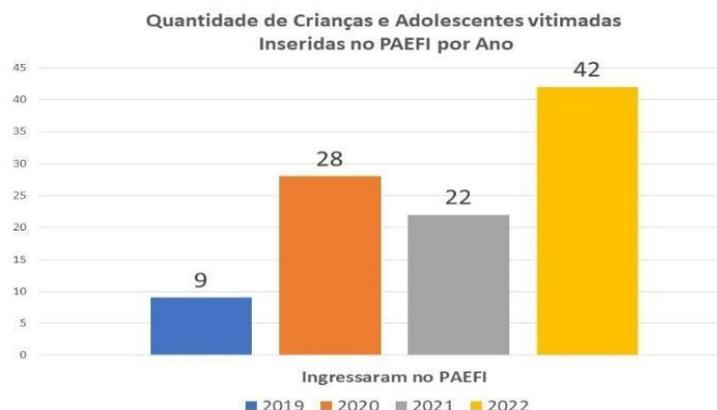
Este estudo tem caráter descritivo com abordagem quali-quantitativa. O levantamento de dados foi realizado por pesquisa documental referente aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, notificados no Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, equipamento da Vigilância Socioassistencial da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS do município de Acopiara - Ceará.

Foram sujeitos do estudo crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos com direitos violados e acompanhamento no PAEFI com ênfase nos seguintes tipos de notificação: violência intrafamiliar (física ou psicológica); abuso sexual e exploração sexual; negligência ou abandono, e crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não obstante a recomendação do ECA, de responsabilização de todos pela proteção integral de crianças e adolescentes, esta ainda se faz em magnitude na sociedade e na particularidade de Acopiara – Ceará, como poder ser visto no gráfico 1 abaixo.

GRAFICO 1

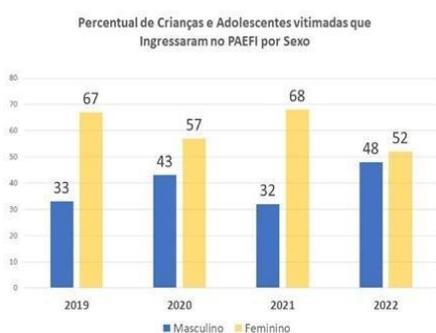


Fonte: RMA CREAS, bloco I, B.

No período analisado, 2019 a 2022, observa-se que 101 crianças e adolescentes tiveram seus direitos violados. Nos chama atenção a tendência de crescimento desses dados, e o seu alcance, principalmente em 2022, quando o país já estava voltando a normalidade e o isolamento social não mais era obrigatório, observando-se um aumento de 366%, em relação a 2019, de notificações de violação de direitos contra crianças e adolescentes em acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

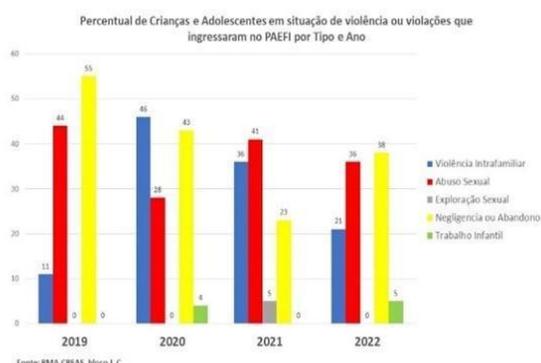
No que se refere ao sexo são as meninas as maiores vítimas dessas violações, conforme podemos ver no gráfico 2 abaixo. Em destaque podemos citar o índice de violência que não se mantém constante, se configurando em variação do aumento do tipo em cada ano. Em 2019 e 2022, a maior violência está na negligência que aparece com 55% e 38% respectivamente; em 2021, a maior violência se refere ao abuso sexual com 41%; e, em 2020, a violência intrafamiliar com 46%. O gráfico 3 abaixo ilustra esta assertiva.

Gráfico 02



Fonte: RMA CREAS, bloco I, B.

Gráfico 03



Fonte: RMA CREAS, bloco I, C.

Ante a realidade estudada, constata-se uma tendência crescente da violação de direitos de crianças e adolescentes, ampliando esses números na pandemia, situação que nos leva a inferir na necessidade urgente de intensificar o debate sobre a proteção integral, o fortalecimento dos serviços, programas e projetos de proteção social básica, tipificadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Também nos leva a ensinar o cumprimento do artigo 4º do ECA que determina que é dever da família, da sociedade e do poder público, a efetivação dos direitos fundamentais: à vida, à saúde, à educação, entre outros, para que crianças e adolescentes possam ter seus direitos garantidos e um desenvolvimento saudável (Brasil, 1990).

CONCLUSÕES

A violência é uma das expressões da questão social e produto de um sistema marcado pelas desigualdades sociais, econômicas e culturais, pela divisão de classe, gênero e étnico-racial, com incidência na vida de muitas crianças e adolescentes Brasil afora e na particularidade de Acopiara- Ceará.

Neste município, Acopiara, as notificações demonstram tendência de aumento dessa violência com maior incidência em meninas, variando a magnitude do tipo de violação conforme o ano. Dos dados analisados, conclui-se na urgente necessidade de que a sociedade se volte para discussão e reflexão da violência e da violação de direitos contra crianças e adolescente, indicando políticas de combate a esses fenômenos e programas de fortalecimento de proteção integral para que crianças e adolescentes possam ter um desenvolvimento saudável e uma vida adulta com autonomia e participação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MMFDH. Disque Direitos Humanos. **Relatório 2019**. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-balanco-de-denuncias-de-violacoes-de-direitos-de-criancas-e-adolescentes-em-2019>. Acesso em: 07 de março de 2023.

BRASIL. MSD. **Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA**. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>. Acesso em 06/02/2023.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei 13.431, de 04 de abril de 1990**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso: em 20/04/2022.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM OLHAR PARA AS PIAUIENSES

MARIA RAFAELA DA COSTA MORAES¹
REBECA MARTINS NUNES²

INTRODUÇÃO

“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, esse é o ditado popular usado há décadas no Brasil, para silenciar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Entretanto, conforme Saffioti (1999), “já se mete a colher em briga de marido e mulher”, logo, já existem leis para combater a violência doméstica e familiar. Conforme o Art. 5º da Lei Maria da Penha,

Art. 5º Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006, s.p.).

No entanto, de acordo com o portal de notícias G1 (2023), cerca de trinta e cinco mulheres foram agredidas por minutos no Brasil em 2022, sendo a maioria desses agressores os seus companheiros e ex-companheiros. Além disso, mesmo com a criação da Lei Maria da Penha e das medidas protetivas, isto não inibe o agressor de ainda violentar a mulher, como mostra os dados relacionados aos primeiros meses de 2023 apresentados pelo portal R7 (2023), por exemplo apenas no Estado de São Paulo, cerca de 800 homens violam essas medidas. E, conseqüentemente, a violação da medida protetiva eleva o risco de vida da vítima, em muitos casos chegando ao feminicídio. Indubitavelmente, em relação aos números de feminicídios, o Brasil exerce a 7ª posição em uma listagem de 84 países, sendo o feminicídio uma das conseqüências da violência doméstica como aponta Pedroza e Guimarães (2015).

Em relação ao número de homicídios femininos, o país ocupa a 7ª posição, em uma lista de 84 países. Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres,

¹ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: rafaela1507maria@gmail.com

² Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: rebbeka201@gmail.com

sendo que 47,5% apenas na última década. A pesquisa indica que 68,8% dos homicídios ocorreram nas residências das vítimas, e para as mulheres da faixa etária entre 20 e 49 anos, 65% deles foram cometidos por homens com os quais elas mantinham ou mantiveram um relacionamento amoroso (PEDROZA; GUIMARÃES, 2015, p. 257).

Diante dos fatos supracitados, é necessário diálogos sobre essa expressão da questão social, logo, a violência contra as mulheres no Brasil, e principalmente no Piauí. Pois, segundo o portal G1 (2022), a cada 72 horas uma mulher foi vítima de violência contra a mulher no Piauí, podendo este número ser ainda maior na atualidade. Pois, a grande parcela de mulheres que são violentadas, são vítimas de seus companheiros, pessoas com quem dividem a vida ou já dividiram. Logo, o resumo expandido visa a discussão da violência doméstica e familiar contra a mulher, em destaque para a mulher piauiense.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Questão Social.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente resumo expandido foi necessária revisão bibliográfica para um maior aprofundamento sobre a temática, conforme Queiroz (1998) essa análise é o que ajuda o pesquisador a definir melhor seu objeto de estudo e a selecionar teorias, procedimentos e instrumentos ou, ao contrário, a evitá-los, quando estes tenham se mostrado pouco eficientes na busca do conhecimento pretendido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

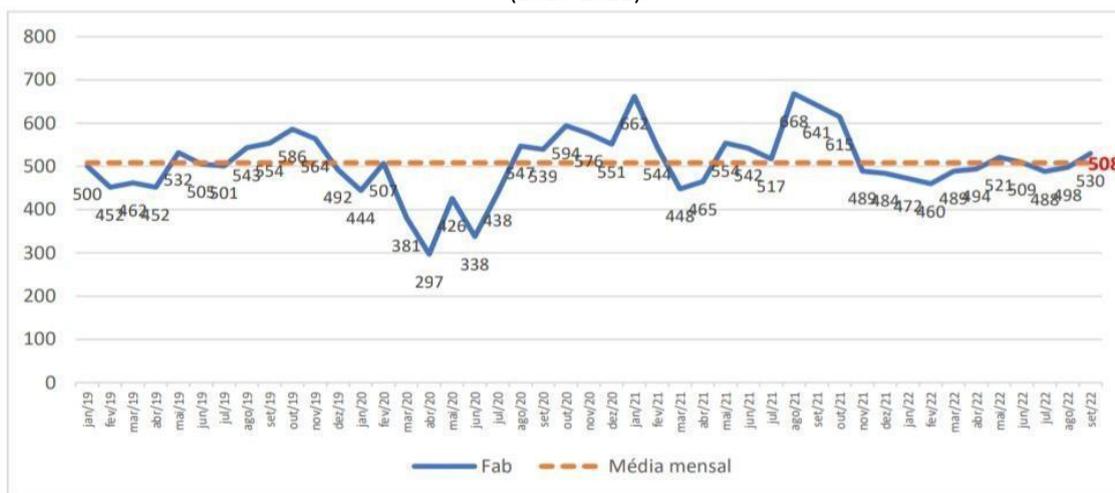
A violência é considerada uma das expressões da questão social, em virtude de que a questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo a pobreza, raça, etnia, desemprego, violência, descriminalização de gênero, dentre outros.

Logo, a violência contra a mulher é uma expressão da questão social, com tema atual e relevante para a discussão. E as principais leis para combater a violência contra elas são: Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. A Lei Maria da Penha de nº 11.340/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção. Ademais, a Lei do Feminicídio nº 13.104/2015 prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

No entanto, os dados da violência contra a mulher só aumentaram nas últimas décadas, apesar da elaboração de leis para o combate da mesma. De acordo com o Boletim integrado de mulheres em

situação de violência no Piauí, elaborado pelo Laboratório de estudos da violência contra a mulher no Piauí - Elas Viva Lab (2022), a violência possui uma média mensal alta, onde é possível observar pelo gráfico a seguir, a média dos boletins de ocorrência realizados no Piauí, em que chegam a marca de 508 por mês.

Gráfico 1 - Frequência absoluta e média mensal dos boletins de ocorrência registrados nas DEAMs do Piauí (2019-2022).



Fonte: Elas Vivas Lab, com dados da Secretaria de Segurança Pública.

Outrossim, em 2022 observou-se, através dos principais indicadores de Violência contra as mulheres no Estado do Piauí, que a Lesão Corporal Dolosa Contra a Mulher atingiu um percentual de 30%, ficando atrás apenas da quantidade de registros de injúria contra mulher, somando até setembro, 3.728 boletins de ocorrência, correspondendo a um percentual de 39%.

Gráfico 2 - Frequência relativa dos crimes contra a mulher no Piauí (2022).

Gráfico 03 – Frequência relativa dos crimes contra a mulher no Piauí (2022)



Fonte: Elas Vivas Lab, com dados da Secretaria de Segurança Pública.

CONCLUSÕES

Portanto, é necessário que as leis sejam cumpridas de formas mais severas para que os agressores das mulheres cumpram a lei, e o que, nela esteja estabelecido, para que as mulheres possam se sentir mais protegidas e seguras tanto nas suas casas como também no cotidiano da vida desta mulher. Pois, a violência contra a mulher, é algo que se torna recorrente na sociedade, algo que não deveria ser normalizado, e muito menos a vítima culpabilizada por sofrer agressões.

Logo, a disseminação do assunto é necessária para a compreensão da gravidade do tema, portanto, da violência contra a mulher no Brasil, em especial no Piauí. É preciso um olhar mais crítico para essa expressão da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA**. Lei N. °11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 de março de 2023.

Cerca de 800 homens são presos por não cumprirem medidas protetivas. **R7.com**, 03 mar. 2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/cerca-de-800-homens-sao-presos-por-nao-cum-primas-medidas-protetivas-18032023>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

GUIMARÃES, M.C.; PEDROZA, R.L.S. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PROBLEMATIZANDO DEFINIÇÕES TEÓRICAS, FILOSÓFICAS E JURÍDICAS. **Psicol Soc** [Internet]. 2015 May; 27(Psicol. Soc., 2015 27(2)):256–66. Available from: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>.

Mais de 4 mil BOs foram registrados nas delegacias da mulher no Piauí, maioria por injúria. **G1.com**, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pi/piaui/noticia/2022/11/22/mais-de-4-mil-bos-foram-registrados-nas-delegacias-da-mulher-no-piaui-maioria-p-or-injuria.ghtml> Acesso em: 20 de abr. de 2023.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. 2.ed. Textos, Série 2, n. 3, p. 13-24, 1999.

SERENA, Ilanna. A cada 72 horas, uma mulher foi vítima de violência no Piauí, aponta levantamento. **G1.com**, 03 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/03/24/a-cada-cada-72-horas-uma-mulher-f-oi-vitima-de-violencia-no-piaui-nos-ultimos-seis-meses-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher. A violência disseminada**. São Paulo. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>

G1. Trinta e cinco mulheres foram agredidas por minuto no Brasil em 2022, revela estudo. **G1.com**, 02 mar. 2023. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/02/trinta-e-cinco-mulheres-foram -agredidas-por-minuto-no-brasil-em-2022-revela-estudo.ghtml](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/02/trinta-e-cinco-mulheres-foram-agredidas-por-minuto-no-brasil-em-2022-revela-estudo.ghtml) Acesso em: 20 de mar. de 2023.

VERDES, Dayse et al. **Boletim integrado de mulheres em situação de violência no Piauí**. Elas Vivas Lab. Teresina, nov. 2022.



ORGANIZAÇÃO

Sofia Laurentino Barbosa Pereira



Professora da Universidade Federal do Piauí, em regime de Dedicção Exclusiva, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Assistente Social (CRESS/PI nº 2172/22ª região), Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Estágio Pós-Doutoral em andamento no Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora/ líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Saúde Mental (UFPI/CNPq). Conselheira na Gestão "Quando criei asas, lutei" do Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região - CRESS/PI e Coordenadora da Comissão de Formação Profissional, no triênio 2020-2023. Exerceu a função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI e Presidente do Núcleo Docente Estruturante, no biênio 2021 - 2023. Foi Coordenadora Geral do IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP), promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, no ano de 2022. Tem experiência na docência, pesquisa e extensão na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Fundamentos do Serviço Social; Trabalho e formação profissional em Serviço Social; Política de Saúde e Saúde Mental; Saúde Mental e Serviço Social.

Solange Maria Teixeira



Possui Pós-Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (2009), Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2006), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Piauí. Foi Presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (gestão 2014-2017), coordenadora do Programa Terceira Idade em Ação da UFPI. É Bolsista de Produtividade pelo CNPq. Membro da Rede de Pesquisa sobre Família e Políticas Sociais composta pela UFSC, UEL, UnB, UERJ, UFPI dentre outras. Constitui parte da rede de pesquisas sobre envelhecimento na perspectiva da totalidade social composta pela UNESP, UPE e UFPI. É coordenadora do GTP/ABEPSS Serviço Social, Classe e Geração (no tema do envelhecimento). É líder do diretório/Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Pública. Membro do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social do CNPq. É coordenadora da Pós-graduação em Políticas Públicas/UFPI. Foi coordenadora geral do Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e políticas Públicas em 2018 e 2020. Atua na graduação em Serviço Social e na pós-graduação em Políticas Públicas. Tem experiência na docência, pesquisa e extensão na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, Envelhecimento e Família, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Família e Política de Assistência Social; Trabalho Social com Família; Sistemas de proteção social; Envelhecimento e políticas sociais para as pessoas idosas.



PROGRAMAÇÃO

X JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL UFPI

Tema: Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí

Data: 08 a 10 de maio de 2023

Local: Universidade Federal do Piauí – Teresina (PI)

Promoção: Departamento de Serviço Social da UFPI, CRESS PI e Programa de PósGraduação em Políticas Públicas da UFPI

PROGRAMAÇÃO GERAL

DIA 1 – 08/05/2023

Pré-Programação: IV Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Estado do Piauí

Local: Auditório do Centro de Tecnologia – CT/ UFPI (Teresina – PI)

8:30h às 9:30h – Exposição dialogada: O estágio supervisionado como componente estratégico da formação profissional em Serviço Social

Expositora: Prof.^a Dr.^a Erlênia Sobral - Professora Universidade Estadual do Ceará;

Presidente da ABEPSS

Mediação: Prof.^a Dr.^a Teresa Moura (Coordenadora do curso de Serviço Social - UFPI); Carla Gabriella (Estagiária - UFPI)

9:30h às 10h - Debate

10h às 11h – Mesa redonda: Diálogos sobre a supervisão de estágio em Serviço Social na realidade do Piauí

Expositoras: Rita Sobral (supervisora docente - UFPI); Dafne Lages (estagiária - HU UFPI);

Clefra Guedelho (supervisora de campo - IFPI Parnaíba); Rafaela Marinho (supervisora de campo – Casa de Zabelê)

Mediação: Cleo Matos (assistente social - CREAS Buriti dos Lopes); Inês Mendes (Agente Fiscal - CRESS PI)

11h às 11:30h – Debate

11:30h – Lançamento do livro “O estágio supervisionado no Piauí: saberes e experiências”

Data: 08/05/2023 – tarde

Local: Auditório do Centro de Tecnologia – CT/ UFPI (Teresina – PI)

14h - Credenciamento

14:30h às 15h – Mesa solene de abertura

15h às 17h – Mesa da abertura do evento: Serviço Social e Questão Social no Nordeste

Palestrantes: Profa. Dra. Erlênia Sobral (UECE; Presidente ABEPSS); Profa. Dra. Solange Teixeira (UFPI);

Coordenadoras de Mesa: Profa. Dra. Sofia Laurentino (UFPI); Adriana Barros (Doutoranda PPGPP UFPI)

17h às 17:30h – Debate

17:30h às 18h – Lançamento da plataforma Antirracista (ABEPSS)

18h – Lançamento de livros, Coffe Break e Atividade Cultural

DIA 2: 09/05/2023 – MANHÃ

Local: Salas de aula Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL UFPI

08:30h às 12h – Minicursos simultâneos

Minicurso 1 – Encarceramento e Questão Social - Ministrante: Profa. Dra. Rosilene Marques (Docente UFPI; doutora em Políticas Públicas - UFPI)

Minicurso 2 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil MROSC –

Ministrantes: Profa. Dra. Mauriceia Lígia (Docente UFPI; doutora em Serviço Social PUCSP) e Profa. Dra. Marfisa Mota (Assistente Social – SEMCASPI; doutora em Serviço Social - UFPE) – Coordenação de sala: Sueiny Neves (mestranda PPGPP UFPI)

Minicurso 3 – Serviço Social, saúde mental e comportamentos suicidas – Ministrantes: Dra. Fernanda Luma (Doutora em Serviço Social - UERJ) e Cleiana Mesquita (Assistente Social na Saúde; Conselheira presidenta do CRESS PI; Mestranda em Saúde e Comunidade - UFPI) – Coordenação de sala: Dannylo Cavalcante (Mestrando PPGPP UFPI; SEMCASPI)

Minicurso 4 – Serviço Social e a luta anticapacitista – Ministrante: Fernanda Costa (Assistente Social TJ-PI; Mestre em Serviço Social - UECE) – **Coordenação de sala:** Profa. Dra. Iolanda (DSS UFPI)

Minicurso 5 – Serviço Social na educação básica – Ministrantes: Fabianna Guimarães (Assistente Social da educação básica em São João do Piauí; CRESS PI) e Fabiana Almeida (CRESS PI) – **Coordenação de sala:** Lucas Catarino (mestrando PPGPP UFPI)

Minicurso 6 – Serviço Social e a luta antirracista – Ministrante: Dra. Daniela Ferrugem - Assistente Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (via remota – Google Meet) – **Coordenação de sala:** Lara Danuta (mestranda PPGPP UFPI)

Minicurso 7 - Supervisão direta de estágio e instrumentos técnico operativos – Ministrante: Profa. Dra. Lucia Rosa (UFPI) – **Coordenação de sala:** Ana Carolina Machado (Uninassau Aliança-Redenção)

Data: 09/05/2023 – tarde

Local: Auditório do Centro de Tecnologia – CT/ UFPI (Teresina – PI)

14h às 16h – Mesa redonda 1 - Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social: desafios e perspectivas do exercício profissional no Piauí

Dannylo Cavalcante (CRAS Sudeste III / SEMCASPI); Adriana Barros (Hospital Estadual Dirceu Arcoverde - Parnaíba-PI); Fernanda Costa (Tribunal de Justiça do Estado do Piauí); Samara Pereira (Instituto Federal de Educação)
Coordenadoras de mesa: Profa. Dra. Iracilda Alves (UFPI); Lucélia Silva (Mestranda PPGPP UFPI; SEMCASPI)

16h às 16:30h – Debate

16:30h às 17:30h – Mesa redonda 2 – Questão Social e formação profissional em Serviço Social: desafios e perspectivas no Nordeste e no Piauí

Palestrante: Profa. Dra. Cristiana Costa Lima (UFMA); Profa. Dra. Teresa Moura (UFPI; ABEPSS);
Coordenadoras: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima (UFPI); Indira Alves (Doutoranda PPGPP UFPI; UESPI)

18h às 18:30h – Debate

DIA 3 - 10/05/2023 – MANHÃ

Local: Salas de aula CCHL UFPI

09h às 12h – Comunicação oral (apresentação de resumos expandidos – salas simultâneas)

Data: 10/05/2023 – tarde

Local: Auditório do Centro de Tecnologia – CT/ UFPI (Teresina – PI)

14:30h às 16h – Conferência de Encerramento: Atividade em Comemoração ao 15 de maio – “Serviço Social, uma profissão necessária! Defender as atribuições e competências profissionais é prestar serviços de qualidade”

Palestrantes: André Domingos (Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco - CRESS PE); Inês Mendes (Agente Fiscal - CRESS PI)

Coordenação de mesa: Cleiana Mesquita (CRESS PI); Dannylo Cavalcante (SEM-CASPI; Mestrando PPGPP UFPI)

16h às 16:30h – Debate

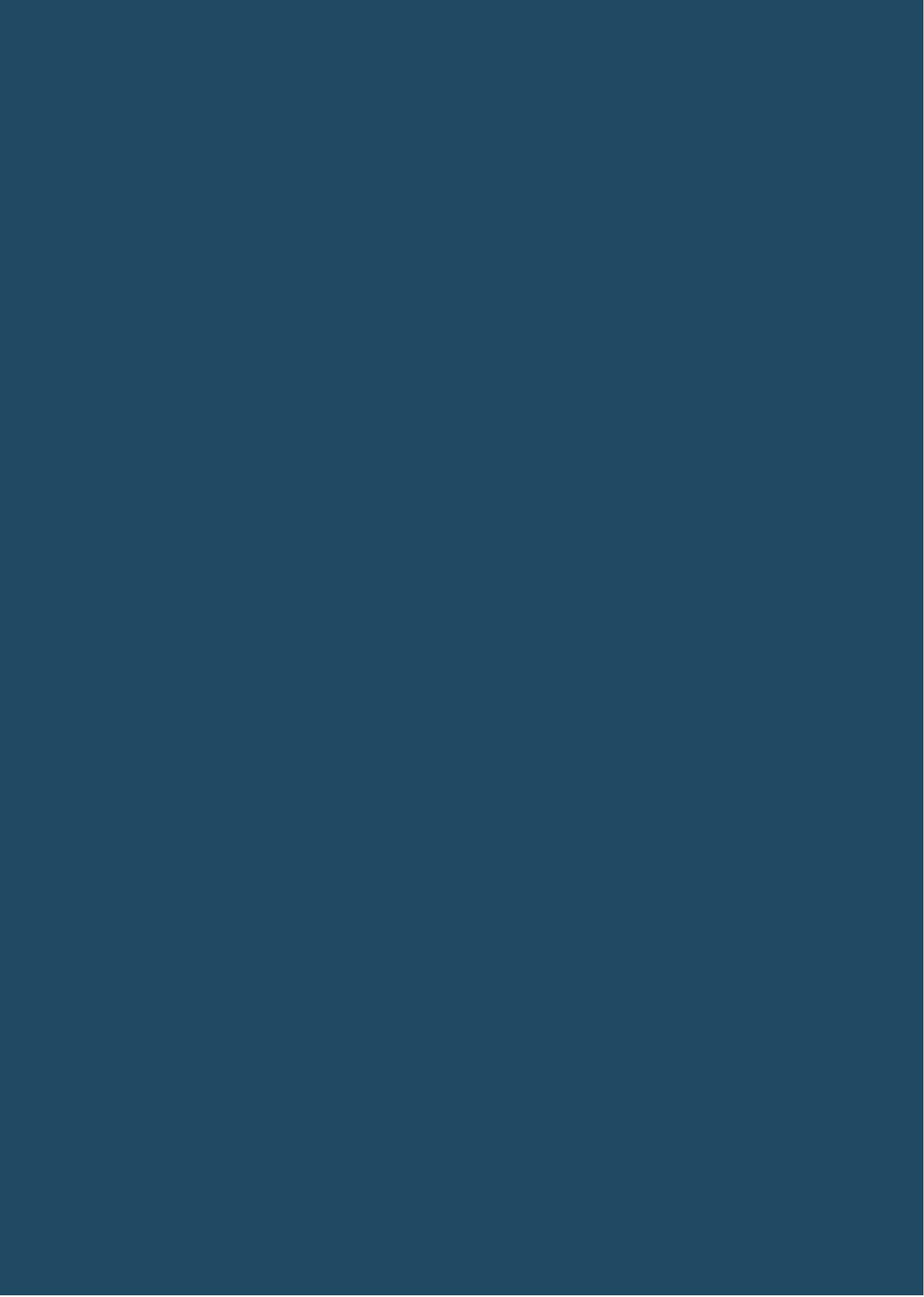
16:30 às 17h – Mesa solene de encerramento



REGISTROS









LESTU